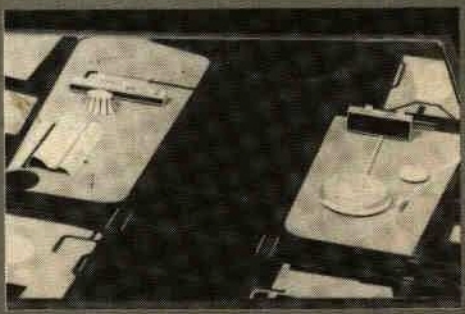
Edson Nery da Fonseca

PROBLEMAS BRASILEIROS DE DOCUMENTAÇÃO



MCT CNPq IBICT

REG : 5643-0
ACERVO 113

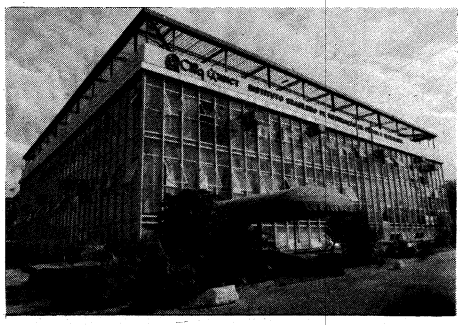
PROBLEMAS BRASILEIROS DE DOCUMENTAÇÃO

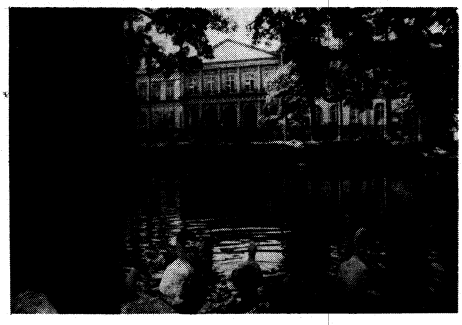
BIBLIOTECA DO IBICT

02(81)
F676
ex. 2

Edson Nery da Fonseca

PROBLEMAS DE





INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃ

© 1988. IBICT.

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
CCI/BIBLIOTECA
Proc.
Livr.
Preço Doação - Cz$ 1,00
Nº registro 1219 - ϕ - 09.12.88
THC : 036878

Fonseca, Edson Nery da
Problemas brasileiros de documentação / Edson Nery da Fonseca. – Brasília : IBICT, 1988.

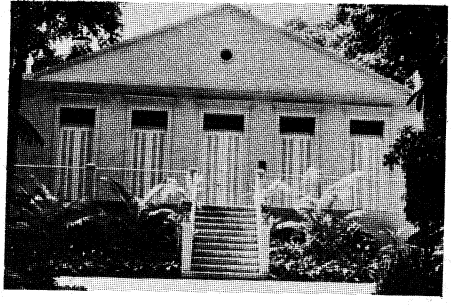
340p.
ISBN 85-7013-018-X

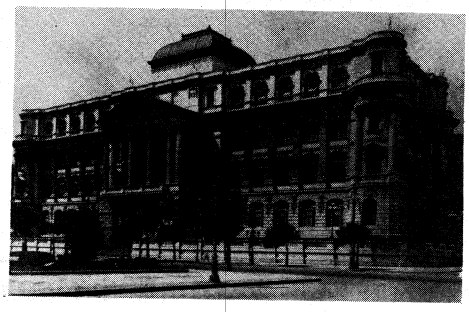
1. Ciência da informação – coletânea. I. Título.

CDU 02(81)

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)
SCN Quadra 02 – Bloco K
70710 – Brasília, DF
Tel. (061) 321 4888
Telex: 612481 CICT BR

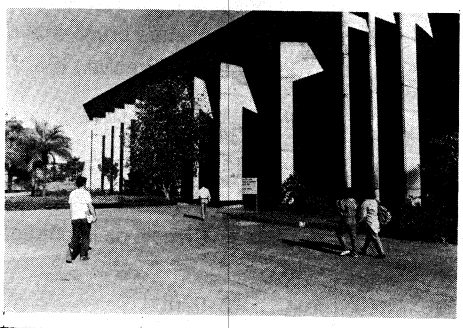
ISSN 85-7013-018-X

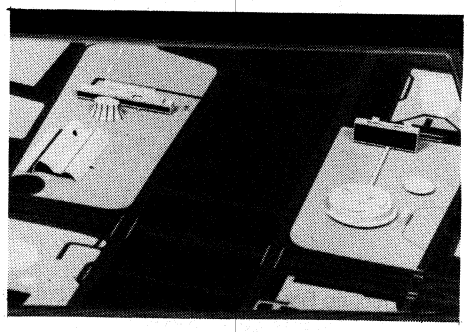




BRASILEIROS DOCUMENTAÇÃO

BIBLIOTECA
DO
I. B. I. C. T.





M CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT

Brasília · 1988

BIBLIOTECA
DO
I. B. I. C. T.

"... um dos grandes defeitos da nossa cultura consiste na falta ou insuficiência de documentação ..."

Gustavo Capanema. Discurso na Assembléia Constituinte de 1946. *Anais da Comissão da Constituição*, Rio de Janeiro, 1948, v. I, p. 318.

BIBLIOTECA
DO
I. B. I. C. T.

A
Cordélia Robalinho Cavalcanti,
sem cujo arquivo estes textos inéditos e dispersos
não poderiam ter sido reunidos.

SUMÁRIO

BIBLIOTECA
DO
I. B. I. C. T

INTRODUÇÃO 7

VISÕES DE CONJUNTO 11
A Biblioteconomia no Brasil 13
As bibliotecas brasileiras em face da explosão bibliográfica 22
Biblioteconomia brasileira: avaliação crítica e perspectivas 31

INTERDISCIPLINARIDADE E TRANSDISCIPLINARIDADE 47
Informação: um produto miscigenado 49
Museologia e interdisciplinaridade 55
Fundamentos transdisciplinares da automação 63

INTERDEPENDÊNCIA OU MORTE 71
O catálogo coletivo como instrumento de coordenação entre bibliotecas 73
Origem, evolução e estado atual dos serviços de documentação no Brasil 86
Documentação e segurança nacional 101
Sobre a (inexistente) rede nacional de bibliotecas exigida pelo SNICT 115

DOS "TEMPLOS DO SABER" À "CULTURA NA PRAÇA" 127
Importância da biblioteca nos programas de alfabetização e Educação de base 129
Da alfabetização de adultos à educação permanente 139
De Nínive a Beuabourg 144
Um novo conceito de biblioteca e uma nova missão para o bibliotecário 152

PROBLEMAS DE ENSINO 159
Especialização e cultura geral no currículo de biblioteconomia 161
Por um novo saber biblioteconômico 164
A pós-graduação em biblioteconomia 167

PROBLEMAS DE SELEÇÃO 171
Ler ou não ler todos os livros 173
O filtro orteguiano e a seleção 181

BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS 187
Integração de conhecimentos na universidade: sua expressão bibliográfica 189
Centralização e descentralização 193
Por uma só biblioteca em cada universidade 201
Bibliotecas universitárias em face da automação 207

NA SEARA BIBLIOGRÁFICA 211
O que é e o que não é pesquisa bibliográfica 213
Bibliografia brasileira corrente: evolução e estado atual do problema 224
Bibliografias brasileiras gerais 237
Precursores da bibliografia brasileira 253
Estudos brasileiros e sua inventariação bibliográfica 270
Sacramento Blake revisitado 279
Câmara Cascudo e sua bibliografia 283

CATALOGAÇÃO & CLASSIFICAÇÃO 287
Catalogação para uma época de explosão bibliográfica 289
Apogeu e declínio das classificações bibliográficas 292
A dupla significação de um centenário 300

ENTRE O RECIFE E OLINDA 309
Os arquivos como centros de documentação histórica 311
A biblioteca e o bibliotecário segundo Azeredo Coutinho 322
A propósito do sesquicentenário de uma biblioteca 328
Do conceito de sabedoria ao de informação 334

INTRODUÇÃO

BIBLIOTECA
DO
I. B. I. C. T.

Não sou o primeiro e certamente não serei o último a parafrasear os tão belos quanto sugestivos títulos dados por Gilberto Freyre a seus livros. Já o historiador social norte-americano Eugene Genevese confessou-se inspirado por *O Mundo que o Português Criou* para intitular o seu *The World the Slaveholders Made*. Autorizado por Gilberto Freyre, decidi intitular esta coletânea de conferências, discursos, artigos e outros textos inéditos ou dispersos com uma paráfrase de seu bibliônimo *Problemas Brasileiros de Antropologia*.

Lembro-me de que, ao ser publicada, em 1943, a primeira edição dessa coletânea de seus textos também dispersos de interesse antropológico – uma pequena brochura da Editora da Casa do Estudante do Brasil, depois consideravelmente aumentada para a Livraria José Olympio Editora, que a reeditou em 1959 e 1962, tendo havido uma edição fac-similar em 1973, de iniciativa da Assembléia Legislativa de Pernambuco – ouvi um amigo manifestar sua decepção por não haver encontrado em *Problemas Brasileiros de Antropologia* uma exposição sistemática de princípios e métodos, tanto quanto da história da antropologia. Enganava-se o amigo, ao procurar naquela obra de Gilberto Freyre o que só um tratado ou um manual de antropologia poderia oferecer-lhe. O que ele, entretanto, pretendeu – e muito adequadamente exprimiu no título da obra – foi debater problemas práticos de antropologia, aplicados aos *ethos* brasileiros.

Parafraseei o bibliônimo freyriano porque também não pretendo que a presente obra contenha uma exposição de princípios e métodos da documentação, o que já fiz, ensaisticamente, em *Problemas de Comunicação da Informação Científica* (Brasília, Thesaurus, 1973) e voltarei a fazer em minha *Introdução à Biblioteconomia*, a ser brevemente submetida ao que Jorge Luis Borges chama "el arduo honor de la tipografía". Neste *Problemas Brasileiros de Documentação* simplesmente procuro abordar questões de bibliografia, biblioteconomia, arquivologia, museologia e ciência da informação, em geral, e no Brasil, em particular.

Com este esclarecimento acredito deixar também evidente que, no título desta obra, a palavra documentação tem o sentido amplo com que foi utilizada por Paul Otlet em seu *Traité de Documentation* (Bruxelles, Mundaneum, 1934). O grande belga chegou a tratar, na referida obra, de problemas de radiofonia, cinematografia, televisão, dramaturgia e até de organização de espetáculos e festas.

Com sua extraordinária capacidade prospectiva, Otlet anteviu o problema da explosão bibliográfica, do qual emanou o conceito restrito de documentação, entendida como busca, indexação, resumo, tradução e reprodução de informações contidas em documentos geralmente desprezados pela bibliografia e pela biblioteconomia tradicionais, porém de grande importância para pesquisadores: separatas de revistas, *pre-prints* de comunicações a congressos, relatórios não impressos, teses universitárias etc.

Mais recentemente, como se sabe, a palavra documentação seria substituída, neste sentido restrito, por Ciência da Informação ou Informatologia, na qual também se estuda a gênese, as transformações, a utilização e o *feedback* da informação, e não apenas o processamento através do qual ela se coloca a serviço dos usuários, em diferentes campos do saber científico e humanístico.

Os dois conceitos, entretanto, são igualmente válidos, sendo o restrito de ordem pragmática ou operativa e o amplo de interesse apenas teórico ou especulativo. Estudar todas as técnicas documentológicas, procurando um denominador comum – a informação – não deixa de ser importante, do ponto de vista especulativo. A interdisciplinaridade é sempre salutar, em qualquer setor do conhecimento ou da atividade humana. Mas, na prática organizacional, a subordinação de bibliotecas, arquivos e museus a um centro ou serviço ou instituto de documentação redunda em centralismo burocratizante inoperante. O funcionamento sistêmico de tais órgãos não se consegue pela centralização e sim por uma descentralização coordenada.

Mas coordenada menos por decisão verticalmente administrativa do que por acordo horizontal e espontâneo entre bibliotecários, arquivistas e museólogos esclarecidos. Esta, pelo menos, é a lição que tirei de recente fracasso pessoal na superintendência de um instituto de documentação, depois de defender, em discurso de posse incluído nesta coletânea – *Informação, Produto Miscigenado* – a idéia da informação como produto da integração de todas as técnicas documentárias. Vi, então, que "na prática, a teoria é outra", como disse lapidarmente Joelmir Beting.

Fundamentado nessa prática ou experiência que, segundo o mesmo economis-

ta, "se revela, a cada dia, mais rica de ensinamentos que a teoria"(1) – mas sem desprezar aquele mínimo de abstração e de conceituação sem os quais a própria vida seria, como disse Manuel Bandeira, "uma agitação feroz e sem finalidade" – foram escritos os textos reunidos neste livro. São, todos eles, frutos tanto do estudo e da meditação quanto do exercício da docência e da administração universitárias: um exercício iniciado, no Recife, em 1948, e concluído em Brasília, quase quarenta anos depois.

* * *

O leitor notará que algumas referências bibliográficas se repetem de um capítulo para outro, pecando a coletânea pela falta de uniformidade e até por um aparente desrespeito pelas normas da ABNT. Tenho o maior apreço por essa importante e prestimosa instituição e me incluo entre os que defendem a normalização a nível internacional e nacional. Integrei o grupo de fundadores da Comissão de Documentação da ABNT, da qual fui presidente de 1954 a 1960. Mas aprendi com meu saudoso mestre e amigo Herbert Coblans que o essencial é indicar os elementos indispensáveis à identificação e obtenção dos documentos citados, podendo cada país, universidade ou grupo de especialistas manter suas tradições ou seu *estilo* de referenciação bibliográfica. Na área das ciências biomédicas, por exemplo, o ano da publicação é tão importante que antecede as indicações de autor e título; enquanto nos estudos humanísticos prevalecem os antropônimos.

Tudo, afinal, se resume numa questão de bom senso. Se o número de referências bibligráficas é pequeno (digamos 5 ou 6), podem elas ser incorporadas ao texto, entre parênteses. Se o número delas é médio (digamos entre 5 e 12), devem ser transferidas para o fim do texto, na ordem em que se sucedem as respectivas citações. Se as referências bibliográficas são em número ainda maior, manda o bom senso que apareçam na ordem onomástica.

Mantendo, nos capítulos desta coletânea, diferentes estilos de referenciação, ofereço aos cristãos-novos da normalizaçao um mau exemplo de incoerência técnica; mas justifico-me que, se existe mais de um modo de pensar, também devem ser admitidos vários estilos de citar e, conseqüentemente, de referenciar citações.

Na composição da capa, aceitei a sugestão do diretor-geral do IBICT de incluir entre as fotografias de antigas instituições brasileiras de documentação, a da maquete do projeto de Oscar Niemeyer para o Conjunto Cultural Federal da Capital da República, numa ligação simbólica do passado com o futuro.

1. Joelmir Beting. *Na prática a teoria é outra*. São Paulo, Impres, 1973, p. 26.

BIBLIOTECA
DO
I. B. I. C T

VISÕES DE CONJUNTO

A BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL

Agradeço aos alunos da Escola de Biblioteconomia o convite para participar deste seminário, no qual tive a honra de ser precedido por eminentes professores de diferentes departamentos da Universidade Federal de Minas Gerais, um deles, o próprio reitor Eduardo Osório Cisalpino, com quem muitos outros reitores de universidades federais teriam muito que aprender em matéria de bibliotecas e de biblioteconomia.

Para mim, esse tipo de atividade que se coloca além da rotina pedagógica é muito importante para os futuros bibliotecários. Recordo, a propósito, o que afirmou em 1971 o professor norte-americano Jack Dalton: "Talvez o mais importante papel de uma escola de biblioteconomia nestes próximos anos seja menos o de ensinar do que o de definir objetivos e funções" (Dalton, J. "Library education". *In:* Orne, J., ed. *Research Librarianship: Essays in Honor of Robert B. Downs.* New York, Bowker, 1971. *Apud Thompson,* James. *Library Power; a New Philosophy of Librarianship.* London, C. Bingley, 1974, p. 20).

Tomando conhecimento, pelo programa que me foi enviado, dos assuntos aqui debatidos, chego à conclusão de que os alunos da Escola de Biblioteconomia desta Universidade estão preparados para enfrentar os problemas da biblioteconomia brasileira. Em carta que escreveu à redação da revista *Veja*, publicada na edição de 20 de outubro de 1976, o escritor Leo Gilson Ribeiro resume os problemas de nossas bibliotecas no binômio "despreparo dos bibliotecários" e "precariedade das bibliotecas" (*Veja,* nº 424, p. 11, 20 out. 1976).

Texto lido no auditório da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, em 21 de outubro de 1976, por ocasião do encerramento de um seminário organizado pela Escola de Biblioteconomia da mesma Universidade.

O diagnóstico do erudito ensaísta e agudo crítico fora enunciado anteriormente num debate sobre "obstáculos e possibilidades da literatura brasileira", realizado recentemente no Teatro Ruth Escobar de São Paulo, com a participação, também, dos escritores Antônio Houaiss, Antônio Callado e Nélida Piñon.

Os problemas de uma especialização são às vezes melhor esclarecidos por especialistas de outras áreas. O mesmo, aliás, ocorre com os problemas de uma nação, estudados por alguns estrangeiros com maior objetividade e compreensão do que pelos próprios nacionais. Já se disse da opinião dos estrangeiros que ela corresponderia a uma como que "posteridade contemporânea". Um dos casos mais conhecidos é o ainda hoje citadíssimo livro sobre os Estados Unidos, escrito pelo francês Alex de Tocqueville.

No caso do Brasil, há os livros de Saint-Hillaire e os de tantos outros viajantes franceses, ingleses, alemães, italianos, tão bem estudados por Rubens Borba de Moraes em sua *Bibliographia Brasiliana*. Há o norte-americano Roy Nash, cujo livro sobre o Brasil Gilberto Freyre considera como um dos mais notáveis.

Voltando à biblioteconomia, deve-se reconhecer na opinião dos especialistas de outras áreas o que elas representam daquele "saber de experiências feito" a que se referia Camões, pois são, todos eles, usuários dos serviços de bibliotecas. Minha própria experiência de modesto pesquisador me obriga a concordar com o conceito de Leo Gilson Ribeiro. Ele chega a falar de "bibliotecários(as) que mandam procurar Cervantes na letra S."

Para comprovar o despreparo dos bibliotecários brasileiros existe uma série infindável de anedotas, algumas verdadeiras, outras inventadas. Uma das mais antigas é atribuída ao historiador Sérgio Buarque de Holanda, que teria encontrado, no catálogo da Biblioteca Nacional, a ficha do seu livro *Raízes do Brasil* classificada em Botânica. Tenho a minha coleção pessoal de asneiras biblioteconômicas. Há vários anos, procurando informações para uma bibliografia de e sobre José Bonifácio de Andrada e Silva, encontrei no catálogo da Biblioteca Municipal de São Paulo fichas de obras de José Bonifácio, o Moço, atribuídas ao Patriarca da Independência, cuja extensa obra política, literária e científica não necessita, evidentemente, de tal acréscimo. Em certa biblioteca de Brasília, encontrei recentemente, na coleção de periódicos, todos os volumes do *Journal Littéraire* de Paul Léautaud, ali colocados por quem ignorava duas coisas: que Léautaud foi um escritor francês e que, na sua língua, *journal* pode indicar apontamentos diários.

Permitam que lhes conte ainda um fato recente, no qual a ignorância geral especializada em biblioteconomia poderia ter tido uma conseqüência desagradável

para a própria Universidade de Brasília. Tratava-se do credenciamento do curso de pós-graduação em Direito. A doutíssima comissão verificadora designada pelo Conselho Federal de Educação manifestou sua justa estranheza por não encontrar, na lista de periódicos elaborada pela Biblioteca Central, nenhuma revista especializada em direito do trabalho e em direito administrativo. E uma das áreas de concentração oferecidas pelo mesmo curso é a de direito, capital e trabalho. Felizmente, havia entre os membros da congregação de carreira do curso um bibliotecário que, simplesmente por conhecer o sistema de classificação adotado, pôde, se não justificar, pelo menos explicar a omissão: é que, tanto na Classificação Decimal de Melvil Dewey como na Classificação Decimal Universal (CDU), o direito do trabalho e o direito administrativo estão erradamente subordinados, respectivamente, à economia política (331) e à administração pública (35 na CDU e 350 na CDD).

Por esta e por outras é que os referidos sistemas de classificação são recusados pela maior parte dos pesquisadores. Por mais que procurem renovar-se, eles conservam os arcabouços originais, prejudicados por erros históricos ou epistemológicos, como a conservação da psicologia como subdivisão da filosofia ou a da história e a da lingüística separadas das outras ciências sociais. Tem razão, portanto, o escritor Jorge Luis Borges, quando confessa haver imaginado um de seus contos fantásticos ao classificar livros na Biblioteca Nacional de Buenos Aires, da qual foi diretor durante muitos anos. Do sistema de classificação utilizado, que era a CDU, Borges informa que esqueceu tudo. Tudo, menos uma coisa que tem, realmente, algo de surrealista: a Deus corresponde o número decimal 231.

O despreparo dos bibliotecários é um problema que só pode ser corrigido por uma formação menos técnica e mais generalista. Como diz o inglês Broadfield, em seu livro *A Philosophy of Librarianship* (London, Grafton, 1949), "o melhor especialista não é o estreito especialista, mas aquele cujos conhecimentos gerais o capacitam a procurar trigo para seu moinho nos mais desconhecidos e improváveis lugares" (*apud* Thompson, James, *op. cit.*, p. 106). A proposta de Broadfield para os cursos de biblioteconomia me parece inteiramente válida: "Basicamente, quatro anos de curso universitário geral, seguido por mais dois anos em determinado campo (se ele deseja tornar-se bibliotecário especializado), com mais um ano de biblioteconomia – perfazendo um total de cinco ou sete anos de treinamento universitário para todos os bibliotecários" (*apud* Thompson, p. 107). Se tivesse de escolher duas obras fundamentais sobre o assunto, eu indicaria as que tive a sorte de conhecer através da prestimosa revista *British Book News* e que acabo de ler: *Library Power – a New Philosophy of Librarianship,* de James Thompson, bibliotecário da Universidade de Reading (London, Clive Bingley, 1974, 111p. ISBN 0-85157-173-5) e *Communication, knowledge and the librarian,* de K. J. McGarry, professor do Colégio de Bibliote-

conomia do País de Gales (London, Clive Bingley; Hamden, Conn., Linnet Books, 1975, 207 p. ISBN 0-85157-188-3 e, para a edição norte-americana, 0-208-01369-3). São dois livros altamente estimulantes para um bibliotecário que encare sua profissão como uma força, infelizmente ainda não compreendida e aproveitada como tal, em países como o nosso.

* * *

O segundo termo do binômio de Leo Gilson Ribeiro é a precariedade das nossas bibliotecas. Em meu entender, elas são precárias sob dois aspectos principais: nas coleções e nos horários de atendimento ao público. Ambos resultam, como tentarei mostrar a seguir, do isolamento e da auto-suficiência, isto é, da falta de coordenação e de centralização. Já em 1943, em sua conferência sobre *O Problema das Bibliotecas Brasileiras,* Rubens Borba de Moraes reclamava contra a ausência, no Brasil, de uma rede bibliotecária. Uma biblioteca a mais – dizia ele – não resolve o problema de nenhuma comunidade. Fiel a esta lição do meu eminente mestre, é que tenho recusado os constantes e aliciantes apelos do Secretário de Educação e Cultura do Governo do Distrito Federal – o dinâmico embaixador Vladimir Murtinho – no sentido de ajudá-lo na implantação de uma biblioteca pública em Brasília. De acordo com as diretrizes mais recentes da UNESCO, da IFLA e da FID, defendo um sistema nacional de informações, integrado por bibliotecas, arquivos e serviços de documentação. No último documento NATIS, o especialista sueco Björn Tell, diretor das bibliotecas da Universidade de Lund, prevê para cada país, no ano de 1985, "uma rede de informações constituída por um órgão central situado na capital, ligado a nódulos regionais em cada região, os quais, por sua vez, estarão ligados ao subsistema de usuários, com capacidade de extensões a terminais de utilização individual" (cf. *Design and Planning of National Information Systems (NATIS); a Paper for Government Planners.* Paris, UNESCO, 1976, 58 p. COM-76/NATIS/7, p. 36).

Como se sabe, a primeira tentativa feita em nosso país no sentido do estabelecimento de um sistema nacional de informação científica e técnica – o chamado SNICT, elaborado pelo antigo IBBD – resultou em completo desastre. Como salientou o professor Harold Borko, o SNICT estava prejudicado por defeitos graves, como o de áreas de especialização com áreas administrativas, e o de omitir serviços eficientes como o da BIREME e o da CNAE. Omissão que interpreto como recusa de tais serviços em entrarem na vergonhosa competição de que resultou o projeto finalmente gorado. Esperamos que o novo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) conduza o problema de modo mais racional e eficiente.

Voltemos, porém, às coleções e aos horários de nossas bibliotecas. A falta de um programa nacional de aquisição de livros e de assinatura de periódicos es-

trangeiros coloca-nos em grave déficit, face à explosão bibliográfica mundial. Uma pesquisa que gostaria de fazer seria a que indicasse os títulos de livros e de periódicos importantes que não existem em nenhuma biblioteca brasileira. Seria uma demonstração qualitativa do déficit bibliográfico nacional, que completaria os dados quantitativos resultantes da comparação de nossos pobres acervos com os dois milhões de livros publicados anualmente no mundo e com os 25 000 periódicos atualmente em circulação. No modesto âmbito dos meus estudos pessoais, tenho sofrido muito com a falta, em bibliotecas de todo o país, de obras fundamentais e de periódicos relevantes. Imagino quanto sofrem os demais pesquisadores, para os quais a única solução está nos chamados 'colégios invisíveis', formados pelos contatos (pessoais e por correspondência) entre especialistas de todo o mundo. Não me alongarei mais aqui sobre este problema porque já o abordei em artigo publicado no último número da revista *A Ordem,* publicada no Rio de Janeiro pelo Centro Dom Vital ("As bibliotecas brasileiras em face da explosão científica e tecnológica", *A Ordem,* v. 72, n. 2/3, p. 78-87, jul./dez. 1975) (faltam algumas linhas no segundo parágrafo da página 83).

Todas as nossas bibliotecas têm horários de repartições públicas, isto é, estão fechadas quando mais precisamos delas, que é durante a noite e nos finais de semana. Eu disse que a deficiência de horário também decorre da falta de coordenação e de centralização, porque esta proporcionaria uma adequada distribuição de bibliotecários, recepcionistas e vigilantes pelos expedientes noturnos, tanto quanto pelos dos sábados, domingos e feriados.

Vejamos, agora, os pontos negativos e positivos da biblioteconomia brasileira, segundo os cinco diferentes tipos de bibliotecas previstos para os NATIS: nacionais, públicas, universitárias, especializadas e escolares. Nossa Biblioteca Nacional teve, ao longo de sua história mais que sesquicentenária, pontos altamente negativos, alternados com outros de caráter positivo. Não há exagero em dizer-se da diretora atual que ela revive os grandes períodos em que a Nacional foi dirigida pelo barão Benjamin Franklin Ramiz Galvão (1870-1882), pelo jurista Manuel Cícero Peregrino da Silva (1900-1924) e pelo bibliógrafo Rubens Borba de Moraes (1945-1947).

Quando assumiu a direção-geral da Biblioteca, em 12 de maio de 1971, Jannice Monte-Mor encontrou um edifício em ruínas, com instalações elétricas precárias e extintores de incêndio descarregados, uma organização técnico-administrativa confusa e obsoleta, um quadro de pessoal caótico, com alguns servidores competentes e idealistas quase dominados pela apatia geral e pelo derrotismo, um processamento técnico tão antiquado que fazia cada documento passar seis anos desde a aquisição até a circulação, "parte do acervo em estado de verdadeira calamidade" (palavras do relatório de 1971) porque entregue à ação

devastadora dos fungos, da poeira, dos insetos, do calor e da umidade, os *Anais* e o *Boletim Bibliográfico* atrasados.

Todos esses problemas foram cuidadosamente estudados e tiveram suas soluções consubstanciadas em projetos que não tardariam em obter o apoio financeiro do governo brasileiro, da UNESCO, de fundações nacionais e estrangeiras.

Com a colaboração do CIMEC (Centro de Informática do Ministério da Educação e Cultura), a Biblioteca Nacional já começou a beneficiar-se dos progressos da tecnologia eletrônica, que lhe permitirá a automação dos processos técnicos e a participação do Brasil em dois programas internacionais: o do Controle Bibliográfico Universal e o de Numeração Bibliográfica Internacional Normatizada (ISBN). Dois subprodutos desse processo são o *Catálogo de Periódicos,* em vias de publicação, e o *Boletim Bibliográfico,* processado por computador a partir do volume correspondente ao primeiro trimestre de 1976, que tenho a honra de apresentar em público pela primeira vez no Brasil. A partir do próximo número, o *Boletim Bibliográfico* já se apresentará de acordo com o formato CALCO (Catalogação Legível por Computador), que é, como se sabe, uma adaptação brasileira, que devemos à bibliotecária Alice Príncipe Barbosa, do Projeto MARC II da Library of Congress dos Estados Unidos.

Mesmo as melhores bibliotecas públicas brasileiras – que me parecem ser a Biblioteca Estadual do Paraná, em Curitiba, e a Biblioteca Municipal Mário de Andrade, em São Paulo – estão longe de poder comparar-se às *public libraries* dos Estados Unidos e da Europa. A biblioteca dinamicamente integrada nos programas de educação de base e de alfabetização de adultos, com serviços especializados para diferentes classes de usuários – crianças, pessoas idosas, deficientes da visão e de outros órgãos, presidiários, hospitalizados etc. – essa nós não conhecemos no Brasil.

A situação de nossa Biblioteca Nacional difere bastante daquela em que se encontrava a Library of Congress dos Estados Unidos, quando o presidente Franklin Roosevelt decidiu nomear para sua direção o grande poeta Archibald Macleish. Os clamores da biblioteconomia norte-americana foram desprezados pelo presidente como conversa fiada. E um dos maiores defensores da nomeação de Archibald Macleish foi o grande juiz da Suprema Corte, Felix Frankfurter. Ele escreveu que a direção de uma grande biblioteca exigia energia e visão imaginativas, devendo o diretor da Library of Congress ser "um homem que conhecesse livros, que amasse livros e que escrevesse livros".

Como observa James Thompson, 30 anos depois e à luz das realizações de Macleish como diretor da Library of Congress, é difícil discordar da decisão de

Roosevelt, que outro bibliotecário inglês – Arundell Esdaile – descreve como "um jurista competente, um homem de negócios, um notável poeta com qualquer coisa de gênio"; enquanto os que disputavam com ele o alto cargo eram apenas técnicos em biblioteconomia *(library technicians)*. Não havia nos Estados Unidos nenhum bibliotecário suficientemente grande para tornar-se *Librarian of Congress*. Alguns bibliotecários viriam a exercer o ambicionado cargo, que, entretanto, voltou recentemente para um escritor: o historiador Boorstin.

No caso brasileiro, ficou definitivamente provado que os escritores que dirigiram a Biblioteca Nacional, tanto antes como depois de Rubens Borba de Moraes, deixaram-na deteriorar-se a ponto de constituir-se num escândalo público e numa vergonha nacional, como me animei a escrever em 1966, tendo sido, por isso, denunciado pelo então diretor ao Ministério da Educação e Cultura e até ao Serviço Nacional de Informações. Para honra nossa, foi uma bibliotecária quem salvou a Biblioteca Nacional.

Subscrevo inteiramente os conceitos do professor Harold Borko, da Universidade da Califórnia em Los Angeles, sobre nossas bibliotecas universitárias: "Unfortunately, the university libraries in Brazil are neither as well stocked nor as well staffed as they should be [...]. Efforts should be made to improve these central libraries, for it is through the university library that the future scientists and technologists will learn to use information. By considering university libraries as a system, instead of as individual isolated units, improvements could be made economically. An improved system of inter-library loan should be one of the first goals of this sub-system" (Borko, Harold. *Organization and Structure of a National System of Scientific and Technological Information (SNICT)*, August 1972. Paris, UNESCO, 1972, 27+22 p. Serial nº 2824./RMO.RD/DBA).

A reforma universitária pode contribuir para a solução do problema principal de nossas bibliotecas universitárias – que é a excessiva descentralização, com evidente multiplicação de coleções, de processos, de instalações, de equipamentos e de pessoal. Pois a reforma determina a plena utilização de recursos materiais e humanos, vedando expressamente a duplicação de meios para fins idênticos. Não tendo um fim em si mesma – pois existe para proporcionar aos programas de ensino e pesquisa a indispensável infra-estrutura bibliográfica e documental – a biblioteca universitária se insere entre os serviços-meio e, como tal, não pode nem deve ser duplicada. O objetivo é o uso pleno da informação contida nos documentos; e essa utilização exige um rendimento máximo de recursos materiais e humanos que somente se consegue pela centralização total dos processos de aquisição, catalogação, classificação, conservação e difusão.

Talvez o ponto mais positivo da biblioteconomia brasileira seja, depois da atual

fase da Biblioteca Nacional, a existência de boas bibliotecas especializadas, nos institutos de pesquisas, nas sociedades profissionais, nas indústrias farmacêuticas etc. Na maior parte das universidades brasileiras, existem menos bibliotecas universitárias do que às vezes excelentes bibliotecas especializadas, em diferentes faculdades, institutos e até departamentos.

Chegamos, finalmente, às bibliotecas escolares, que são ainda piores do que as bibliotecas públicas. É mal, parece, de todo o país, fenômeno que talvez decorra da própria situação do chamado ensino de 1º e 2º graus, ainda tão confusa depois da última reforma.

* * *

Antes de concluir esta palestra, assalta-me uma dúvida cruel: a de que falei de bibliotecas e bibliotecários brasileiros, mas não tratei do assunto que me foi proposto, que é "A biblioteconomia no Brasil". Qual a diferença?

A resposta importa numa digressão sobre a filosofia da biblioteconomia. Os norte-americanos cunharam a expressão *library science,* mas algumas escolas dos próprios Estados Unidos evitam o título de *School of Library Science,* preferindo, mais modestamente, *Library Service,* enquanto os ingleses preferem, de modo geral, *Library Studies,* ou *Librarianship* (que não é a mesma coisa, pois o sufixo *ship* indica uma prática profissional). Essa variedade terminológica decorre da dúvida quanto ao caráter científico da biblioteconomia, embora o advento de uma ciência da informação tenha animado muitos na adoção do título *Library and Information Science.*

Quem aceita a biblioteconomia como ciência está na obrigação de indicar seu objeto. Perguntemos, assim, em termos filosóficos: qual o *ser* da biblioteconomia?

Não me parece que o *ser* da biblioteconomia seja o *livro*, objeto, sob ângulos diferentes, de duas outras ciências: a bibliologia e a bibliografia.

Pensam alguns que o verdadeiro objeto da biblioteconomia seria a *biblioteca.* Discordamos. Como ciência cultural – no sentido alemão de *Kulturwissenschaft* – a biblioteconomia deve estar teleologicamente voltada para o *homem.* Minha proposta pessoal é a de que o objeto da biblioteconomia deve ser o *leitor.* Por isso já me ocorreu definir biblioteca menos como uma coleção de livros do que como uma *assembléia de leitores.* Os dicionários definem assembléia como "reunião de muitas pessoas para um fim determinado". Os leitores se reúnem em bibliotecas *para ler,* havendo, como se sabe, três grandes configurações da leitura: a de informação, a de formação e a de recreação.

Poderia ir além e dizer que o objeto da biblioteca é *menos o leitor do que o não-leitor.* Assim como Cristo afirmou que não veio salvar os justos mas os pecadores, poderíamos dizer – pedindo perdão pela possível irreverência da paráfrase – que a biblioteca existe mais para o *não-leitor* do que para o *leitor.*

Em seu sugestivo livro *El lector. La lectura. La comunicación* (Madrid, Asociación Nacional de Bibliotecarios, Archiveros y Arqueólogos, 1972, 127 p.), Hipólito Escolar Sobrino dedica várias páginas ao que chama de "não-usuários da biblioteca pública" (p. 35-48), classificando-os em quatro grupos: (1) o dos "não-leitores em absoluto", que não sabem ler ou não podem ler por incapacidade física; (2) o dos que, por diferentes circunstâncias econômicas, sociais ou pessoais (pobreza, marginalidade, saúde) não têm acesso à biblioteca; (3) o dos que não gostam de ler e (4) o dos que preferem ler em suas próprias bibliotecas particulares.

Parece-me um dever indeclinável do bibliotecário contribuir para transformar os não-leitores em usuários da biblioteca. Nesta perspectiva, estudos deveriam ser incentivados entre estudantes de biblioteconomia sobre o leitor e o não-leitor brasileiros.

Se não falei explicitamente deles, asseguro que foram elementos subjacentes em tudo o que escrevi. Pois, ao fim e ao cabo, os mais prejudicados com o despreparo de nossos bibliotecários e a precariedade de nossas bibliotecas são os leitores e os não-leitores. Considero-os como as grandes vítimas da biblioteconomia no Brasil.

AS BIBLIOTECAS BRASILEIRAS EM FACE DA EXPLOSÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

À memória de
Eduardo Prado de Mendonca.
que me fez escrever este artigo.

"La science trouve son Waterloo dans les bibliothèques" (Suzanne Briet).

Pediu-me o diretor desta revista um artigo sobre documentação para o número dedicado à ciência. E ele mesmo justificou o pedido com palavras que me permito reproduzir para uma tentativa de abordagem do problema colocado: "Parece-me que ainda predomina entre os cientistas a idéia de *ter* os documentos, e não a idéia de *uso,* isto é, falta-lhes a visão de um planejamento global de aquisição e funcionalidade de uso acessível a todos".

Nos Estados Unidos, o problema é inverso, a julgar pela crítica de Julián Marías aos professores universitários daquele país: a de não possuírem bibliotecas particulares, porque as públicas e universitárias satisfazem perfeitamente suas necessidades; e para o insigne ensaísta espanhol, uma coleção de obras-primas da cultura universal é peça indispensável na casa de qualquer *scholar* digno deste nome (17, p. 97-99). A observação de Julián Marías se assemelha à do senador e ex-ministro Gustavo Capanema, quando afirmou que um Ministro do Supremo Tribunal Federal deve ser não apenas jurista, mas homem culto; e quando lhe perguntaram o que é um homem culto, respondeu: "Um homem culto é alguém que tem sempre Goethe ao alcance da mão. Um homem culto não dorme sem ler Shakespeare, Dante, Rilke, um grande poeta" (7).

Mas o problema a que alude o professor Eduardo Prado de Mendonça não é bem este. Ele fala de *documentos,* isto é, de literatura especializada que nossos pesquisadores desejam ter, se não em suas casas, pelo menos ao alcance da mão, em laboratórios, clínicas e departamentos das universidades em que ensi-

Publicado pela revista *A Ordem* (Rio de Janeiro) v. 72, n. 2/3, p. 78-87, julho/dezembro 1975.

nam ou pesquisam, donde serem contrários à idéia da biblioteca central, conseqüência lógica da reforma universitária, na medida em que esta determina a plena utilização de recursos materiais e humanos, vedando expressamente a duplicação de meios para fins idênticos (5).

Exemplos típicos dessa duplicação são as várias assinaturas de uma só revista, feitas por diversos institutos da mesma universidade: autêntica malversação de recursos, escancarada aos olhos de todos nós com a publicação do *Catálogo Coletivo de Publicações Periódicas de Ciência e Tecnologia* (14). Eis alguns exemplos, colhidos aqui e ali: do *American Journal of Physics* existem no *campus* da Universidade de São Paulo duas coleções, uma no Departamento de Física e outra no Instituto de Energia Atômica (14, v. 1, p. 31); do *American Journal of Science* existem na mesma universidade três coleções, uma no Conjunto das Químicas, outra no Departamento de Zoologia e Fisiologia Geral e Animal e ainda outra no Instituto de Pesquisas Tecnológicas (14, v. 1, p. 32); dos *Annales de Chimie* existem, ainda no *campus* da USP, uma coleção no Conjunto das Químicas e outra no Instituto de Energia Atômica (14, v. 1, p. 49).

Em seu discurso de posse na presidência dos Estados Unidos, John Fitzgerald Kennedy afirmou que pretendia ajudar os pobres a se ajudarem a si próprios, não porque os comunistas desejassem fazer o mesmo ou para ganhar seus votos, mas simplesmente porque isso era justo. Parafraseando o inolvidável estadista, podemos dizer que a reforma universitária deve ser aplicada menos por ser lei – *dura lex, sed lex* – do que por estar certa: porque procura corajosamente destruir tradicionais e obsoletas estruturas, implantando um sistema integrado, flexível e dinâmico de ensino, pesquisa e serviços técnico-administrativos.

Não tendo um fim em si mesma – pois existe para proporcionar aos programas de ensino e pesquisa a indispensável infra-estrutura bibliográfica e documental – a biblioteca universitária se insere entre os serviços-meio e, como tal, não pode nem deve ser duplicada. O objetivo é o uso pleno da informação contida em documentos de qualquer natureza: manuscritos, datilografados, policopiados, impressos, iconográficos, fonográficos etc.; e essa utilização exige um rendimento máximo de recursos materiais e humanos que somente se consegue pela centralização total dos processos de aquisição, catalogação, classificação, conservação e difusão.

Além de ser uma solução econômica, a centralização de coleções é uma conseqüência lógica do caráter interdisciplinar do pensamento contemporâneo, fator que não pode ser subestimado, porque nas bibliotecas – universitárias ou não – se reúnem as expressões bibliográficas e documentais desse pensamento, de acordo com a conhecida e agudíssima observação de Mallarmé: "Tout au

monde existe pour aboutir à un livre" (16, p. 378). A conseqüência bibliográfica dessa configuração interdisciplinar da cultura moderna é o fenômeno da *dispersão,* que consiste na publicação de artigos de interesse para uma especialização em revistas gerais e de outras especializações, conexas ou não.

Não podemos dizer mais, em face desse fenômeno, que revistas e até certos tipos de publicações não-periódicas especializadas em ciências exatas só têm interesse para matemáticos, físicos e químicos; ou que revistas e outras publicações especializadas em ciências naturais interessem apenas a biólogos, zoólogos e botânicos; ou que revistas e outras publicações especializadas em ciências sociais devem ser consultadas apenas por sociólogos, antropólogos, economistas ou politicólogos; ou, ainda, que revistas e outras publicações de caráter humanístico são lidas apenas por filósofos, teólogos, lingüistas ou críticos de arte e literatura. Somente na biblioteca central, por exemplo, poderia um matemático encontrar, numa revista especializada em sociologia, um artigo como o que Philippe-Charles Picard publicou no volume 22, de 1971, de *L'Année Sociologique,* sobre o que chama de "etno-sociologia da matemática" (19).

Em setembro de 1971, realizou-se em Paris, sob os auspícios da UNESCO, um seminário internacional para debate do tema "a diversidade das culturas e a universalidade da ciência e da tecnologia". Uma das recomendações desse seminário foi a de que os especialistas procurem ultrapassar *les cloisons de leur spécialité*, considerando o caráter interdisciplinar tanto das ciências da natureza física e biológica como das ciências sociais e humanas, "en cherchant à reactiver le sens profond de la vocation du savoir scientifique" (22, p. 302).

Alheios a tais orientações e recomendações, muitos pesquisadores brasileiros trabalham como se fossem eremitas, exigindo que revistas e outros documentos fiquem trancados em seus gabinetes ou laboratórios, sem pensar naquele "planejamento global de aquisição e funcionalidade de uso acessível a todos" a que se refere o professor Eduardo Prado de Mendonça. A verdade é que não temos no Brasil, em geral, ou em qualquer região, em particular, esse "planejamento global de aquisição" que proporcionaria a existência, nas bibliotecas do país, de tudo o que de relevante se publica no estrangeiro.

Esse ideal foi conseguido em outros países não por serem mais ricos do que o nosso e sim porque entre suas bibliotecas predomina o espírito de cooperação, em vez do espírito de competição. Assim, em vez de seguirmos o bom exemplo dos Estados Unidos com seus programas nacionais de aquisição de material estrangeiro, copiamos da biblioteconomia norte-americana o que ela tem de pior, como, por exemplo, a Classificação Decimal de Melvil Dewey e o catálogo - dicionário.

As conseqüências desse anti-sistema extremamente descentralizado aí estão: coleções incompletas de revistas, monografias, obras de referência, documentos iconográficos e fonográficos etc.; altíssimo custo dos processos técnicos e administrativos; difusão deficiente da informação; atendimento precário aos usuários, com expedientes de repartições, públicas, que mantêm as bibliotecas fechadas quando mais necessitamos delas, isto é, durante a noite, nos feriados e fins de semana; falta de atualização dos bibliotecários, que somente reunidos em bibliotecas centrais poderiam ser submetidos a uma reciclagem periódica mais sistemática e menos dispendiosa. Em sugestivo ensaio, Antony Jay destaca esse aspecto educativo do que chama de *good centralization,* lembrando o exemplo de Alfred Sloan na General Motors: "He started 'good centralization', a continuous process of education in the central General Motors policy" (15, p. 127 e 168).

Visitando nossas bibliotecas universitárias, o professor Harold Borko – da Universidade da Califórnia em Los Angeles e um dos mais competentes bibliotecários de nossa época – chegou a esta conclusão melancólica: "Unfortunately, the university libraries in Brazil are neither as well stocked nor as well staffed as they should be" (4, p. 21). E pensando no papel que elas poderiam desempenhar num futuro sistema nacional de informação científica e tecnológica, recomendou: "Efforts should be made *to improve these central libraries,* for it is through the university library that the future scientists and technologists will learn to use information. By considering university libraries as a system, *instead of as individual isolated units*, improvements could be made economically. An improved system of inter-library loan should be one the first goals of this subsystem" (4, p. 21, grifos nossos).

Exagero de alienígena acostumado com os elevados padrões norte-americanos? De modo algum, pois o depoimento de Borko coincide com o de recente reportagem sobre as universidades brasileiras: "O recurso às apostilas, patrocinadas habitualmente pelos diretórios acadêmicos, é um expediente paliativo. *E as bibliotecas acadêmicas ou públicas acabam oferecendo a seus usuários apenas um repertório de decepções.* A de ciências sociais da USP recusa-se a abrir aos sábados, obedecendo a insondáveis desígnios burocráticos. A do curso de física da UFMG dá-se ao luxo de abrigar um solitário exemplar do *Cálculo e Álgebra Linear,* de Kaplan e Lewis, disputado por 1 300 eventuais leitores. E na de medicina e cirurgia da Federação das Escolas Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG), o volume mais recente é muito anterior aos vôos espaciais" (13, p. 59).

O depoimento do professor Harold Borko é valioso por várias razões, inclusive por ser ele natural de um país cujas bibliotecas são apontadas como exemplo, pelas enormes proporções de seus acervos, mecanização e automação de

seus processos, monumentalidade e beleza de seus edifícios. Uma biblioteca como a Library of Congress chegou a comover um poeta hermético e contido como Saint-John Perse, que, referindo-se a ela, exclamou num de seus poemas: "Basilique du livre!" (20, v. 2, p. 21).

Entretanto, as bibliotecas norte-americanas, em geral, e as universitárias, em particular, oferecem a quem as visita ou nelas estagia o papel de uma faca de dois gumes: podem fazer, ao mesmo tempo, muito mal e muito bem. Fazem mal quando copiadas sem as devidas adaptações; fazem bem quando examinadas sem deslumbramentos indiscriminados, mas com discernimento e, sobretudo, com muita consulta às revistas de biblioteconomia e aos próprios bibliotecários daquele país. Exemplos típicos de más americanices biblioteconômicas transplantadas para o Brasil são – repito – a Classificação Decimal de Melvil Dewey e o catálogo-dicionário, mesmo depois da substituição, nas próprias bibliotecas dos Estados Unidos, daquele sistema e desse tipo de catálogo, respectivamente, pela Classificação da Library of Congress e pelo chamado *divided catalog*.

Tendo visitado bibliotecas universitárias norte-americanas em diferentes épocas e regiões, sob os auspícios tanto do Council on Higher Education in the American Republics (CHEAR) como da Fundação Ford e do Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Illinois – visitas que me proporcionaram o conhecimento de Columbia, New York University, Queen's, Brooklyn e Boston Colleges, Harvard, M.I.T., Chicago, Northwestern e Loyola, Illinois (Champaign-Urbana e Chicago *campi*), Saint-Louis e Washington (Missouri), Wayne, Notre Dame, Michigan State, Stanford, Califórnia (Berkeley, Los Angeles e Irvine *campi,* Catholic University of America, John's Hopkins e Louisville – verifiquei – não apenas vendo instalações mas conversando com bibliotecários de várias gerações e lendo estudos sobre o assunto – que a descentralização de coleções, vigente em grande número dessas universidades, é considerada como um erro histórico: um erro que, pelas suas enormes proporções, não pode infelizmente ser corrigido, mas apenas atenuado.

Uma das iniciativas que objetivam a atenuação desse erro é a utilização de equipamento eletrônico na comunicação entre bibliotecas; outra é a intensificação das redes, sendo *network* uma das palavras que mais encontramos, em nossos dias, na literatura especializada; ainda outra é a criação da chamada *under-graduate library:* uma coleção centralizada para uso apenas dos alunos de graduação. *Under-graduate libraries* como a Lamont, de Harvard, ou a de Stanford, é que podem servir de exemplo para as bibliotecas universitárias brasileiras; e não sistemas de bibliotecas como o da própria Harvard, mantidos apenas porque a correção de seus defeitos seria economicamente inviável.

O mesmo fenômeno ocorre – diga-se de passagem – com a catalogação que, nas maiores bibliotecas norte-americanas, não pode ser simplificada – pelo menos tanto quanto recomendou uma conferência internacional (9, p. 91-96) – em face da inviabilidade econômica da reforma de seus catálogos. É o que está francamente confessado no prefácio da edição norte-americana do novo código anglo-americano de catalogação: "The Catalog Code Revision Committee adopted the Paris Principles, *with certain limited qualifications,* early in 1962. Shortly thereafter the Library of Congress made an intensive study of the theoretical merits of the Paris Principles and of *the extent to which changes would be required in its card catalogs if the Principles were to be applied retrospectively*. The Association of Research Libraries supported the findings of this study and recommended to the Catalog Code Revision Committes that certain provision of the Paris Principles be reconsidered and that one, 9.4, be modified in view of the heavy *cost that would be entailed in applying its provisions retrospectively to the great number of catalog entries that would be involved in any research library catalog.* These recommendation were accepted by the Catalog Code Revision Committee in June 1962" (1, p. 3, grifos nossos).

Esse código foi publicado no Brasil como se devesse ser adotado por nossas bibliotecas, quando, na verdade, o que deve é ser sumariamente rejeitado (2). Devemos simplificar radicalmente a catalogação – tal como propõe a professora Cordélia Robalinho Cavalcanti (8) – e outros processos técnicos, a fim de que a documentação adquirida pelas bibliotecas chegue o mais depressa possível ao conhecimento dos interessados, ou, em outras palavras, para que a informação contida nos documentos seja rapidamente *consumida* pelos estudiosos.

Com este objetivo é que a UNESCO tem recomendado a todos os países o estabelecimento de sistemas nacionais de informação (*National Information Systems,* ou NATIS), constituídos por subsistemas de bibliotecas universitárias, de bibliotecas especializadas, de bibliotecas nacionais e até de bibliotecas populares (*public libraries*) (21). Também foi recomendada a organização, em cada país, de um organismo que assegure o registro bibliográfico de todos os documentos, concomitantemente com sua publicação: registro que sendo – como deve ser – internacionalmente uniforme, proporciona a coordenação e a permuta de informações em nível universal; donde o nome com que este programa foi batizado: *Universal Bibliographic Control,* ou UBC (3).

Paralelamente – e em estreita colaboração com o International Council of Scientific Unions – estudou a UNESCO a viabilidade de um sistema internacional de informação científica, conhecido pela palavra UNISIST. Este sistema revive, em termos atuais, o ideal de Paul Otlet e Henri La Fontaine quando fundaram, em 1895, o Instituto Internacional de Bibliografia, com sede em Bruxelas, transferida

ferida posteriormente para Haia, onde ainda hoje funciona com o nome – definidor de sua nova natureza – de Federação Internacional de Documentação. Não há exagero em dizer-se, do primeiro documento UNISIST (23), que ele corresponde, em importância e significação, ao *Traité de Documentation* publicado em 1934 por Paul Otlet (18).

Constituído por vários grupos de trabalho e comissões, o UNISIST – hoje considerado menos um *sistema* do que um "programa de cooperação internacional em informação científica e técnica" – tem promovido reuniões das quais o nosso país não vem infelizmente participando, como participou, em fins do século passado e começos do atual, do Instituto Internacional de Bibliografia, representado por sábios como Juliano Moreira, Osvaldo Cruz, Vítor da Silva Freire e Manuel Cícero Peregrino da Silva (12).

É realmente lamentável que não encontremos o nome de nenhum brasileiro – nem como observador – nos relatórios de reuniões do programa UNISIST. Entretanto, da comissão consultiva participam representantes de países do chamado Terceiro Mundo, como Zâmbia e México (24, p. 20). É verdade que o Brasil foi convidado a tomar parte no programa, representado pelo Conselho Nacional de Pesquisas (25, p. 8). Mas o projeto de Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNICT) é, para falar francamente, um amontoado de incongruências, como demonstrou o professor Harold Borko, ao escrever no relatório que lhe foi solicitado pela UNESCO: "The sub-systems appears to be a strange mixture of information service organizations and of operating organizations. (...) The system appears to be a mixture of both general discipline oriented information services and a few mission-oriented services such as patents and agriculture. This is bound to cause some overlap and confusion of responsibilities. Moreover, a number of high priority missions and industries, many of which have well developed information services, seem to be omitted fron the National System, for example, education, aerospace industry, medicine, etc. How will these organizations be represented in the National System?" (4, p. 16).

A pergunta do professor Harold Borko só pode ter uma resposta que é esta: os excelentes serviços de documentação a que alude não estão previstos como subsistemas do SNICT porque se abstiveram de ingressar na vergonhosa competição de órgãos governamentais, predominante na elaboração do projeto. Assim, em vez de um estudo de viabilidade que teria proporcionado o ingresso do Brasil no programa UNISIST, o que surgiu com o nome de Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica foi um documento ambicioso, impreciso e incoerente, como também demonstrou, depois do professor Borko e com sua autoridade de chefe da Divisão de Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores, o ministro João Frank da Costa (10).

* * *

Qual a conclusão a tirar de tudo o que acabo de escrever, num tom propositadamente franco e informal de *causerie?* A de que a responsabilidade pela não existência, em nosso país, de bibliotecas bem equipadas e integradas num sistema nacional de informação científica e técnica deve ser dividida entre pesquisadores e bibliotecários. Tanto uns quanto outros necessitam, ressalvadas as honrosas exceções, de ser orientados para o trabalho em colaboração. Como escreveu mestre Fidelino de Figueiredo, "o muito que o trabalho do saber comporta de inspiração individual não dispensa nem ofusca o seu caráter de colaboração numa grande gesta, em que disciplinadamente e organizadamente se empenham os espíritos melhores de toda a parte" (11, p. 42).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION *et alii. Anglo-American cataloging rules.* North American text. Chicago, ALA, 1967. 400 p.

2. ———. *Código de catalogação anglo-americano.* Trad. e adaptação do texto norte-americano editado pela ALA por Abner Lellis Corrêa Vicentini, com a colab. de Pe. Astério Campos, SDB. Brasília, Edição dos Tradutores, 1969. 528 p.

3. ANDERSON, Dorothy. *Universal Bibliographic Control.* Paris, UNESCO, 1974. 67 p. (COM-74/NATIS/REF. 3)

4. BORKO, Harold. *Organization and structure of a National System of Scientific and Technological Information (SNICT).* August 1972. Paris, UNESCO, 1972. 27+22 p. (Serial nº 2824/RMO.RD/DBA)

5. BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto-lei nº 53, de 18-11-1966: Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências. *Diário Oficial* (Brasília) 21 nov. 1966, p. 13. 416.
———. Decreto-lei nº 252, de 28-02-1967: estabelece normas complementares ao Decreto-lei nº 53/66 e dá outras providências. *Diário Oficial* (Brasília) 28 fev. 1967, p. 2.443. O § 4º do Art. 2 teve sua redação alterada pela Lei nº 5.882, de 24-05-1973. *Diário Oficial* (Brasília) 28 maio 1973, p. 5.121.

6. BRIET, Suzanne. *Qu'est-ce que la documentation?* Paris, Éditions Documentaires, Industrielles et Techniques, 1951. 46 p.

7. CASTELLO BRANCO, Carlos. O Supremo e os leitores de Goethe. *Journal do Brasil* (Rio de Janeiro) 7 nov. 1971, 1º cad., p. 4.

8. CAVALCANTI, Cordélia Robalinho. *Catalogação simplificada.* Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1970. 161 p.

9. CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PRINCÍPIOS DE CATALOGAÇÃO. PARIS, 1961. *Report.* London, International Federation of Library Associations, 1963. 293 p.

10. COSTA, João Frank da. O Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNICT). *Revista de Biblioteconomia de Brasília* v. 1, n. 2, p. 95-107, jul./dez. 1973.

11. FIGUEIREDO, Fidelino de. *Aristarchos; quatro conferencias sobre methodologia da critica literaria no Departamento Municipal de Cultura de São Paulo – Brasil.* 2. ed., rev. e precedida de dois estudos de Tristão de Athayde. Rio de Janeiro, H. Antunes, 1941. 144 p.

12. FONSECA, Edson Nery da. The Universal Decimal Classification in Brazil. *Revue de la Documentation* (La Haye) v. 28, n. 2, p. 67-69, mai 1961.

13. GRANDEZAS e misérias do estudante. *Veja* (São Paulo) 8 jan. 1975, p. 56-61.

14. INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO. *Catálogo coletivo de publicações periódicas de ciência e tecnologia.* Rio de Janeiro, 1970-71. 2 v.

15. JAY, Antony. *Management and Machiavelli; an inquiry into the politics of corporate life.* 2. ed. New York, Bantam Books, 1969. 244 p.

16. MALLARMÉ, Le livre, instrument spirituel. In: ——— *Oeuvres complètes.* Texte établi et annoté par Henri Mondor et G. Jean-Auvry. Paris, Gallimard, 1945, p. 378-382.

17. MARÍAS, Julián. *Um mundo nôvo: os Estados Unidos* (Los Estados Unidos en escorzo). Trad. de Diva Ribeiro de Toledo Piza. Rio de Janeiro, Editora Presença, 1964. 276 p.

18. OTLET, Paul. *Traité de documentation; le livre sur le livre; théorie et pratique.* Bruxelles, Editions Mundaneum, 1934. 443 p.

19. PICARD, Philippe-Charles. Ethno-sociologie de la mathématique. *L'Année Sociologique* (Paris) v. 22, p. 13-47, 1971.

20. SAINT-JOHN PSERSE, pseud. de Alexis Léger. *Oeuvre poétique.* Éd. rev. et corrigée. Paris, Gallimard, 1960. 2 v.

21. UNESCO. *National Information System (NATIS): objectives for national and international action.* Paris, 1974. 32 p.

22. ———. *La science et la diversité des cultures.* Paris, Presses Universitaires de France, 1974. 321 p.

23. UNISIST. *Study report on the feasibility of a world science information system,* by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization and the International Council of Scientific Unions. Paris, UNESCO, 1971. 161 p. (SC. 70/D. 75/A. UNESCO/UNISIST/4)

24. ———. UNISIST Advisory Committee. First Session. Paris, 1974. *Final report.* Paris, Unesco, 1974. 27 p.

25. ———. Establishment of National Focal Points and UNISIST national committees. *Newsletter* (Paris) v. 2, n. 1, p. 8-9, 1974.

BIBLIOTECONOMIA BRASILEIRA: AVALIAÇÃO CRÍTICA E PERSPECTIVAS

Tomando posse na Academia Brasileira de Letras, José Américo de Almeida começou com duas perguntas que eu gostaria de parafrasear aqui: como aconteceu isto? Por que emergi de minha obscuridade, do isolamento compulsório de Brasília para esta evidência?

Ouso dizer que a paráfrase é, nesta oportunidade, mais adequada que as perguntas parafraseadas, porque as academias, como as mulheres antigas, gostam de ser cortejadas, jamais elegendo alguém que não lhes tenha solicitado votos.

Eu aqui estou ainda sem saber por quê; mas como o convite me chegou sem que o esperasse ou sequer o desejasse, minha gratidão para com os organizadores do 10º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação eu a quero exprimir, para fugir à banalidade inevitável dos agradecimentos, evocando os versos imorredouros com os quais Manuel Bandeira não apenas traduziu, mas reescreveu em português o que Elizabeth Barret Browning disse num dos *Sonnets from the Portuguese:*

E é tão pura a paixão de que me inundo
Quanto o pudor dos que não pedem nada. (1)

O tema escolhido – **biblioteconomia brasileira: avaliação crítica e perspectivas** – está muito de acordo com um congresso que, além de ser o décimo a realizar-

Conferência lida na sessão solene de abertura do 10º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (Curitiba, 22 de julho de 1979) e publicada nos *Anais,* Curitiba, Associação Bibliotecária do Paraná, 1980, v. III, p. 906-913.

se no Brasil, ocorre em data muito rica em elementos nacionais e internacionais.

Há cem anos, o pole mais due centenário Library Journal – primeira revista do mundo especializada em biblioteconomia – duplicava o espaço inicial da classificação de Charles A. Cutter. No Brasil e também há cem anos, realizava-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro o primeiro concurso público para admissão dos então chamados oficiais de bibliotecas: iniciativa de Ramiz Galvão, muito insuficientemente considerada por Antonio Caetano Dias como o marco inicial da formação profissional do bibliotecário no Brasil" (5).

BIBLIOTECA
DO
I. B. I. C. T

Congresso Brasileiro de Biblioteconomia. De biblioteconomia e ainda sem documentação, porque embora o Instituto Internacional de Bibliografia tenha sido rebatizado, em 1931, como Instituto Internacional de Documentação e não obstante datar de 1934 o *Traité de Documentation,* de Paul Otlet, os documentalistas europeus ainda não haviam desembarcado no Brasil, para assustar bibliotecárias pacatamente limitadas a classificar e a catalogar livros, quando, em outros países, já se reconhecia que os pesquisadores necessitam muito menos de livros do que de artigos de periódicos, de comunicações a congressos, de notas prévias sobre pesquisas em processo, de boletins de laboratórios e institutos científicos, de relatórios técnicos e patentes de invenções; e menos de fichas ou referências bibliográficas que de resumos do que de mais relevante aparece em cinqüenta mil revistas publicadas no mundo.

É verdade – recorde-se de passagem – que em 1911 Manuel Cícero Peregrino da Silva procurou implantar na Biblioteca Nacional um Serviço de Bibliografia e Documentação; mas seus sucessores na direção daquela biblioteca não se interessaram por esse serviço, no qual estavam previstos quase todos os modernos instrumentos de transferência da informação(6). Também é verdade que o governo ditatorial imposto ao país em 1937 transformou os serviços de publicidade existentes nos ministérios em serviços de documentação; mas essa mudança foi, de modo geral, puramente semântica(7).

Voltando ao Primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, desejo recordar que ele se inseriu nas comemorações do Tricentenário da Restauração Pernambucana; e que sua realização no Recife foi decidida em São Paulo, no ano de 1951, quando a UNESCO ali promoveu a Primeira Conferência Latino-Americana para o Desenvolvimento das Bibliotecas Públicas. O congresso que hoje se inicia está homenageando, com toda a justiça, o professor José Césio Rogueira Costa, autor da iniciativa, organizador e diretor do Departamento de Documentação e Cultura, sob cujos auspícios os bibliotecários brasileiros se reuniram pela primeira vez.

Mas não são apenas os vinte e cinco anos do nosso primeiro congresso que estamos comemorando, pois 1954 foi um dos anos mais significativos para a biblioteconomia brasileira. Ele começou praticamente com o IBBD, já que em 27 de fevereiro e 29 de abril, respectivamente, criava-se e regulamentava-se o depois intitulado Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Também em fevereiro, por iniciativa conjunta da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, do IBBD e da Associação Paulista de Bibliotecários, realizava-se na quatricentenária cidade um proveitoso Simpósio sobre Bibliografia e Documentação Científica. E em dezembro desse ano marcante inauguravam-se as novas instalações da Biblioteca Pública do Paraná, que três anos depois comemoraria seu centenário já em edifício, para a época, modernissimo.

BIBLIOTECA
DO
I. B. I. C. T

se no Brasil, ocorre em data muito rica em efemérides nacionais e internacionais.

Há cem anos, o hoje mais que centenário *Library Journal* – primeira revista do mundo especializada em biblioteconomia – publicava o esboço inicial da classificação de Charles A. Cutter. No Brasil e também há cem anos, realizava-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro o primeiro concurso público para admissão dos então chamados oficiais de biblioteca: iniciativa de Ramiz Galvão, muito justificadamente considerada por Antonio Caetano Dias como "o marco inicial da formação profissional do bibliotecário no Brasil" (2).

Há cinqüenta anos, fundava-se em Roma e no mês de junho a Federação Internacional de Associações de Bibliotecários, que a partir de 1976 – quando o número de órgãos filiados chegou a seiscentos e quarenta, em mais de cem países – passou a denominar-se Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e de Bibliotecas, significando este acréscimo, como esclarece seu digno presidente Preben Kirkegaard, "uma ligação muito mais íntima com o trabalho cotidiano de muitíssimas bibliotecas e órgãos conexos em todo o mundo"(3).

Também entre nós e há cinqüenta anos, iniciava-se em São Paulo, no antigo Colégio e hoje Universidade Mackenzie, o primeiro curso de biblioteconomia com orientação norte-americana: uma orientação que muito contribuiu para, quebrando o exclusivismo europeizante, tornar a nossa biblioteconomia mais universal.

Não nos esqueçamos de que foi igualmente há meio século que Henry Bliss publicou *The Organization of Knowledge and the System of the Sciences,* obra considerada por Pierce Butler, dois anos após seu lançamento, como "a mais ampla discussão dos problemas filosóficos suscitados pelas mais rudimentares teorizações em torno da classificação de bibliotecas"(4). Verdade que um cientista social da categoria de Abraham Moles confirmaria em livro recente, ao afirmar que "cada vez mais se percebe ser a função do documentalista de enorme importância filosófica, estando aquele que organiza um fichário organizando, ao mesmo tempo, os conhecimentos nele codificados e até estruturando, em certa medida, o edifício dos conhecimentos", pois – acrescenta Moles – "uma teoria geral da documentação é em si mesma uma teoria geral da cultura"(5).

Finalmente, a 19 de julho de 1954 – portanto, há exatamente vinte e cinco anos e três dias – realizava-se no Recife a sessão solene de instalação do Primeiro

visita que fez, já adulto, ao engenho Massangana, no qual foi criado por sua madrinha, dona Ana Rosa Falcão de Carvalho. Atravessando a sacristia da capelinha de São Mateus, Nabuco penetrou no cercado onde eram enterrados os escravos. "Debaixo dos meus pés – escreve o autor naquele capítulo de *Minha Formação*, que sempre releio emocionado – estava tudo o que restava deles, defronte dos *columbaria* onde dormiam na estreita capela aqueles que eles haviam amado e livremente servido. Sozinho ali, invoquei todas as minhas reminiscências, chamei-os a muitos pelos nomes, aspirei no ar carregado de aromas agrestes, que entretêm a vegetação sobre suas covas, o sopro que lhes dilatava o coração e lhes inspirava a sua alegria perpétua"(10).

O número de congressistas que aparece naquelas fotografias e já não se encontram entre nós colocou diante de mim a idéia da natureza transitória de todas as coisas – *sic transit gloria mundi* – que a poesia medieval exprimiu com a tremenda pergunta: *ubi sunt?* E como Joaquim Nabuco invocou os escravos que foram seus companheiros de meninice, repito aqui a indagação que fiz a mim mesmo, diante dos retratos de Jorge Abrantes dos Santos, de Graciette Glasner da Rocha, de Severino Jordão Emerenciano, de Ernani de Paula Cerdeira, de Marília Marques de Santana, de Orlando da Costa Ferreira, de minha irmã Aida Nery da Fonseca, de Milton Ferreira de Mello, de Ernesto Manuel Zink, de Bernadette Sinay Neves, de Denise Fernandes Tavares, de Lucília Minssen, de Abner Lellis Corrêa Vicentini, de Noêmia Lentino: onde estão todos eles? E cuido ouvir a voz do também já morto Manuel Bandeira a me responder:

Estão todos dormindo
Estão todos deitados
Dormindo
Profundamente.(11)

Dediquemos a estes e a todos os bibliotecários mortos nos últimos vinte e cinco anos, de pé, um minuto de silêncio.

* * *

Não me julgueis passadista por falar em precursores e comemorar efemérides. Não reclamo um, aliás, utópico retorno ao passado nem penso, como os positivistas, que os mortos governam os vivos. Mas não consigo conceber a avaliação crítica que este congresso muito oportunamente se dispôs a fazer sem uma visão retrospectiva do que até hoje realizou a biblioteconomia brasileira.

Em 1950, durante a discussão, na Câmara dos Deputados, da Emenda Parlamentarista, houve entre os então deputados Gilberto Freyre e Daniel Faraco

uma troca de apartes que me parece oportuno recordar agora. Como era natural em um congressista *doublé* de historiador social, Gilberto Freyre lembrava as experiências parlamentarista e presidencialista do Brasil-Império e República. Aqui simplesmente reproduzo as notas taquigráficas, para melhor reviver o diálogo entre os dois congressistas:

"*O Sr. Daniel Faraco* – Exatamente os argumentos históricos me parecem os mais fracos nessa questão. O que o passado foi é interessante, mas temos de resolver para o presente e para o futuro.

O Sr. Gilberto Freyre – É onde se engana V. Exª. O passado nunca *foi:* o passado continua."(12).

Aí está, em síntese magistral – "O passado nunca foi: o passado continua" – a idéia do caráter acumulativo da ciência, tão cara ao físico e humanista inglês John Desmond Bernal como ao sociólogo norte-americano Robert King Merton. Este, em obra intitulada *Social Theory and Social Structure* (1949), já citara Sir Isaac Newton, que dizia: "Se enxerguei mais longe foi porque estava sobre os ombros de gigantes"; e deu a livro bem mais recente um título newtoniano: *On the Shoulders of Giants* (1965).

Para Robert Merton, a observação de Newton "exprime ao mesmo tempo o sentimento de estar em dívida com a herança comum e a confissão do caráter essencialmente cooeperativo e acumulativo das realizações científicas". Pois, se os gênios são homens e não deuses – embora de alguns possamos dizer que tiveram ou têm "qualquer coisa de divino" – forçoso é reconhecer que "o progresso científico supõe a colaboração das gerações passadas e presentes"(13).

A biblioteconomia é mais antiga do que qualquer uma das ciências sociais, afirmação que faço com base em seis fatos históricos: (a) o primeiro tratado sobre a matéria foi publicado em 1627: os *Advis pour Dresser une Bibliothèque,* de Gabriel Naudé (1600-1653); (b) a primeira escola de formação superior de bibliotecários – a École Nationale des Chartes – iniciou-se em 1821; (c) a primeira revista especializada, ainda hoje em curso de publicação – o *Library Journal* – apareceu em 1876; (d) o primeiro congresso internacional de bibliotecários realizou-se em Londres, no ano de 1877; (e) a primeira bibliografia especializada, também ainda em circulação – *Library Literature* – saiu em 1921; e (f) *last but not least,* o primeiro curso de pós-graduação – o da Universidade de Chicago – surgiu em 1926. Falando na Graduate School of Library Science da Universidade de Chicago, não posso deixar de prestar minha homenagem a um ilustre bibliotecário que foi seu diretor durante muitos anos e está presente entre

nós: o admirável autor de tantas obras importantes – como, por exemplo, *The Humanities and the Library* – que é Lester Asheim, hoje William Rand Kenan Jr., professor da Library Science na Universidade da Carolina do Norte, Chapel Hill.

Não nos faltam gigantes, de cujos ombros podemos enxergar mais longe; Calímaco de Cirene, o já citado Gabriel Naudé, Antonio Panizzi, Edwards Edwards, Melvil Dewey, Paul Otlet, Shiyali Ramarita Ranganathan e – por que não falar na chamada prata da casa? – Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco – planejador, primeiro diretor e benfeitor da Biblioteca Pública da Bahia – Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Manuel Cícero Peregrino da Silva e Rubens Borba de Moraes, reformadores da Biblioteca Nacional, o último felizmente ainda vivo, com seus gloriosos oitenta anos.

Há muito o que aprender na vida e na obra de tais precursores. O que delas retiro é, sobretudo, uma lição de humildade. Ainda recentemente fui reler a conferência de Rubens Borba de Moraes sobre *O Problema das Bibliotecas Brasileiras,* a fim de sobre ele escrever um verbete solicitado para a *Encyclopedia of World Libraries,* a ser brevemente publicada pela American Library Association. E constatei o que leituras anteriores ainda não me haviam revelado: salvo engano, foi Borba de Moraes quem usou, pela primeira vez em qualquer língua, as expressões *rede bibliotecária* e *sistema de bibliotecas.* De modo que hoje podemos dizer com orgulho nacional a nossos colegas anglo-americanos que não traduzimos as expressões *library network* e *library system,* pois muito antes delas entrarem em circulação na língua inglesa aquele nosso eminente patrício já as havia cunhado em português(14).

Infelizmente, temos de reconhecer que a prioridade é puramente nominal, porque ainda não temos no Brasil a rede bibliotecária reclamada por Rubens Borba de Moraes no ano já remoto de 1943, como infra-estrutura indispensável ao funcionamento de um sistema nacional de informação. Sendo os anglo-americanos antes *nominalistas* do que *realistas,* os conceitos somente ingressaram em língua inglesa quando em seus países passou a existir a realidade que eles exprimem. É evidente que estou me utilizando das palavras *nominalista* e *realista* no sentido em que elas são entendidas em filosofia, desde a questão medieval dos *universais.*

Antecipei-me ao lamentar a inexistência entre nós de uma rede nacional de bibliotecas e, portanto, de um sistema nacional de informação, que compreende – como deve ser esclarecido, ainda que de passagem – arquivos, museus e centros de documentação. Porque deveria falar antes das cinco categorias de bibliotecas que uma rede supõe: a nacional, a universitária, a escolar, a especializada e a pública. Vejamos, ainda que perfunctoriamente, qual o estado atual de cada categoria no Brasil.

Como salientam os autores de uma das obras mais recentes sobre sistemas nacionais de informação – Carlos Victor Penna, Douglas Foskett e Philip Sewell – para fins de análise comparativa e de planejamento, é necessário insistir na tradicional distinção de bibliotecas em cinco diferentes categorias, embora essa distinção diminua na medida em que um sistema nacional de informação se consolida(15).

Comecemos, como os citados e outros especialistas começam, pela Biblioteca Nacional. Sabemos todos que o Brasil já possui, desde fins do ano passado, além da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a Biblioteca Nacional de Agricultura (Binagri). Ao contrário da primeira – criada um tanto fortuitamente no começo do século passado, como conseqüência da invasão de Portugal pelos franceses e da instalação da Corte no Rio de Janeiro – a Binagri começou a ser planejada em janeiro de 1974, quando se iniciou a implantação de um Sistema Nacional de Informação e Documentação Agrícola. Este sistema é uma das iniciativas mais louváveis da biblioteconomia brasileira, embora seja lamentável que ele tenha encontrado uma pedra no meio de seu caminho. Não uma pedra simbolicamente abstrata, como a do conhecido poema de Carlos Drummond de Andrade, mas tão desagradável que deve fazer com que a Binagri repita o clamor do poeta: "Nunca me esquecerei desse acontecimento na vida de minhas retinas tão fatigadas / Nunca me esquecerei que no meio do caminho tinha uma pedra / Tinha uma pedra no meio do caminho / No meio do caminho tinha uma pedra". A pedra a que me refiro é, ao contrário, bem concreta e se chama Embrapa.

Tal referência não me impede reconhecer a eficiência dos serviços mantidos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, através de seu Departamento de Informação e Documentação, especialmente o de disseminação seletiva da informação, tão competentemente dirigido por Milton Nocetti. O que me parece condenável é a duplicação de esforços numa área específica: tão contrária aos interesses nacionais quanto a existência de duas bibliotecas no Congresso Nacional e de sete bibliotecas numa praça que tem, ironicamente, o nome de Três Poderes.

O Brasil tem dessas extravagâncias e, por isso, o sociólogo Roger Bastide – aliás, grande amigo nosso – o definiu lapidarmente como *país de contrastes:* a capital da República não tem uma biblioteca nacional ou central ou que outro nome lhe quisessem dar; não possui uma rede municipal de bibliotecas ou, no mínimo, uma biblioteca pública *comme il faut.* Tem, entretanto, numa só praça, sete bibliotecas independentes e inimigas entre si: a do Palácio do Planalto, a do Supremo Tribunal Federal, a do Tribunal de Contas da União, a do Senado Federal, a da Câmara dos Deputados, a do Ministério da Justiça e a do Ministé-

rio das Relações Exteriores. E ao longo do chamado Eixo Monumental ou Esplanada dos Ministérios, outras tantas bibliotecas são mantidas pelo Poder Executivo, sem que a Secretaria de Planejamento e Coordenação-Geral ponha termo a tão perdulária orgia bibliográfica.

Da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro ocorreu-me dizer, em 1966, que era uma vergonha nacional, afirmação que fez desabar sobre mim uma torrente de insultos, pela imprensa e até em sessão plenária do egrégio Conselho Federal de Cultura, além da inimizade – felizmente temporária – dos escritores Adonias Filho e Josué Montello e de duas denúncias: uma ao Ministério da Educação e outra ao Serviço Nacional de Informações. Devo esclarecer os curiosos, informando que tais denúncias foram consideradas improcedentes pelos titulares dos respectivos órgãos.

Ora, como procuro demonstrar num ensaio a sair no ano corrente, todas as instituições – inclusive, ou sobretudo, as governamentais – atravessam fases de esplendor e de decadência. Até com as civilizações ocorre isso, como demonstrou, entre outros, Oswald Spengler. Já aconteceu com o DASP e com o próprio IBGE, repartição de que tanto nos orgulhamos.

A Biblioteca Nacional teve também seus períodos de glória e de humilhação. Foram certamente gloriosos os anos em que esteve sob a direção de Ramiz Galvão, de Manuel Cícero, de Borba de Moraes e, recentemente, de Jannice Monte-Mor. Afirmei que ela nos envergonhava numa época em que sua decadência era evidente não apenas aos consulentes, mas, por igual, aos simples pedestres que transitavam nas imediações, ameaçados por pedaços de argamassa que se desprendiam do frontão de um edifício nobre, porém mal conservado.

Presentemente, porém, todos os bibliotecários brasileiros devem se orgulhar de sua Biblioteca Nacional, cuja recuperação devemos tanto à competência e à dedicação de Jannice Monte-Mor quanto à clarividência dos Ministros Jarbas Passarinho, que a nomeou vencendo pressões de academias e conselhos, e Ney Braga, que a manteve no cargo, sem regatear os recursos solicitados.

Em 12 de maio de 1971, Jannice Monte-Mor tomou posse na direção da Biblioteca Nacional; e em 16 de junho já solicitava ao Ministro da Educação e Cultura autorização para estabelecer convênio com o Escritório da Reforma Administrativa Federal. Porque entre os males de que a Biblioteca padecia estava sua obsoleta estrutura organizacional. E não se compreendia que a reforma administrativa se efetivasse deixando à margem da modernização uma das principais fontes do processo decisório.

Do convênio assinado em 31 de agosto com o Escritório da Reforma Administrativa resultaram 5 projetos. Antes – em 23 de agosto – a diretora pedira a constituição de um grupo de trabalho para assessorá-la no planejamento e controle do programa de reorganização. Em 1º de outubro, pela Portaria Ministerial Nº 470, foi aprovado o novo regimento e, em 17 do mesmo mês, a Portaria Ministerial nº 528 constituiu comissão para elaborar o programa orientador do projeto de um edifício anexo.

Os relatórios dos anos de 1971 e seguintes – que os *Anais da Biblioteca Nacional* voltaram a publicar, restaurando utilíssima tradição – mostram como todos os problemas da velha livraria real foram equacionados e suas soluções transformadas em projetos específicos, alguns já executados e outros em vias de execução. E tudo se fez sem prejuízo do programa cultural de exposições e publicações. Programa que foi, ao contrário, intensificado nos últimos anos(16).

Do convênio entre a Biblioteca Nacional e o Centro de Informática do Ministério da Educação e Cultura (CIMEC) resultou a aplicação do Formato CALCO e a atualização do *Boletim Bibliográfico,* já em formato computarizado, como um dos produtos da automação da catalogação. Já começam a aparecer, nos livros brasileiros, os números internacionais normalizados, através de entendimentos entre a Biblioteca Nacional e a agência internacional do sistema ISBN.

Não exageramos, portanto, ao afirmar que a administração de Jannice Monte-Mor foi tão importante para a Biblioteca Nacional quanto o foram, em passados remoto e recente, as de Ramiz Galvão, Manuel Cícero e Borba de Moraes; e que a recuperação da Biblioteca Nacional foi o acontecimento mais significativo da biblioteconomia brasileira na década de 70.

Não gosto de falar na primeira pessoa porque acho que Pascal tinha razão quando afirmava que *le moi est haïssable.* Mas considero oportuno dizer-vos que escrevi longa carta a meu velho amigo e admirável ensaísta que é o atual Ministro Eduardo Portella, permitindo-me alertá-lo para o perigo de substituir-se uma diretora tão eficiente como Jannice Monte-Mor. As autoridades têm, porém, – para voltar a Pascal – razões que a própria razão desconhece. Na história da Biblioteca Nacional alternaram-se tradicionalmente, como diretores, escritores e técnicos. Sem qualquer preconceito contra escritores, pois fui – desculpai, outra vez, a nota pessoal – e ainda sou amigo de alguns dos maiores poetas, ensaístas e ficcionistas da literatura brasileira, como Manuel Bandeira, José Lins do Rego e Gilberto Freyre – temos que reconhecer que foram os técnicos que reorganizaram a Biblioteca Nacional. Parte-se, agora, para uma nova experiência, pois o meu amigo Plínio Doyle não é uma coisa nem outra: é advogado e bibliófilo. Esperemos que ele pelo menos não interrompa o trabalho de verdadeira ressurreição iniciado por Jannice Monte-Mor.

Quanto às bibliotecas universitárias, devo dizer, com a franqueza que certamente esperais de mim, que a única biblioteca desta categoria existente no Brasil é, com todos os seus defeitos, a da Universidade de Brasília. O que as demais universidades possuem são antes bibliotecas especializadas – de modo geral, independentes e até inimigas entre si – do que bibliotecas universitárias. A interdisciplinaridade – que é o fenômeno mais característico do moderno saber científico e humanístico – impõe a centralização de coleções e não apenas a de processos técnicos e recursos humanos. Como se os argumentos de ordem econômica e administrativa não bastassem, a eles veio somar-se este motivo de natureza epistemológica: motivo, portanto, irrecusável.

Uma universidade que se preza não pode ser mais multidisciplinar. Ela deve ser antes intradisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar, para seguir as distinções estabelecidas, em obra recente, pela Organização Européia de Cooperação e Desenvolvimento(17). E as relações de interdependência entre os diversos tópicos de uma disciplina (intradisciplinaridade), entre diferentes disciplinas (interdisciplinaridade) e até entre as ciências ditas exatas, as naturais, as sociais e as chamadas humanidades (transdisciplinaridade) não são praticamente possíveis em salas de aulas e laboratórios: elas se evidenciam diante de coleções enciclopédicas – de que as universidades são os últimos redutos, porque as próprias bibliotecas nacionais estão se especializando – e se concretizam em seminários nos quais professores de diferentes especializações discutem entre si e também com políticos e líderes industriais e religiosos os problemas complexos de nossa época.

Bem sei que sob a esclarecida orientação do professor Darcy Closs e graças à competência e ao dinamismo de Antônio Miranda, a CAPES tem feito o que pode para o estabelecimento de uma rede nacional de bibliotecas de universidades (recuso-me, como já disse, a chamá-las bibliotecas universitárias). Muito, entretanto, ainda está por fazer. Neste particular eu poderia repetir o que o Sr. Pietro Maria Bardi afirmou, em recente entrevista sobre o Museu de Arte de São Paulo, que tão competentemente dirige: "Se me perguntarem se estou satisfeito, eu digo que não. Uma cidade de 10 milhões de habitantes precisava de muito mais arte".

Também o que vejo na maior parte das escolas brasileiras não merece o nome de bibliotecas escolares. A ênfase no ensino de primeiro e segundo graus, que o atual governo vem anunciando, poderia ser um sinal de que vamos ter, finalmente, bibliotecas escolares neste país. Deixo, entretanto, o verbo no condicional porque as autoridades brasileiras, com raras exceções, ignoram a importância da biblioteca no processo educativo. E o reconhecimento dessa importância é condição *sine qua non* para a existência de bibliotecas escolares.

As bibliotecas especializadas se constituem na categoria melhor aquinhoada entre nós. São muitas, bem equipadas e de organização modelar. Destaque especial merecem a Biblioteca Regional de Medicina (Bireme) e a já mencionada Biblioteca Nacional de Agricultura (Binagri). E, como já disse, há excelentes bibliotecas especializadas nas universidades. Aqui já é possível falar em rede bibliotecária e até em sistema nacional de informação: no caso, a informação biomédica e a informação agrícola.

Chego, finalmente, à mais importante de todas as categorias, que é, indiscutivelmente, a das bibliotecas públicas. E chego constrangido, por considerar que este é o calcanhar-de-aquiles da biblioteconomia brasileira. Poderia um pequeno país em desenvolvimento deixar de ter biblioteca nacional, tanto quanto bibliotecas universitárias, escolares e especializadas: tendo uma biblioteca pública estaria bem servido, pois uma das funções primordiais desta categoria de biblioteca é a supletiva.

Não preciso dizer, perante um congresso de especialistas na matéria, que o conceito anglo-americano de biblioteca pública não pode ser, de modo nenhum, confundido com a tradição brasileira de biblioteca estadual ou de biblioteca municipal. Tenho sempre feito questão de mostrar a meus alunos de Introdução à Biblioteconomia que a idéia anglo-americana de biblioteca pública não se coaduna com a idéia luso-brasileira de repartição pública, "com livro de ponto, expediente, protocolo e manifestações de apreço ao Sr. Diretor", para citar Manuel Bandeira. São, ao contrário, idéias conflitantes. São duas tradições antagônicas. Dois princípios antinômicos. Duas idéias antitéticas. Dois modos de ser incompatíveis. Uma acorda cedo e dorme tarde ou, em alguns casos, nunca adormece; a outra levanta-se tarde e vai – preguiçosa! – muito cedo para a cama. Uma parece ainda mais feliz quando é domingo ou feriado e, como as praças e as praias, fica festivamente repleta; a outra costuma dizer, como a mulher da vida em certo filme francês: "Nunca aos domingos!". Uma tem as portas sempre abertas e em sua frontaria ainda podemos ler esta significativa informação: "Mantida pelo povo e para uso de todo o povo"; a outra tem guichês, tem filas e tem avisos de que o expediente já está encerrado.

Peço-vos quase pelo amor de Deus que não acrediteis esteja eu aqui a fazer blague ou humor que, no caso, seria negro. Pois estamos diante de uma tristíssima realidade. É verdade que no começo do século XIX inaugurou-se na Bahia uma biblioteca pública de subscrição cujo modelo foi a Library Company fundada por Benjamin Franklin na Filadélfia: biblioteca, a nossa, elogiada até por estrangeiros eruditos como Tollenare e Ferdinand Dénis. Outras excelentes bibliotecas e prestimosos gabinetes de leitura funcionaram muito bem durante o século passado. Já nos anos 50 deste século e por iniciativa de José Césio Re-

gueira Costa, o Recife chegou a ter uma rede municipal de bibliotecas populares, com posto de empréstimo no centro da cidade e unidade volante, esta, aliás, demagogicamente transformada em hospital por uma administração municipal socialista. Tudo isso parece levar-nos a concluir, como Carlos Drummond de Andrade em sua "Lembrança do mundo antigo" e com os mesmos três pontos de exclamação do original:

Havia jardins, havia manhãs naquele tempo!!!

Refiro-me, porém, ao estado atual da questão *biblioteca pública no Brasil.* O panorama é desalentador. Somente em São Paulo e em Curitiba existem bibliotecas animadas pelo desejo de contribuir para a *educação,* a *informação,* a *cultura* e o *lazer* das respectivas comunidades. Educação, informação, cultura e lazer são os quatro pontos estabelecidos como essenciais pelo Public Library Research Group, formado na Inglaterra em 1970. Em obra coletiva publicada no ano passado por este Grupo, Barry Totterdell resume o papel da biblioteca pública em termos que, no Brasil, devem soar como panacéia aos ouvidos de certas autoridades que, tendo excelentes bibliotecas particulares – pois gostam de ler e viajam freqüentemente ao estrangeiro – são completamente insensíveis ao problema da biblioteca pública.

Para Barry Totterdell a biblioteca pública tem por finalidade "contribuir para manutenção da qualidade da vida em todos os seus aspectos: educativo, econômico, industrial, científico e cultural; difundir o conceito de sociedade democrática, na qual todos devem ter o direito de se tornarem verdadeiros cidadãos, cujas personalidades firmes e integrais contribuam para aumentar a felicidade geral, o conhecimento próprio, dos semelhantes e do meio ambiente"(18).

Quem conhece as bibliotecas públicas americanas e européias sabe que isto não é uma panacéia. O conceito anglo-americano de biblioteca pública é tão germinal que se estendeu por toda a Europa, de modo a fazer surgir em Paris – cidade tradicionalmente conservadora sob este aspecto – a mais dinamicamente moderna biblioteca pública do mundo: a do Centro Nacional de Arte e Cultura Georges Pompidou, cujo edifício arquitetonicamente insólito é bem um símbolo das inovações culturais que abriga.

Num congresso que é o décimo e há vinte e cinco anos do primeiro, não temos o direito de olhar para as bibliotecas brasileiras com otimismo panglossiano. Não haveria uma relação de causa e efeito entre a excelência de nossas bibliotecas especializadas e a insuficiência das universitárias, a omissão das escolares e a miséria da maior parte das bibliotecas públicas? Porque as bibliotecas especializadas quase que se bastam a si mesmas, enquanto as outras categorias exigem espírito de cooperação e interdependência.

Em seu livro *Freedom, Power & Democratic Planning,* Karl Mannheim observa com muita razão que "os grandes progressos da ciência e da tecnologia prepararam para posições de liderança muitos especialistas que, do ponto de vista político e cívico, representam 'incapacidades bem preparadas'. O treino que receberam os converteu em especialistas tecnicamente eficientes, mas não conseguiu dar-lhes um espírito filosófico, único que poderia ter aprofundado seus conhecimentos; faltou-lhes oportunidade para adquirir uma compreensão da nossa situação humana e social"(19).

Peço perdão se estou sendo injusto com os colegas que trabalham em bibliotecas especializadas ou as dirigem; mas é forçoso reconhecer que o convívio com especialistas maçonicamente fechados em suas especializações tornou-os também impermeáveis ao trabalho em cooperação que uma rede nacional de bibliotecas exigiria de todos.

Longe de mim o farisaísmo de somente acusar, porque também contritamente me incluo entre os culpados. Na Missa deste décimo-sexto domingo do tempo comum, o capítulo 6, versículos 30 a 34 do Evangelho segundo São Marcos dizem o seguinte: "Os Apóstolos reuniram-se a Jesus e comunicaram-Lhe tudo o que tinham feito e ensinado. Disse-lhes então: 'Vinde, retiremo-nos a um lugar deserto, e repousai um pouco'. Porque eram tantos os que iam e vinham que nem tinham tempo para comer. Foram, pois, de barco, para um lugar isolado, sem mais ninguém. Vendo-os afastar-se, muitos perceberam para onde iam; e de todas as cidades acorreram a pé para aquele lugar e chegaram primeiro que eles. Ao desembarcar, Jesus viu uma grande multidão e compadeceu-Se deles, porque eram como ovelhas sem pastor."

Se me permitem a comparação, direi que nesses últimos vinte e cinco anos os bibliotecários brasileiros se reuniram em nove congressos e em mais de uma vintena de jornadas, simpósios e seminários, para dizerem tudo o que têm feito e ensinado; e, de modo geral, fizeram e ensinaram satisfatoriamente. Nos últimos congressos, o número cada vez maior de participantes está me transmitindo a impressão das "ovelhas sem pastor" de que falava Cristo. Desconfio que a biblioteconomia brasileira está a necessitar de um líder ou, pelo menos, de um órgão que tenha competência para planejar iniciativas e coordenar esforços, com vistas à implantação daquela rede nacional de bibliotecas reclamada em 1943 por Rubens Borba de Moraes. Aos agradecimentos pela atenção com que me honraram nesta noite, desejo acrescentar, como palavra final, meus votos de que neste congresso seja aclamado o líder ou constituído o órgão de que tanto a biblioteconomia brasileira necessita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Bandeira, Manuel. *Estrela da vida inteira; poesias reunidas.* 2. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, em convênio com o Instituto Nacional do Livro, 1970, p. 448. Os versos correspondem a estes: *I love thee freely, as men strive for Right; / I love thee purely, as they turn from Praise* (cf. Browning, Elizabeth Barret. *Sonnets from the Portuguese and other love poems.* Garden City, N.Y., Doubleday, 1954, p. 57).

2. Dias, Antonio Caetano. *O ensino da biblioteconomia no Brasil.* Rio de Janeiro, Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, Serviço de Publicidade, 1955.

3. Kierkegaard, P. IFLA – past and present. In: Koops, Willem R. H. & Wieder, Joachim, ed. *IFLA's first fifty years.* München, Verlag Dokumentation, 1977, p. 7.

4. Cf. *Library Journal* v. 1, p. 92-94, 1931.

5. Moles, Abraham A. *Sociodynamique de la culture.* Paris, Mouton, 1947, p. 294.

6. Silva, Manuel Cícero Peregrino da. Remodelação por que passou a Biblioteca Nacional e vantagens daí resultantes. In: ——— *Conferências, discursos, comunicações.* Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, 1938, p. 5-21. Também nos *Anais da Biblioteca Nacional* v. 35, p. 1-9, 1912.

7. Cf. Fonseca, Edson Nery da. Origem, evolução e estado atual dos serviços de documentação no Brasil. *Revista do Serviço Público* (Brasília) v. 108, n. 1, p. 37-52, jan./abr. 1973.

8. Apud Fonseca, Edson Nery da. Desenvolvimento da biblioteconomia e da bibliografia no Brasil. *Revista do Livro* (Rio de Janeiro) v. 5, p. 95-124, mar. 1957 (p. 102).

9. Irwin, R. *The origins of the English library,* 1958, *apud* Thompson, James. *A history of the principles of librarianship.* London, Bingley, 1977, p. 120.

10. Nabuco, Joaquim. *Minha formação.* 9. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, em convênio com o Instituto Nacional do Livro, 1976, p. 124.

11. Bandeira, Manuel, *op. cit.,* p. 121-122.

12. Cf. Freyre, Gilberto. *Quase política.* 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro, José Olympio, 1966, p. 179.

13. Moraes, Rubens Borba de. *O problema das bibliotecas brasileiras.* Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1943.

14. Merton, Robert K. Os imperativos institucionais da ciência. *In:* Deus, Jorge Dias de, ed. *A crítica da ciência.* Rio de Janeiro, Zahar, 1974, p. 37-52. Coser, Lewis A. Merton's uses of the European sociological tradition. *In:* Coser, Lewis A., ed. *The idea of social structure; papers in honor of Robert K. Merton.* New York, Harcourt Brace Jovanovich, 1975, p. 85-100.

15. Penna, C. V. *et alii,* ed. *National library and information services: a handbook for planners.* London, Butterworths, 1977, p. 51.

16. Monte-Mor, Jannice. A Biblioteca Nacional em 1971. *Anais da Biblioteca Nacional* (Rio de Janeiro) v. 91, p. 359-371, 1971. Com o mesmo título, até 1976: v. 92, p. 255-273, 1972; v. 93, p. 259-272, 1973; v. 94, p. 199-212, 1974; v. 95, t. 2, p. 443-457, 1975; v. 96, p. 221-231, 1976. Como "Relatório da Diretora ...": v. 97, p. 283-298, 1977; e v. 98, p. 321-338, 1978. Indico todos os relatórios como sugestão a que sejam reunidos e publicados em separata, por serem de grande importância histórica e didática para estudiosos de bibliotecas nacionais, como o "saber de experiências feito" louvado pelo Velho do Restelo em conhecido episódio de *Os Lusíadas*.

17. CENTRE POUR LA RECHERCHE ET L'INNOVATION DANS L'ENSEIGNEMENT. *l'interdisciplinarité: problèmes d'enseignement et de recherche dans les universités.* Paris, Organisation de Coopération et de Développement Économiques, 1972.

18. Totterdell, Barry, ed. *Public library purpose: a reader.* London, C. Bingley, 1978.

19. Mannheim, Karl. *Freedom, power & democratic planning.* London, Oxford University Press, 1950.

INTERDISCIPLINARIDADE E TRANSDISCIPLINARIDADE

INFORMAÇÃO: UM PRODUTO MISCIGENADO

Todo mundo conhece os versos com que Dante inicia *A Divina Comédia,* contando que no meio do caminho da vida encontrou-se numa selva tão escura que só em recordá-la tinha medo: "Che nel pensier rinova la paura". Tinha o poeta trinta e cinco anos, idade considerada como eqüidistante entre o nascimento e a morte, a julgar pelo que diz o livro dos *Salmos:* "Dies annorum nostrorum in ipsis, septuaginta anni. / Si autem in potentatibus, octoginta anni" *(Psalmus* 89: 10, 11).

Que direi, com meus cinqüenta e nove anos, e portanto, já no outono da existência, quando ouso assumir tão importante cargo? Como o poeta, não me envergonho de confessar que tenho medo. Também o nosso Augusto dos Anjos tinha a franqueza de confessar seus receios de adulto: atravessando um dia a ponte Buarque de Macedo na direção de uma casa funerária da Rua do Imperador, assombrava-se com a própria "sombra magra", pensando no destino e tendo medo. Era um receio análogo ao de Dante, em quem talvez o autor do *Eu* se tenha inspirado para escrever o poema "As Cismas do Destino"; pois quem atravessa aquela ponte na direção do bairro de Santo Antônio é porque vem da zona portuária da cidade, onde os negócios diurnos se alongam por vezes em orgias noturnas.

Por que – deveis com toda a razão perguntar – tão insólitas considerações em torno do medo? Para explicar – respondo – porque o venci, aceitando o convite da Fundação Joaquim Nabuco para exercer o cargo no qual acabo de ser empossado.

São vários os motivos. O primeiro e mais importante decorre da confiança que sempre tive no muito que o antigo Instituto e hoje Fundação Joaquim Nabuco pode fazer em benefício do homem brasileiro situado nas regiões Norte e Nor-

Discurso de posse no cargo de superintendente do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco, em 11 de fevereiro de 1981, publicado no *Diário de Pernambuco,* de 20 de fevereiro de 1981.

deste; por acreditar na contribuição que os inquéritos e as pesquisas sociais, quando interdisciplinarmente orientados, podem oferecer ao desenvolvimento regional, e, por extensão, ao todo nacional; e por estar convicto de que bibliotecas, arquivos e museus, como "conjunto de elementos em interação" – para citar a definição de sistema de Bertalanfy – constituem-se na indispensável infra-estrutura documental de qualquer inquérito ou pesquisa.

Foi um cientista e não um bibliotecário quem observou poderem algumas horas na biblioteca poupar muitas horas no laboratório. E outras tantas – podemos acrescentar – entre amostragens do universo social que interessem a estudos e indagações antropológicos, sociológicos, econômicos, psicológicos, pedagógicos, políticos.

O segundo motivo foi o do convite me haver chegado no exato momento em que, à saudade de minha terra e ao desejo de a ela retornar, juntava-se um invencível sentimento de repúdio a Brasília e a tudo o que ela representa contra o Brasil, como cidade na qual predominam aventureiros e beneficiários de mordomias cuja injustiça social clama aos céus, pois contrasta com a miséria da periferia urbana do Distrito Federal.

Ao repetir aqui o que afirmei de Brasília em recente entrevista, devo esclarecer que não desconheço o que há de positivo na idéia de mudança da capital da República para o Planalto Central: idéia que tendo sido pioneiramente defendida por Hipólito José da Costa e por José Bonifácio de Andrada e Silva, encontrou em Gilberto Freyre o seu mais lúcido intérprete, em livro no qual Brasília é considerada como cidade-síntese de tantos e de tão diferentes e até contrastantes Brasis.

O terceiro motivo decorreu de outra convicção que fui formando em 18 anos de experiência docente: a de que na universidade massificada de nossos dias não se consegue mais produzir nem transmitir o saber. O nível dos alunos decresce assustadoramente de um semestre para outro. Os *mass media* contribuem para que eles se orgulhem da própria ignorância. Os professores perdem grande parte de seu tempo preenchendo formulários exigidos pela tecnocracia administrativa ou tomando parte em reuniões nas quais se discutem questões bizantinas.

Por recente leitura de uma conferência que o Professor Georges Gusdorf, da Universidade de Estrasburgo, proferiu em São Paulo, vi que a situação é geral e não apenas nacional. "A Universidade – escreve Gusdorf – está representada em todos os países por numerosas instituições orgulhosas desse título decorativo ao qual não têm nenhum direito", pois "nem os administradores, nem os professores, nem os alunos que se congregam nestes estabelecimentos têm

uma idéia bastante exata do que significa a vocação universitária, daquilo que representa o fenômeno universitário no seio da cultura nacional e internacional" (cf. Georges Gusdorf, "A Filosofia e a Universidade", in *A Filosofia e o Ensino da Filosofia,* São Paulo, Editora Convívio, 1979, p. 19).

Sendo profundamente axiológico e teleológico, não poderia continuar como professor sem acreditar na função docente. Se vim servir à Fundação Joaquim Nabuco foi por estar certo de que ela se enquadra perfeitamente neste conceito de Guilherme de Humboldt, um dos fundadores da universidade alemã: "O que caracteriza as instituições de alta cultura é que elas consideram a ciência como um problema que não é nunca inteiramente resolvido; é porque elas permanecem em estado de pesquisa, enquanto a escola só se preocupa com os conhecimentos findos e acabados" (*apud* Georges Gusdorf, *op. cit.* p. 38).

Existe ainda um quarto motivo que me conduziu até aqui. Como José Lins do Rego – e guardando bem a distância que existe entre um pobre bibliotecário e um notável escritor, que me honrava, aliás, com sua amizade – sou, intelectualmente, e sob certos aspectos, também espiritualmente, uma criatura de Gilberto Freyre. Quando José Lins do Rego escreveu e assinou que devia a Gilberto Freyre tudo o que ele era, Anibal Fernandes comentou no *Diário de Pernambuco* que muitos podiam dizer o mesmo. Poucos, entretanto, reconhecem o que devem a seus mestres. De minha parte, é sempre com alegria que proclamo dever a Gilberto Freyre tanto o conhecimento de autores de importância fundamental em minha cosmovisão – um Angel Ganivet e um Raimundo Lullio, por exemplo – como certas passagens de suas próprias obras e certos diálogos pessoais que me ajudaram a ser tropicalmente brasileiro e universalmente cristão. Como o Mosteiro de São Bento de Olinda, a casa de Santo Antônio de Apipucos se inclui entre as sombras mais amigas que tenho encontrado na vida.

Nada, portanto, poderia me fazer mais feliz do que servir a uma instituição por ele fundada e que procura realizar, no campo da engenharia social, o que sua obra sociológica, antropológica e histórico-social reclama, já que a ela se aplica a palavra com que mestre João Ribeiro caracterizou *Casa-Grande & Senzala,* quando de sua publicação em 1933: é uma obra metapolítica.

Também me alegra, e muito, trabalhar sob sua direção, meu caro Fernando Freyre. Há muitos e saudosos anos passados, aceitei um convite seu, que me ligou para sempre a você e a seus pais, sob a invocação do Espírito Santo. Quando você me empossa na superintendência do Instituto de Documentação da Fundação que preside com tanta competência e dedicação, não posso deixar de recordar aquele momento de tanta importância para sua vida espiritual, quando o sacramento do Batismo lhe foi confirmado na igrejinha de Boa Via-

gem, sob os olhares comovidos de seus pais e deste seu padrinho de Crisma. Pode ter a certeza de que oferecerei ao afilhado a lealdade e o esforço com que procurei sempre desempenhar-me de todas as funções que me foram confiadas, ao longo de trinta e oito anos de serviço público.

Estou certo de que o maior desafio será o de fazer com que os cinco departamentos do novo Instituto de Documentação funcionem como aqueles "elementos em interação" de que fala o já citado criador da teoria dos sistemas gerais. Meu maior empenho, portanto, será o de dar ao Indoc um funcionamento sistêmico.

Mas ao mesmo tempo em que o arquivo, a biblioteca, a editora, a iconografia e a museologia serão subsistemas do microssistema que é o Indoc, procurarei fazer deste um subsistema do macrossistema a que é a Fundação Joaquim Nabuco. Porque evitaremos o reducionismo dos que pensam terem suas especializações um fim em si mesmas, para colocá-las à disposição dos que estudam e pesquisam na Fundação Joaquim Nabuco e fora dela, quando a serviço do Norte e Nordeste e do Brasil.

Sou insuspeito para louvar a integração de departamentos que o Indoc tentará, porque já a encontrei delineada na estrutura da Fundaj. Trata-se, aliás, de idéia que remonta ao ano de 1934, quando o belga Paul Otlet publicou o primeiro tratado de documentação definindo-a como conjunto de técnicas que objetivam reunir, organizar e difundir documentos de qualquer natureza, em todos os domínios do conhecimento; e considerando como documento o manuscrito, o livro, a revista, a fotografia, a gravura, a partitura musical, o mapa, o selo, a moeda, a medalha, o disco, o filme, o móvel, o modelo, o objeto, a escultura, o monumento, o edifício e a própria cidade – quando tombados – e até as espécies animais e vegetais classificadas e catalogadas em parques zoobotânicos, incluiu entre os órgãos de documentação o arquivo, a biblioteca, o museu, a editora e qualquer outra entidade que reúna, organize e dissemine informações contidas em documentos, seja qual for a base física dos mesmos.

Entretanto, a abrangente concepção de Otlet jamais encontrou quem se dispusesse a concretizá-la. A UNESCO e a Organização dos Estados Americanos têm insistido junto aos países-membros na integração de serviços bibliográficos, arquivográficos e de informação científica, deixando, porém, de fora a documentação museográfica. Refiro-me, evidentemente, aos chamados NATIS – Sistemas Nacionais de Informação – dos quais a documentação museográfica está injustificadamente excluída, malgrado a existência, junto à UNESCO, de um prestimoso Conselho Internacional de Museus.

A iniciativa da Fundação Joaquim Nabuco é portanto, aliciantemente pioneira, já que o Centro de Artes e Cultura Georges Pompidou – o famoso Beaubourg, de Paris – tem objetivos mais amplos, de apoio e estímulo à cultura popular.

No século XIX, Richard Wagner procurou vincular estreitamente a música e a poesia e a dança num todo harmônico a que chamou de *arte total.* Já em nossos dias, Marcel Mauss, em seu *Essai sur le Don,* lançou a noção do *fenômeno social total,* de acordo com a qual, no intercâmbio de bens das sociedades arcaicas se exprimem razões de ordem tanto econômicas como religiosas, jurídicas, morais, políticas, familiais e até estéticas.

Inspirado por tão eminentes precursores – um em música e outro em ciências do homem – e animado pelo pioneirismo da Fundação Joaquim Nabuco, reunindo arquivo, biblioteca, editora, iconografia e museu numa só estrutura, ouso lançar aqui a idéia de uma *documentação total,* que consiste em colocar-se à disposição dos estudiosos a informação de que necessitem em suas pesquisas, seja qual for a natureza do documento em que esteja fixada.

Nada, porém, da rigidez tecnocrática de acordo com a qual o arquivo só deve guardar manuscritos ou documentos administrativos e/ou históricos, a biblioteca somente reúne livros e revistas, a iconografia se restringe a fotografias e gravuras e o museu coleciona apenas objetos tridimensionais. Sendo total, a documentação impõe um pluralismo documentológico. E o produto desse pluralismo é – se Gilberto Freyre me permite o uso de palavra tão sua – um produto miscigenado que se chama informação. Miscigenado porque proveniente de técnicas arquivográficas, bibliográficas, iconográficas, museográficas e tipográficas que corresponderiam aos métodos e abordagens de que as obras freyreanas são produtos ao mesmo tempo cientfficos, literários e filosóficos.

Aos quatro motivos que me fizeram aceitar a superintendência do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco, juntou-se um quinto que eu talvez não devesse mencionar aqui, por ser de natureza estritamente religiosa. Em suas *Recordações de Infância e Juventude,* Ernest Renan escreveu que embora não tenha concluído o seminário e se ordenado sacerdote, considerava-se padre de coração. E já como que oficialmente herético, foi visto a acompanhar um enterro rezando o *Libera.* Nunca fiz profissão monástica, mas – desculpai a nota pessoal – sou um monge de coração. O cargo em que acabo de ser empossado me oferece a oportunidade, tão longamente esperada, de morar, como o meu querido Joris-Karl Huysmans – outro autor que me foi revelado por Gilberto Freyre – perto de uma abadia beneditina. Explica-se desse modo as para mim muito honrosas presenças neste ato da Reverenda Madre Melctides Vilaça Castro, dignfssima abadessa de Nossa Senhora do Monte e de um representante do Reverendíssimo Abade Basílio Penido – que acaba de

iniciar uma inadiável visita canônica – o meu querido irmão Romano Moraes, bibliotecário do Mosteiro de Olinda, onde faço, desde 8 de dezembro do ano passado – seguindo, ainda nisso, as pegadas de Huysmans – o noviciado de Oblato.

Que o patriarca São Bento – cujo décimo-quinto século o mundo inteiro comemora desde 21 de março de 1980 – e sua irmã Santa Escolástica – cuja festa litúrgica foi ontem celebrada – me ajudem nesta nova missão, que, sendo cultural e documental na melhor tradição dos Mabillon e dos Guéranger, não deixa de ser Beneditina.

Post Scriptum de 1987

Não consegui vencer o desafio da integração de cinco departamentos – arquivo (que na Fundação Joaquim Nabuco se intitula Centro de Documentação da História Brasileira Rodrigo Mello Franco de Andrade, ou simplesmente, Cehibra), - biblioteca, editora, iconografia e museologia – num Instituto de Documentação, fracasso que me fez pensar no título da obra de Joelmir Beting já recordado na introdução desta coletânea: *na prática a teoria é outra.*

O conceito amplo de documentação funciona muito bem como teoria. Na prática, é muito difícil operacionalizar a integração de serviços conceitualmente afins, mas funcionalmente diversos. É verdade que não contei com mão-de-obra qualificada e tive de enfrentar a megaburocracia da Fundação Joaquim Nabuco, o que explica, de certo modo, a dificuldade.

A experiência me fez compreender porque o Conselho Internacional de Museus não participou da proposta da UNESCO aos países-membros, quanto à necessidade de implantação de sistemas nacionais de informação (NATIS). A própria UNESCO ainda não conseguiu superar, internamente, as dificuldades burocráticas que impedem o exercício da interdisciplinaridade.

E em que parte do mundo se conseguiu um acordo entre bibliotecários e arquivistas? No caso específico da Fundação Joaquim Nabuco, existe ainda um elemento multiplicador da desintegração, que é a Editora Massangana, sempre à mercê de interesses criados, vaidades literárias e influências políticas.

Relendo este esperançoso discurso de posse, não posso deixar de refletir, com certa melancolia, na grande verdade com que José de Alencar concluiu a estória de *Iracema:* "Tudo passa sobre a terra". E às vezes passa mais depressa do que esperamos: dos seis anos em que estive licenciado como professor da Universidade de Brasília, à disposição da Fundação Joaquim Nabuco, apenas dois foram dedicados ao Instituto de Documentação, porque sempre tive como norma somente trabalhar naquilo em que acredito.

MUSEOLOGIA E INTERDISCIPLINARIDADE

Não sendo museólogo, só posso atribuir o convite para esta conferência ao ditado popular, segundo o qual o feitiço vira sempre contra o feiticeiro. Foi por haver estranhado a omissão, no temário deste encontro, de um tópico sobre a relação da museologia com outras ciências e artes que acabei sendo convocado para abordá-lo. O que lamento não poder fazer com a profundidade que tema tão fascinante requer por me faltar, além do "engenho e arte" a que se referia o poeta maior da língua, tempo indispensável à releitura de tudo o que venho reunindo, há muitos anos, sobre cruzamento de ciências naturais e culturais, tanto entre si como com as letras, as artes e as tecnologias, sem esquecer a história e a filosofia, que se destacam de todos os campos do conhecimento por terem, além de seus objetivos específicos, o condão de testemunhar e interpretar cada um deles, como instrumentos indispensáveis ao conhecimento do conhecimento, naquilo que Aristóteles considerava como a mais alta forma de atividade intelectual – o pensar a respeito da própria atividade pensante – e Mortimer J. Adler definiu, em nossos dias, como "o saber consciente de si mesmo".

Bem sei que, como elementos essenciais da cultura de massa de nossa época – a observação é de Abraham Moles e Claude Zeltman – os museus têm problemas complexos, como, por exemplo – colhido este na obra monumental de Moles e Zeltman, *La Communication* – o de calcular-se a quantidade dos acervos segundo o logaritmo do número de obras expostas, sua qualidade conforme o logaritmo do valor unitário médio das mesmas e sua apresentação de acordo com uma escala numérica de fatores como conservação, emolduramento e iluminação de cada peça, tanto quanto o espaço que lhe deve ser atribuído, desde o metro e meio reservado num corredor ao quadro de um pintor secundário, passando pela sala inteira a que tem direito, na Galeria Nacional de

Conferência lida no Museu do Homem do Nordeste, da Fundação Joaquim Nabuco, durante um Congresso Nacional de Museologia (1982) e publicada pela revista *Ciência & Trópico* (Recife) v. 14, n. l, p. 19-25, janeiro/junho 1986.

Washington. *O Sacramento da Última Ceia,* de Salvador Dali, até o edifício anexo que o Museu do Prado destinou ao *Guernica,* de Picasso(2). De modo que aos museólogos só restaria a alternativa de discutirem, em seus congressos, problemas estritamente museológicos, museográficos e profissionais.

Existe nesta opção um perigo que ameaça tanto a museologia como outras atividades, inclusive a minha: o do enclausuramento dentro de absurdas fronteiras profissionais e profissionalizantes. Vejo pela imprensa que os museólogos anseiam por uma legislação profissional. Se for semelhante à que define a profissão de bibliotecário e regula seu exercício, sinto-me tentado a exclamar como os tribunais eclesiásticos: *anathema sit!* Porque um engano fundamental caracteriza esta e outras leis com as quais procura-se menos o aperfeiçoamento do que a *soi-disant* defesa da profissão contra os que não se bacharelaram pelo respectivo curso: o engano de seguir em tudo o modelo da legislação relativa a médicos e engenheiros. Esquecem que ao vedar o exercício da medicina ou da engenharia aos que não são médicos ou engenheiros o objetivo que a lei persegue não é a defesa dessas profissões e sim o bem-comum, comprometido pela ação nefasta dos impostores.

É verdade que várias tragédias individuais e coletivas – como as provocadas pelos chamados "acidentes anestesiológicos" ou pelo desmoronamento de barreiras e viadutos – vêm sendo creditadas a doutores de anéis nos dedos e diplomas nas paredes; mas são casos excepcionais que a própria legislação prevê e procura coibir com sanções exemplares.

Não percebo como o bem-comum ficaria prejudicado com a nomeação de um antropólogo e não de um museólogo para dirigir o Museu do Índio; ou a de um historiador para dirigir o Museu Imperial; ou a de um crítico de artes plásticas para dirigir o Museu Nacional de Belas-Artes. Lembro-me, a propósito, da observação de um dos maiores estadistas franceses de todos os tempos: Georges Clémenceau. Com a autoridade, que jamais lhe poderia ser negada, de quem acumulou, durante a primeira conflagração mundial, os cargos de *premier* e ministro da Guerra, unificou os comandos aliados e acabou cognominado "o pai da Vitória", Clémenceau disse esta frase recolhida por André Suarès em seu livro *Soixante Années d'Histoire Française:* "La guerre! C'est une chose trop grave pour la confier à des militaires".

Não: esta não é, de modo algum, uma frase que ofenda os militares, pois eles sabem muito bem quanto dependem de outras categorias profissionais. A própria segurança nacional é atribuída, na famigerada lei que a conceitua e disciplina, a todos os brasileiros e não apenas aos membros das forças armadas. O que Georges Clémenceau defendeu com esta luminosa observação foi, nada

mais, nada menos do que o diálogo interprofissional. Qualquer matéria – acrescente-se ao insigne político e escritor – é grave demais para ser confiada a uma só profissão.

O planejamento de cidades é problema complexo demais para ser resolvido apenas por urbanistas. Lembre-se, a propósito, que Sir Patrick Geddes vai além. Tendo-se especializado inicialmente em biologia, esse notável pensador – inglês pelo nascimento, mas verdadeiro *uomo universale* – levou para a sociologia – ciência de que foi professor em várias partes do mundo – a convicção de que o desenvolvimento das comunidades humanas é primariamente biológico. Suas obras *City Development* (1904) e *Cities in Evolution* (1915) o consagraram como autêntico filósofo do planejamento urbano. Insuspeitíssimo, portanto, para proclamar que "a organização da vida urbana não pode ser confiada exclusivamente aos engenheiros mais competentes ou aos estetas mais refinados, nem aos médicos ou aos pedagogos mais eminentes, nem aos representantes mais idealistas ou mais realistas das classes dirigentes"(3).

Na mesma linha de raciocínio, podemos dizer que o desenvolvimento nacional ou regional é problema complexo demais para ser resolvido apenas por economistas; que a crise coronariana é problema complexo demais para ser resolvido apenas por cardiologistas; que a biblioteca é problema complexo demais para ser resolvido apenas por bibliotecários; que o arquivo é problema complexo demais para ser resolvido apenas por arquivistas; e não precisaria me alongar mais para chegar a esta declaração, talvez insólita num congresso como o que hoje aqui se inicia: o museu é problema complexo demais para ser entregue a museólogos.

A própria tipologia museológica parece confirmar, pela sua heterogeneidade, o que acabo de afirmar, sem nenhuma intenção de afronta, pois sei muito bem que a museologia é encarada por todos como ciência interdisciplinar: aos museus de arte, em geral, juntaram-se os de arte medieval, os de arte sacra, os de arte moderna, os de escultura, os de instrumentos musicais, os de literatura; aos de ciências, em geral, os arqueológicos, os mineralógicos, os etnográficos; aos de história, em geral, os limitados a determinados períodos, episódios e personalidades; aos de tecnologia, em geral, os de carruagens, trens, automóveis, aviões etc.; aos nacionais, os regionais e provinciais; aos instalados em edifícios civis e religiosos, os ao ar livre: botânicos, zoológicos, oceanográficos; sem esquecer os objetos museográficos existentes em bibliotecas e arquivos como, por exemplo, na Divisão de Música da Library of Congress, em Washington, uma coleção de legítimos *stradivarius*.

Ora, dentre as centenas de cursos de graduação e pós-graduação em museologia existentes no mundo, a maior parte prepara museólogos para museus de

arte e história. Podem eles reivindicar a direção de museus especializados em outros setores do conhecimento? Em longo verbete que escreveu para a 15ª edição da *Encyclopaedia Britannica,* o museólogo Hugues de Varine-Bohan, que foi diretor do Conselho Internacional de Museus, afirma que não(4).

Longe de mim a idéia de que os cursos de museologia devem preparar museólogos sem especialização numa ciência ou arte. A desgraça da biblioteconomia brasileira decorre exatamente da falta de bibliotecários especializados, com os bacharéis em biblioteconomia considerando-se capazes de organizar e dirigir bibliotecas de todos os tipos e especializações. O resultado é que não são levados a sério pelas autoridades a que estão subordinados nem pelos usuários das diferentes categorias de bibliotecas. Usuários que chegam, por exemplo – e este ocorreu comigo mesmo – pedindo uma obra de Aristóteles e a pobre da bibliotecária perguntando pelo sobrenome deste autor. Espero que a calamitosa situação da biblioteconomia nacional sirva de exemplo aos museólogos. O museu – como a biblioteca – é um campo no qual se entrecruzam todos os conhecimentos: os teóricos tanto quanto os práticos e os científicos tanto quanto os humanísticos. Não há por que evitar esse encontro de especialistas, indispensável não apenas na utilização das coleções, mas principalmente em seu planejamento e em sua organização, em sua administração e em seu funcionamento. Trata-se, aliás, de um encontro inexorável. Lutar contra ele "é a luta mais vã", como diria Carlos Drummond de Andrade. Porque o encontro de especialistas decorre de outro encontro implacável, que é o das especializações: decorre – para usar uma só palavra e esta definitiva – da interdisciplinaridade.

Não há outra solução para uma época de especializações *à outrance.* Unificado até a Idade Média e fraturado a partir do Renascimento – quando sábios como Leonardo da Vinci, Nicolau de Cusa e Leon Battista Alberti fizeram inúteis esforços pelo restabelecimento do que o primeiro denominou "a Harmonia Universal" – o conhecimento ramificou-se de tal forma que o homem contemporâneo tem de conformar-se, como já foi observado, em saber cada vez mais de cada vez menos coisas. A árvore, tão cara a Raimundo Lúlio, não tem mais condições de representar o conhecimento: há que se apelar para o bosque, mas este já não será como o *Boosco Deleitoso* do português petrarquiano, e sim a *selva selvaggia* de que falava Dante: "Esta selva selvaggia e aspra e forte / che nel pensier rinova la paura!".

A explosão dos conhecimentos pode ser comparada à explosão demográfica e resulta, como esta, de um intercurso. Assim, do intercurso da biologia com outras ciências nasceram a bioquímica, a biofísica, a biogeografia, a bioclimatologia, a bioengenharia, a biomecânica, a biônica etc.; como do intercurso da sociologia com outras ciências surgiram a sociolingüística, a sociobiologia etc.

Ainda no século XIX, alguns intelectuais animados pela nostalgia da unidade perdida, tentaram recuperá-la pelo estudo sistemático de ciências naturais e culturais, tanto quanto pelo cultivo das artes, e também por meio de viagens que os colocavam em contato com diferentes culturas, em busca de um só princípio para todas as coisas. Estou me lembrando principalmente de um Goethe e de um Alexandre von Humboldt. Não incluo nesta linha universalista as tentativas de unificação das ciências que se baseiam num rígido reducionismo, seja ele matemático, lógico-formal, lingüístico, semiótico ou axiomático.

Otto Neurath e outros pensadores do chamado Círculo de Viena chegaram a organizar uma obra de título aliciante: a *International Encyclopedia of Unified Science,* publicada pela Universidade de Chicago a partir de 1958. Mas o que pretendiam era demonstrar, através do que Neurath chama, no primeiro volume da obra, de "integração enciclopédica", que todas as ciências - naturais e culturais - cabem na camisa-de-força neopositivista. Num aparente paradoxo, podemos dizer que o conceito de enciclopédia, tanto quanto o de universidade, opõe-se ao de interdisciplinaridade. A enciclopédia, como a universidade, não é interdisciplinar, mas pluridisciplinar: elas tratam de todas as coisas, sem que possamos distinguir o relacionamento de umas com outras. Elas reúnem, classificam, departamentalizam as ciências e as humanidades: aqui as ciências naturais, ali as ciências sociais, mais adiante a filosofia, a religião, as letras e as artes. Isto não é interdisciplinaridade, mas apenas multidisciplinaridade.

Ao propor a criação de um Centro de Síntese Interdisciplinar na universidade belga de Gand, o professor Léo Apostel condena vigorosamente o "verbalismo diletante" que se contenta em saber de tudo um pouco. E o professor Guy Michaud, da Universidade de Paris X, esclarece que a interdisciplinaridade "não é somente um conceito teórico: ela é também - e talvez sobretudo - uma prática. (...) A interdisciplinaridade não se aprende: ela se exercita"(5).

Em 1965, Gilberto Freyre propunha à Universidade Federal de Pernambuco a criação de um seminário interdisciplinar, inspirado pelo que o professor Frank Tannembaum organizou e dirigiu, durante mais de vinte anos, na Columbia University, com inovações de ordem temática e estrutural louvadas pelo próprio Tannembaum. Tendo iniciado suas atividades no ano seguinte, o Seminário de Tropicologia é o primeiro e único forum interdisciplinar de debates científicos existente na América Latina. Esse seminário foi incorporado pela Fundação Joaquim Nabuco porque a Universidade Federal de Pernambuco desinteressou-se dele, desde que passou a ser dirigida por tecnocratas em vez de *scholars.* Lembro que o seminário interdisciplinar foi definido pela própria Columbia University como "a community of scholars".

O Seminário de Tropicologia é uma instituição comparada por Gilberto Freyre a

uma orquestra: significativa comparação, pois como recorda Dorothy Koenisberger, em *Renaissance Man & Creative Thinking,* a idéia da harmonia universal, que vem de Pitágoras e Platão e foi revitalizada pelos neoplatonistas, tanto quanto por alguns humanistas do Renascimento, era de que a ordem cósmica se baseia em princípios geométricos e musicais(6).

Por este e por outros pioneirismos de Gilberto Freyre é que me permito prestar-lhe uma homenagem, ao fim de um texto em que tanto falei de especialismo e generalismo, sendo ele o maior exemplo americano de conciliação desta e de outras antíteses. Gilberto Freyre é sociólogo, é antropólogo, é historiador social, é pensador, é escritor literário, é pintor, sendo acima de tudo o *uomo universale,* como dizem os italianos, que, por isso mesmo, deram-lhe, em 1969, o Prêmio Internacional de Literatura "La Madonnina": está escrito no diploma correspondente à estatueta da pequena madona que o prêmio foi conferido por "incomparável agudeza literária na descrição de problemas sociais, conferindo-lhes calor humano e otimismo, bondade e sabedoria", através de uma obra de "fulgurações geniais".

Além disso, é bom não esquecer que estamos no auditório de um museu concebido por Gilberto Freyre. E concebido não apenas em 1958, quando publicou as "Sugestões em torno do museu de antropologia que se projeta instalar no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais", a que se seguiram, em 1960 e 1979, novas abordagens do assunto(7). Sempre que visito o Museu do Homem do Nordeste, lembro-me do conceito de "fato social total" enunciado pelo notável antropólogo Marcel Mauss e que é fundamental para compreensão de seu pensamento gestaltiano. Porque nesse "fato social total" se exprimem, como escreve o próprio Mauss, "ao mesmo tempo e de uma só vez, instituições de todas as naturezas: religiosas, jurídicas, morais, políticas, familiais e econômicas, supondo formas particulares de produção e de consumo, ou antes, de prestação e de distribuição, sem contar os fenômenos estéticos de que o fato serve de pretexto e os aspectos morfológicos das referidas instituições".

Mas a obra em que Marcel Mauss explica sua noção de "fato social total" – o *Essai sur le Don: Forme et Raison de l'Échange dans les Sociétés Archaïques* – embora divulgada em 1925, somente se consagrou quando incluída na coletânea intitulada *Sociologie et Anthropologie,* publicada em 1950(8). O artigo no qual Gilberto Freyre sugere a criação de um museu como é hoje o do Homem do Nordeste teve o mesmo destino: publicado no *Diário de Pernambuco,* de 10 de maio de 1925, somente se tornaria conhecido em 1979, quando foram publicados os dois volumes da coletânea *Tempo de Aprendiz*(9).

Vale a pena reler esse artigo, no qual se sugere um museu como "inventário in-

teligente, honesto, lógico, ao mesmo tempo que cronológico, e sobretudo psicológico, sociológico, artístico das afirmações construtoras; da energia criadora nacional em todas as suas expressões. Inclusive as plebéias. As analfabéticas. As rústicas". Seria um museu – continuo citando o artigo pioneiro de Gilberto Freyre – "que nos recordasse as afirmações mais características da vida colonial: a sua técnica de produção, a de transporte, o mobiliário, os tipos de casa, os costumes de vestir, os aparatos das grandes procissões e festas de Igreja'". E ainda nos recordaria "o que nos primeiros séculos da vida pernambucana produziram a ourivessaria e a escultura em madeira e em marfim", sem esquecer as artes menores: "caseiras ou domésticas, umas, como a do bico e renda pelo processo dos bilros e das almofadas com espinhos de mandacaru; plebéias várias, como a da louça de pau, a da louça de barro, a dos cachimbos, a dos chapéus de palha de ouricuri e das redes de trançado, a dos tamancos, a dos cocos de beber água", nem as facas-de-ponta de Pasmado, com seus cabos e bainhas de "esquisito lavor".

Mas – dirá algum medíocre, com aquela incapacidade para admirar que é própria da mediocridade – Gilberto Freyre já tem oitenta e dois anos cheios de glórias, como, além do mencionado prêmio "La Madonnina", o Aspen que é o Nobel dos Estados Unidos, doutoramentos *honoris causa* por Colúmbia, Sorbonne, Sussex, Munster e Coimbra; título de *Sir* – "Cavaleiro-Comandante do Império Britânico" – conferido não por motivos econômicos ou políticos, mas por mérito cultural; participação, por escolha da UNESCO, no conclave de apenas oito pensadores discutindo em Paris "tensões que geram guerras"; e várias outras distinções internacionais.

Nenhuma delas impede seja ele homenageado em seu país – de cuja cultura é o intérprete máximo – na região que imortalizou em páginas de prosa poética da obra *Nordeste,* publicada em Paris, por Gallimard, como *Terre de Sucre,* nas cidades do Recife e Olinda, também imortalizadas em guias práticos, históricos e sentimentais, no centro de pesquisas que fundou para comemorar o centenário do nascimento de Joaquim Nabuco, neste museu com o qual sonhou em 1925 e é um dos produtos de sua incessante criatividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ADLER, Mortimer J. Knowledge become self-conscious. *In: The New Encyclopaedia Briatannica.* 15. ed. Chicago, 1974, *Propaedia,* p. 692-693.

2. MOLES, Abraham & ZELTMAN, Claude. Musée. *In:* Moles, A. & ZELTMAN, C., ed. *La communication.* Paris, Denoël, 1971, p. 405-409 (Les dictionnaires du savoir moderne).

3. GEDDES, *Sir* Patrick. *Apud* Briggs, Asa & Michaud, Guy. Problèmes et solutions. *In:* Centre pour la Recherche et l'Innovation dans l'Enseignement. *L'interdisciplinarité; problèmes d'enseignement et de recherche dans les universités.* Paris, Organisation de Coopération et de Développement Économiques, 1972, p. 191-265 (a citação de Geddes está à p. 230).

4. VARINE-BOHAN, Hugues de. Museum. *In: The New Encyclopaedia Britannica.* 15 ed. Chicago, The University of Chicago, 1974, *Macropaedia,* v. 12, p. 649-662.

5. APOSTEL, Léo. Un Centre de Synthèse Interdisciplinaire. *In:* Centre pour la Recherche et l'Innovation dans l'Enseignement *op. cit.* (nº 3) p. 275-290. Michaud, Guy. "Concluions générales". Idem, p. 293-300.

6. KOENISBERGER, Doroty. *Renaissance man and creative thinking; a history of concepts of harmony, 1400-1700.* Sussex, The Harverster Press, 1979. 282 p. (cf. especialmente p. 173 e segs).

7. FREYRE, Gilberto. Sugestões em torno do museu de antropologia que se projeta instalar no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais* (Recife) v. 7, p. 5-16, 1958. *Sugestões em torno do Museu de Antropologia no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.* Recife, Imprensa Universitária, 1960. 41 p. *Ciência do Homem e Museologia.* Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979. 54 p. (Série Documentos, 14).

8. MAUSS, Marcel. *Sociologie et anthropologie.* Paris, Presses Universitaires de France, 1950.

9. FREYRE, Gilberto. A propósito de artes retrospectivas. Em seu: *Tempo de aprendiz.* São Paulo, Ibrasa, em convênio com o Instituto Nacional do Livro, 1979, v. II, p. 158-160.

FUNDAMENTOS TRANSDISCIPLINARES DA AUTOMAÇÃO

Nas conclusões gerais de um seminário realizado em setembro de 1970, por iniciativa do Centro para a Pesquisa e a Inovação no Ensino, da Organização Européia de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, o Professor Guy Michaud, da Universidade de Paris X, disse magistralmente da interdisciplinaridade que antes de ser apenas "um conceito teórico" ela é "também – e talvez sobretudo – *uma prática*"; "uma prática individual" – acrescenta Michaud – que "não se aprende nem se ensina", mas "se vive"(1).

Por isso é que, sendo o substantivo *interdisciplinaridade* e o adjetivo *interdisciplinar* de circulação recente, podemos dizer que essa prática e esse método já existiam com outros nomes, como ocorre, aliás, em todos os setores da atividade humana. O exemplo paradigmático está naquela cena do segundo ato da peça de Molière, *O Burguês Fidalgo,* que aqui reproduzo na tradução de Sérgio Porto.

"O PROFESSOR DE FILOSOFIA: ... Tudo que não é prosa, é verso; e tudo que não é verso, é prosa.

O SR. JOURDAIN: E quando a gente fala, o que é?

O PROFESSOR DE FILOSOFIA: É prosa.

O SR. JOURDAIN: O quê? Quando eu digo: 'Nicole, traga meus chinelos e me dê minha touca', isto é prosa?

O PROFESSOR DE FILOSOFIA: Sim, Excelência.

Conferência de abertura do II Seminário sobre Automação em Bibliotecas e Centros de Documentação, promovido pelo Instituto de Pesquisas Espaciais, em São José dos Campos (SP), de 2 a 5 de dezembro de 1986.

O SR. JOURDAIN: Puxa vida! Há mais de quarenta anos que eu falo em prosa e não sabia."

Há muito mais de quarenta anos se pratica a interdisciplinaridade sem dizer o seu nome. Que é a tradicional junta médica, senão o exercício da interdisciplinaridade em torno de um enfermo cujo mal não pode ser diagnosticado por um só especialista?

Das ciências biomédicas recorde-se, de passagem, que se anteciparam às demais na metodologia da pesquisa e na organização de instrumentos de trabalho intelectual: desde o médico grego Galeno, autor das primeiras bibliografias de que se tem notícia – *De Libris propiis Liber e De Ordine Librorum suorum Liber* – ao sofisticado sistema MEDLARS (*MED*ical *L*iterature *A*nalysis and *R*etrieval *S*ystem).

O pioneirismo se repete – já o recordei em livrinho publicado em 1973 – até mesmo no cenário nacional, pois médico foi o principal organizador do primeiro repertório bibliográfico de estudos brasileiros – o *Catálogo da Exposição de História do Brasil* –, o gaúcho Benjamin Franklin Ramiz Galvão e também médico o autor de nosso primeiro dicionário bibliográfico, o baiano Augusto Victorino Alves Sacramento Blake(2).

Recordemos outro exemplo de exercício interdisciplinar ainda mais antigo do que o de Galeno e agora já em outra área do conhecimento: a arquitetura. Vitrúvio, arquiteto romano do primeiro século antes de Cristo, considerava que seu ofício somente poderia ser exercido por quem fosse, ao mesmo tempo, um homem de letras, um hábil desenhista, um matemático treinado em inquéritos científicos, um aplicado estudioso de filosofia, familiarizado com a música, não ignorante da medicina, instruído em jurisprudência, conhecedor de astronomia e de seus cálculos.

É o que se lê em seu famoso tratado *De Architetura,* evidentemente desprezado por Oscar Niemeyer e Lúcio Costa no grandioso e belo, mas simplesmente unidisciplinar projeto de Brasília, cujos problemas sociais e humanos decorrem da não participação de cientistas sociais e humanistas em sua concepção e construção. Brasília, como observou lucidamente Gilberto Freyre, foi concebida como obra de pura engenharia física: erro clamoroso numa época em que se exige a atuação interdisciplinar das três engenharias: a física, a social e a humana. Darei apenas dois exemplos trágicos de conseqüências sociais e humanas desse erro: a incidência de suicídios e divórcios é maior em Brasília do que em qualquer outra cidade brasileira, considerando-se, naturalmente, os respectivos números de habitantes.

O que me faz lembrar do inglês Charles Percy Snow, físico da mais alta categoria, com notáveis pesquisas no campo da espectroscopia de infravermelhos, desviado pela Royal Society para o esforço de guerra dos anos de 1939 a 1945, tendo chegado ao posto de Secretário Parlamentar do Ministério da Tecnologia da Grã-Bretanha. Esse cientista, que recebeu o título de barão por serviços prestados a seu país, é o mesmo C. P. Snow que se notabilizou como autor de romances nos quais realiza profundas análises psicológicas de problemas sociais e humanos provocados pelo abismo entre a cultura científica e a cultura humanística, isto é, pela ausência de interdisciplinaridade.

Uma conferência de C. P. Snow, proferida em 1959, na Universidade de Cambridge, deu-lhe ainda mais renome. Tanto que, no ano seguinte, foi ele convidado pela Universidade de Harvard, onde proferiu outra conferência de grande repercussão. Na primeira – *As Duas Culturas* – C. P. Snow fala do inquérito que realizou entre cientistas e escritores literários enclausurados em grupos separados e mutuamente inimigos. Por sua dupla condição de físico e romancista, ele tinha o raro privilégio de freqüentá-los: com os cientistas trabalhava durante o dia e com os escritores conversava parte da noite. Os dois grupos tinham tão pouco em comum que ao sair do ambiente científico da Burlington House ou de South Kensington para entrar na atmosfera literária de Chelsea, tinha Snow a impressão de "atravessar um oceano": *One might have crossed an ocean.*

E as queixas eram mútuas. Os cientistas lamentavam que os escritores ignorassem a segunda lei da termodinâmica e o código genético; e nem sequer consideravam como intelectuais pesquisadores da categoria de um Eddington e de um Dirac. Os escritores, por sua vez, perguntavam que obra de Shakespeare os cientistas haviam lido; e talvez até duvidassem que soubessem ler, já que um deles havia dito a Snow que livros, para ele, não passavam de ferramentas: quase o caso de Fernando Pessoa, a dizer pelo poema de seu heterônimo Álvaro de Campos, que "livros são papéis pintados com tinta".

Não se pense, porém, que C. P. Snow se limitasse ao *sense-of-humour* tipicamente britânico. Sua obra – tanto a de ficção como a ensaística – é uma veemente denúncia de erros terríveis cometidos na guerra em conseqüência do abismo entre *as duas culturas:* por falta, conseqüentemente, do diálogo interdisciplinar, palavra que ele ainda não conhecia(3). A mesma omissão que ocorreu em Brasília, como já vimos.

Estarei exagerando ao dizer da automação que é um produto desse diálogo interdisciplinar? Creio que não, a julgar pela própria grafia da palavra, na qual se contraem os termos *automático* e *organização* ou *operação.* Automático, isto é, aquilo que se move, regula e opera por si mesmo: um conceito, portanto, da engenharia industrial; organização, palavra polissêmica, que indica o modo pelo

qual se organizam tanto os seres vivos (conceito biológico) como os sistemas (conceito sociológico); *operação,* palavra ainda mais genérica do que a precedente, pois se refere a qualquer ação de um poder ou faculdade para obter determinado efeito (conceito pluridisciplinar).

Em língua inglesa, a palavra parece ter sido cunhada em 1940, pelo Professor John Diebold, da Universidade de Harvard, com a dupla intenção de designar máquinas de comando automático e anunciar a segunda revolução industrial. Mas, sossegai, porque não vou repetir aqui a história da automação, estando eu mesmo farto daquele tipo de abordagem que faz remontar qualquer assunto ao homem pré-histórico ou à Bíblia. O que desejo é ressaltar, repetindo o economista francês Georges Elgozy, o caráter polivalente da automação: polivalência decorrente dos diferentes meios de que ela se utiliza e das repercussões econômicas, psicológicas e sociais que provoca(4).

Propondo-me a discorrer sobre o assunto, corro o risco de simplificá-lo, se não esclarecer – o que tentarei fazer agora – de que tipo de relacionamento disciplinar estou falando. Desse risco nos adverte Shakespeare, ao colocar na boca de Hamlet estas palavras dirigidas a Horácio e que já se tornaram proverbiais: "Há no céu e na terra bem mais coisas do que sonha tua filosofia". Advertência oportunísima numa época em que se vive, como assinala Edgar Morin, sob o signo da complexidade(5).

Já uma vez me ocorreu observar, a propósito da documentação, que tendo ela surgido para resolver o problema da explosão bibliográfica, acabou criando sua própria explosão, como o médico ou a enfermeira contaminados pelos males que procuram debelar(6). O número explosivo de publicações primárias suscita o aparecimento de publicações secundárias que, por sua vez, sendo já muitas, exige publicações terciárias e assim *ad infinitum.* Paul Otlet não exagerava ao prever uma bibliografia das bibliografias de bibliografias de bibliografias, labirinto fantástico depois retomado por Jorge Luis Borges numa de suas *ficções – La biblioteca de Babel* – e, mais recentemente, por Umberto Eco em seu já famoso romance *O Nome da Rosa.*

É o que ocorre com a interdisciplinaridade: sendo conceito de origem tão recente, já impõe aos que dele se utilizam uma série de distinções e de novos conceitos delas resultantes. Creio ter sido o filósofo marxista francês Louis Althusser quem estabeleceu pela primeira vez a distinção entre a interdisciplinaridade nas ciências exatas, entre estas e as ciências humanas e nas disciplinas literárias, assim designando o que em língua inglesa se chama tradicionalmente de *humanities,* isto é, humanidades. Em todas elas Althusser demarcou "dois tipos fundamentais de relacionamento: o *de aplicação* e o de *constituição".* As relações *de aplicação* supõem uma dualidade dos objetos: "aquele que é aplicado

diferencia-se daquele sobre o qual se aplica; é a exterioridade – a instrumentalidade do primeiro em relação ao segundo. A noção comum de aplicação remete-nos, assim, para o mundo da técnica". Nas relações *de constituição,* ao contrário, disciplinas novas surgem de disciplinas antigas ou de partes delas, tornando-se independentes, como é o caso da química-física, da biofísica, da bioquímica etc. Já podemos adiantar que, na gênese da automação, houve um relacionamento de aplicação(7).

Na mesma linha de Althusser se inscreve o Professor Mohammed Allal Sinaceur, para quem o melhor entendimento da interdisciplinaridade impõe uma distinção entre *disciplinas utilizadoras* ou *consumidoras* e *disciplinas produtoras*(8), parecendo evidente que a automação é uma disciplina utilizadora, porque apropria-se daquilo de que tem necessidade, pensando em seus problemas nos termos rigorosos das disciplinas produtoras, algumas delas já resultantes de outras interdisciplinas, como a pesquisa operacional.

Como se não bastasse a distinção entre interdisciplinaridade e a codisciplinaridade, a multidisciplinaridade, a pluridisciplinaridade e a transdisciplinaridade, considerou-se oportuno distinguir os seguintes tipos de interdisciplinaridade, magistralmente definida por Jean Piaget como "intercâmbios mútuos e integrações recíprocas entre várias ciências": interdisciplinaridade auxiliar, interdisciplinaridade complementar, interdisciplinaridade composta, interdisciplinaridade de engrenagem, interdisciplinaridade estrutural, interdisciplinaridade heterogênea, interdisciplinaridade linear, interdisciplinaridade restritiva e interdisciplinaridade unificadora.

Estes nove tipos de interdisciplinaridade estão devidamente conceituados pelos Professores Heinz Heckhausen – em sua contribuição à obra coletiva publicada pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico(9) – e Guy Palmade, em seu livro *Interdisciplinarité et Idéologies*(10). A ambas remeto o ouvinte interessado em tais sutilezas. Aqui me limito a esclarecer que a automação é antes um caso de transdisciplinaridade, assim conceituada pelo grande Piaget: "Integração global de várias ciências. A cada etapa de relações interdisciplinares sucede uma etapa superior, que seria a *transdisciplinaridade,* não somente abrangendo as pesquisas ou reciprocidades entre projetos especializados, como situando estas relações dentro de um sistema total sem fronteiras rígidas entre disciplinas". Precisando melhor seu conceito, Piaget compara a transdisciplinaridade a uma teoria geral de sistemas ou estruturas que inclua estruturas operativas, estruturas reguladoras e sistemas probabilísticos, unindo essas diversas possibilidades por transformações regulares e definidas"(11).

Quanto à aplicação de processos automáticos na armazenagem e recuperação

da informação, desejo fazer uma reivindicação de prioridade. Prioridades, como todos sabem, é tópico importante na história e na sociologia da ciência. Dele se ocupou magistralmente o notável sociólogo Robert King Merton, em ensaio de 1957, depois recolhido à sua obra *The Sociology of Science*(12).

Nas histórias da automação escritas por autores norte-americanos costuma-se apresentar Vanevar Bush como precursor, invocando-se o artigo "As we may think", publicado pela revista *Atlantic Monthly,* de julho de 1945. A prioridade não é exata. Os autores de língua inglesa ignoram de modo ostensivo as línguas neolatinas e dessa lamentável ignorância decorrem muitas injustiças.

Já uma vez procurei desmanchar o prazer do eminente bibliotecário inglês Alan Pritchard, que em artigo publicado pela revista *Journal of Documentation* mostrou-se muito feliz por haver inventado a bibliometria e criado a, segundo ele, lindíssima palavra *bibliometrias*(13). Coube-me fazer justiça ao belga Paul Otlet, que pela primeira vez falou em bibliometria, em capítulo de seu pioneiríssimo *Traité de Documentation,* publicado em 1934, mais de trinta anos antes do artigo do Dr. Alan Pritchard(14).

Parece-me agora oportuno esclarecer que a possibilidade do emprego da automação em bibliotecas foi pela primeira vez aventada pelo grande ensaísta espanhol Ortega y Gasset, ao proferir a conferência de abertura de um congresso internacional de bibliotecários reunido em Madri, em maio de 1935: dez anos antes, portanto, do artigo de Vanevar Bush. É verdade que este foi além da profecia, planejando a máquina "Memex", com a qual se propunha a recuperar informação por meio de uma tecnologia computarizada. Ortega, porém, antecipou-se em prever instrumentos mais sofisticados que o "Memex" de Vanevar Bush, ao mostrar a necessidade do estabelecimento de "uma estatística das idéias", cujo objetivo seria "precisar com todo o rigor o instante cronológico em que uma idéia nasce, o processo de sua expansão, o período exato em que permanece como vigência coletiva e, depois, a hora de seu declínio, de seu anquilosamento em simples tópico e, por fim, seu ocaso por trás do horizonte do tempo histórico". Isso foi exatamente o que passou a fazer, a partir de 1963, o Instituto para a Informação Científica de Filadélfia, sob a direção de Eugene Garfield. Refiro-me, como já deveis saber, aos índices de citações em ciências da natureza, em ciências sociais e em humanidades, com suas interessantíssimas "cadeias de citações"(15).

No mesmo texto, Ortega y Gasset falou da necessidade da criação de "uma nova técnica bibliográfica, de um automatismo rigoroso", com a qual o bibliotecário conquistaria a última potência do ofício humildemente iniciado com a simples catalogação manual(16). Sem ser marxista, pois professava um racio-

vitalismo, Ortega conseguiu realizar, em outro setor, o ideal que Marx atribuiu a seus seguidores, ao dizer que se os filósofos anteriores ao marxismo haviam interpretado o mundo, cabia-lhes a tarefa de transformá-lo.

Grande parte da análise marxista ficou, como se sabe, irremediavelmente prejudicada com o advento da automação. Esta, sim, é uma força que já começou a transformar o mundo. A automação está em toda parte, e não apenas em nossas bibliotecas e serviços de documentação. Nas coisas mais corriqueiras a encontramos: contracheques, contas bancárias, pagamento de água, luz e telefone, reservas de passagens e hospedagens. Ela nos permite chegar até as fronteiras do sagrado, ao colocar-nos em comunicação *on-line* com todos os temas da Bíblia e da *Suma Teológica:* talvez um convite para não esquecermos, no entusiasmo natural pelo progresso tecnológico, de que o nosso coração, como observou Santo Agostinho, criado para Deus, somente n'Ele encontrará a felicidade perfeita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. MICHAUD, Guy. Conclusion générales. *In:* Centre pour la Recherche et l'Innovation dans l'Enseignement. *L'interdisciplinarité; problèmes d'enseignement et de recherce dans les universités.* Paris, Organisation de Coopération et de Développment Économiques, 1972, p. 293-300.

2. FONSECA, Edson Nery da. Informação em ciências biomédicas. Em seu: *Problemas de comunicação da informação científica.* Brasília, Thesaurus, 1973, p. 61-73.

3. SNOW, C. P. *The two cultures: and a second look; an expanded version of the two cultures and the scientific revolution.* New York, The New American Library; London, The New English Library, 1959. 92 p. (A Mentor book, MP557).

4. ELGOZY, Georges. *Automation et humanisme.* Paris, Calmann-Lévy, 1968, p. 35.

5. MORIN, Edgar. *O problema epistemológico da complexidade.* Participação de Antônio Marques, Eduardo Prado Coelho, João Resina Rodrigues, Jorge Correia Jesuino, José Mariano Gago, Luís Filipe Barreto, Maria Manuel Araújo Jorge. Lisboa, Publicações Europa-América, 1984. 135 p.

6. FONSECA, Edson Nery da. *Bibliografia brasileira de documentação.* v. 1: 1811-1960. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1960, p. 9.

7. ALTHUSSER, Louis. *Filosofia e filosofia espontânea dos cientistas.* Trad. de Elisa Amado Bacelar. Lisboa, Presença; São Paulo, Martins Fontes, 1976, p. 36-64.

8. SINACEUR, Mohammed Allal. "Qué es la interdisciplinariedad?". *In:* Bottomore, Tom *et alii. Interdisciplinariedad y ciencias humanas.* Trad. de J. M. Domíngues y J. Sánchez Cuenca. Madrid, Tecnos/UNESCO, 1983, p. 23-31.

9. HECKHAUSEN, Heinz. Discipline et interdisciplinarité. *In:* Centre pour la Recherche et l'Innovation dans l'Enseignement. *Op. cit.* (ver nº 1) p. 83-97.

10. PALMADE, Guy. *Interdisciplinariedad e ideologías.* Trad. de María Teresa Palacios. Madrid. Narcea, 1979, p. 219-228.

11. PIAGET, Jean. General problems of interdisciplinary research and common mechanisms. *In:* UNESCO. *Main trends of research in the social and human sciences.* Part one: *Social sciences.* Paris, UNESCO; The Hague, Mouton, 1970, p. 467-528.

12. MERTON, Robert K. Priorities in scientific discovery. *American Sociological Review,* v. 22, n. 6, p. 635-659, December 1957. Incluído em seu: *The sociology of science.* Chicago, The University of Chicago Press, 1973, p. 287-324.

13. PRITCHARD, Alan. Statistical bibliography or bibliometrics? *Journal of Documentation,* v. 25, n. 4, p. 348-349, December 1969.

14. FONSECA, Edson Nery da. Bibliografia estatística e bibliometria: uma reivindicação de prioridade. *Ciência da Informação* v. 2, n. 1, p. 5-7, 1973.

15. GARFIELD, Eugene. *Citation indexing – its theory and application in science, technology, and humanities.* New York, J. Wiley, 1979. 274 p.

16. ORTEGA Y GASSET, José. Misión del bibliotecario. In: Federação Internacional de Bibliotecários & Asociación de Bibliotecarios y Bibliógrafos de España. *Actas y trabajos del II Congreso Internacional de Bibliotecas y Bibliografia.* Madrid-Barcelona, 20-30 de mayo de 1935. I y II. Madrid, Librería de Julián Barbazán, s. d., p. 100-122. Reproduzido na *Revista de Occidente,* de maio de 1935, o ensaio-conferência de Ortega y Gasset pode ser lido ainda em outras edições – como, por exemplo, *El libro de las misiones.* 5. ed. Buenos Aires, Espasa-Calpe Argentina, 1940, p. 11-50 e *Misión del bibliotecario y otros ensayos afines.* 2. ed. Madrid, Ediciones de la Revista de Occidente, 1967, p. 59-98 – e em suas *Obras completas.* Madrid, Revista de Occidente, 1958, t. V, p. 207-234 (da 4ª ed.).

INTERDEPENDÊNCIA OU MORTE

O CATÁLOGO COLETIVO COMO INSTRUMENTO DE COORDENAÇÃO ENTRE BIBLIOTECAS

1. IMPERATIVOS DA COORDENAÇÃO NUM MUNDO INTERDEPENDENTE

Quem diz coordenação entre bibliotecas diz *rede*. E *rede* – isto é, *network* ou *réseau* – é justamente uma das palavras que mais encontramos, hoje em dia, nas revistas americanas e européias especializadas em biblioteconomia e documentação. Por que essa insistência em falar de rede, isto é, de coordenação entre bibliotecas?

Procurei responder, aludindo, inicialmente, à efeméride que estamos comemorando neste ano de 1972: o Sesquicentenário da Independência do Brasil. São, decerto, comemorações muito legítimas e oportunas. Mas o certo é que, se Dom Pedro I voltasse às margens plácidas do Ipiranga cento e cinqüenta anos depois do "brado retumbante", de que fala o autor da letra do nosso Hino, seu grito seria não aquele que todos conhecemos, mas "interdependência ou morte".

A observação é de Gilberto Freyre, para quem estamos hoje "num mundo que ou se desenvolve como um todo interdependente, superados conceitos antigos de soberania nacional, de autonomia estadual e de liberdade individual, ou resvala para a catástrofe, para a confusão, para a guerra civil, para a guerra internacional". "Donde poder dizer-se hoje do Brasil" – esclarece o arguto sociólogo – "que a sua situação em face da América e do mundo, dramaticamente diversa da de 1822, é de interdependência ou morte"(1).

Estamos, com efeito, neste fim do século XX, ou, se quiserem, nestas vésperas do século XXI, vivendo num mundo cada vez mais interdependente. A tecnologia – sobretudo a tecnologia eletrônica – transformou a Terra naquela "aldeia

Publicado pela *Revista do Serviço Público* (Brasília) v. 107, n. 1, p. 81-95, janeiro/abril 1972.

global" de que fala Marshall McLuhan. Não há condições de qualquer natureza que permitam a uma nação, seja ela desenvolvida, subdesenvolvida ou em processo de desenvolvimento, viver independente das demais. As recentes visitas do Presidente dos Estados Unidos à República Popular da China e à União Soviética são apenas exemplos gritantes da interdependência que se coloca, em nossos dias, como condição *sine qua non* de sobrevivência das nações.

No seu livro *Ni Marx ni Jésus,* Jean-François Revel chega a chamar as nações de "grupos historicamente acidentais", esclarecendo que "a segunda revolução mundial consistirá no desaparecimento da noção que é fonte de todo o mal: a de soberania nacional"(2).

Mas a interdependência não se faz sentir apenas entre as nações. Muito antes de ela aparecer em escala internacional, já a sua necessidade se impunha entre os indivíduos. O velho Aristóteles definia o homem como um animal social. Organizados os indivíduos em sociedades, logo a interdependência se fez sentir entre elas, sob a forma da cooperação, chegando a constituir-se em sistema econômico: o cooperativismo.

A "aldeia global" de que fala McLuhan unificou tanto as nações como os conhecimentos. Além de ser uma palavra de conotações geográficas, econômicas e políticas, a interdependência tem implicações inequivocamente epistemológicas. É curioso notar como as palavras *interação, inter-relação* e *interdisciplinar* ocorrem nas revistas de filosofia das ciências com a mesma freqüência com que a palavra *rede* aparece nas de biblioteconomia e documentação. Pois também estamos vivendo num mundo em que não existe mais um ramo do conhecimento que seja independente dos outros. A clássica divisão dos saberes em científicos, literários e artísticos tem tanto valor quanto a divisão das ciências em exatas, naturais e sociais: um valor puramente pragmático e, portanto, bastante relativo.

Tanto as ciências – sejam exatas, naturais ou sociais – como as letras e as artes são formas de conhecimento da realidade. Seu objetivo é conhecer a realidade, e esse conhecimento exige interdependência em vez de separação. Em entrevista concedida recentemente a um semanário francês, Marshall McLuham afirmou: "No momento atual é possível ter uma consciência completamente imbricada"(3).

É certo que as especializações, em termos individuais, são inexoráveis, cada um sabendo cada vez mais de cada vez menos coisas. A época dos Aristóteles – dissertando com igual proficiência a respeito de física e filosofia, de política e estética – ou dos autores das primeiras grandes *sumas* do saber – Plínio, o

Velho, Isidoro de Sevilha, Hugues de Saint-Victor, Vincent de Beauvais, Raoul Ardent – já passou. Mas a inter-relação entre os conhecimentos exige que os especialistas se encontrem em seminários interdisciplinares e que as revistas se dediquem cada vez mais ao debate interdisciplinar dos problemas científicos e técnicos, pois não há mais assunto do qual se possa dizer que interessa apenas a este ou àquele especialista.

Dessa interdependência e desse inter-relacionamento entre os diferentes ramos do saber têm surgido novas ciências, desde a bioquímica e a biofísica à biônica e à cibernética. Esta surgiu, como se sabe, do estudo comparado entre áreas aparentemente distantes como a biofísica e a eletrônica. Repito o que já escrevi em outra ocasião: que a cibernética não se esgota no estudo comparado do cérebro animal e da máquina, sendo conhecidas as implicações filosóficas, psicológicas, sociológicas, econômicas, educacionais e até jurídicas dessa nova ciência, como, aliás, o próprio Norbert Wiener previu(4).

Mais uma vez sou obrigado a repetir-me, salientando que entre as ciências sociais ocorre o mesmo fenômeno. Sociologia, antropologia, economia, educação, administração, ciência política são campos cujas fronteiras estão cada vez mais flutuantes. Não há revista de sociologia que não divulgue artigos de economia; nem revista de economia que não publique artigos de educação; nem revista de educação que não inclua artigos de antropologia; nem revista de antropologia que não reproduza artigos de administração; nem revista de administração que não edite artigos de ciência política; nem revista de ciência política que não apresente artigos de interesse para qualquer das mencionadas especializações.

Fiz, há vários anos, uma análise do conteúdo da *American Political Science Review,* encontrando, entre 1959 e 1960, artigos sobre a "política e a vida contemplativa", sobre as "relações entre a ciência política e a economia", sobre a "novela administrativa", sobre Filosofia política e poesia", sobre a "previsão matemática das decisões da Suprema Corte dos Estados Unidos" etc.(5).

Não se pense que o fenômeno de interdependência ocorre apenas entre as ciências. Como salienta Pierre Piganiol, "knowledge must be regularly reclassified as *new links are discovered between the various fields of science and technology"*(6) (grifo nosso). Aliás, uma das mais recentes definições de *informação científica* assinala ser ela "essencial para o progresso da ciência em seus contextos básicos, aplicado *e tecnológico"*(7) (grifo nosso). Em artigo significativamente intitulado "Interaction of Technologies", L. W. Boxer fala dos "liames fundamentais previamente insuspeitados, como foi o caso das relações entre a física e a química no século XIX e é, atualmente, o caso da química e da biologia". A inexistência de tais vínculos constitui, como assinala o mesmo au-

tor, "uma série de lacunas no saber em vez de barreiras ou divisões entre os seus diversos ramos e a prática, havendo evidência de que essas barreiras que se insinuaram entre os vários setores da atividade científica são frutos antes da fraqueza humana do que de uma suposta impotência do conhecimento em face da ordem natural"(8).

Concluindo e resumindo esta primeira parte do nosso estudo, acreditamos ter demonstrado que a interdependência caracteriza, em nossa época, as relações tanto entre os indivíduos, as instituições e as nações como entre as ciências – consideradas no seu contexto básico, aplicado e tecnológico –, as letras e as artes. Veremos na segunda parte em que medida essa interdependência determina a formação de redes nacionais e internacionais de bibliotecas.

2. INTERDEPENDÊNCIA COMO CONDIÇÃO DAS REDES NACIONAIS E INTERNACIONAIS DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA

Em que medida a interdependência – que é, como acabamos de ver na primeira parte deste artigo, uma condição *sine qua non* da sobrevivência não apenas de indivíduos e nações, mas de especialistas e de especializações – condiciona a formação de redes nacionais e internacionais de informação científica?

Em primeiro lugar, porque, como dizia o poeta Mallarmé, "tudo no mundo existe para acabar em livro"(9). Esta frase – que aparece pela primeira vez em 1895 num artigo de Mallarmé para a *Revue Blanche* – seria completada por outras, bem mais recentes, de Admond Jabès: "O livro não está no mundo, mas o mundo no livro... O mundo existe porque o livro existe... O livro é obra do livro... O livro multiplica o livro"; e até por esta, que pode parecer herética, mas é bibliograficamente verdadeira: "Se Deus existe, é porque está no livro"(10).

Sendo as bibliotecas, por definição etimológica, as casas de livros, a conclusão natural a tirar da proposição de Mallarmé é a de que tudo o que existe no mundo vai acabar nas bibliotecas. Note-se que uso a palavra biblioteca no sentido mais amplo, que, ao invés de excluir, inclui os serviços de resumos e de indexação, os centros de análise da informação e os chamados *bancos de dados,* de acordo com o que foi estabelecido em importante pronunciamento conjunto da UNESCO e do Conselho Internacional de Organizações Científicas: "As bibliotecas mais progressistas, as 'bibliotecas do futuro' desempenharão funções e proporcionarão serviços que algumas vezes eram considerados característicos dos centros de informação especializados. A diferença de conceitos, se tiver de ser mantida, há de consistir antes na maior atenção prestada a um ou outro tipo de funções do que na separação entre estas ou no que se refere ao nível"(11).

Não creio que valha a pena discutir aqui a já superada querela entre biblioteca e serviços de informação, ou entre biblioteconomia e documentação, ou, ainda – o que já chegou por vezes a extremos de ridículo –, entre bibliotecários e documentalistas. Dessa luta não saíram vencidos nem vencedores, simplesmente porque o problema não é de opção ou de mútua exclusão, mas de acumulação e divisão de atribuições. Querela semelhante se esboça agora entre o que se convencionou chamar de "civilização escrita" e "civilização audiovisual", como se elas fossem mutuamente exclusivas, quando são, na verdade, interdependentes. O que tem faltado a todas essas cassandras que predisseram a substituição das bibliotecas pelos serviços de documentação, como hoje predizem a substituição do livro pelos recursos audiovisuais, é um pouco de base filosófica para compreenderem que depois de Hegel não é mais possível admitir-se antinomias irredutíveis, tudo se resolvendo pela síntese dialética dos contrários.

Fica, pois, entendido, que, ao falarmos de coordenação entre bibliotecas, estamos nos referindo exatamente às redes nacionais e internacionais de informação científica. Ser bibliotecário, nestas vésperas do século XXI, é, como salienta Maryann Duggan, "enfrentar as encruzilhadas da mudança com uma real oportunidade para colocar tanto as bibliotecas como a experiência profissional a serviço dos problemas do mundo de hoje", eis que, "na mobilização total dos recursos da biblioteca para um efetivo serviço, destinado a uma variedade enorme de consulentes e de direções, o bibliotecário tem em mãos um novo e estimulante instrumento, de grande potencialidade e não menor desafio: a rede bibliotecária"(12).

A conseqüência natural do fenômeno definido pela frase de Mallarmé – "tudo no mundo existe para acabar em livro" – é a *explosão bibliográfica.* Assim se convencionou denominar, como se sabe, a produção avassaladora de material impresso, calculada por diferentes processos em termos tão fantásticos quanto os que caracterizam a chamada explosão demográfica. A explosão bibliográfica é ainda mais assustadora do que a demográfica, pois inexistem para aquela – sendo pouco provável que venham a existir – métodos contraceptivos. O cálculo mais recente e mais autorizado para definir essa verdadeira crise da informação – que Derek J. de Solla Price qualificou muito bem como "doença da ciência" – é de que publicam-se no mundo "entre 50 000 e 70 000 revistas científicas, número que se reduz à metade, aproximadamente, quando somente se consideram as publicações relevantes"(13).

As especializações são ao mesmo tempo causa e efeito da explosão bibliográfica. São causa na medida em que a produção de informação científica é tanto maior quanto mais especializados se tornam os cientistas; e são efeito na medida em que os usuários logo se transformam em produtores de informação, de acordo com o próprio fenômeno da criação científica, tão bem estudado, entre outros, por Abraham Moles(14).

Ainda uma vez ocorre-me citar a frase de Mallarmé, pois, como tudo no mundo, as especializações também acabaram em livros que se chamam, no plano das chamadas "publicações primárias", *monografias* (sucessoras das grandes sumas do saber enciclopédico), no plano das chamadas "publicações secundárias", *bibliografias especializadas,* sucessoras das bibliografias gerais e assumindo modalidades diferentes, como os índices de palavras-chaves – colhidas no texto (KWIC) ou fora dele (KWOC) –, as listas sinaléticas e os resumos *(abstracts),* e, no plano das chamadas "publicações terciárias", as *revisões bibliográficas* ou exposições sobre o estado atual de um assunto ou problema *(state-of-the-art reports)* e as recensões críticas *(book-reviews).*

Tão logo passou a época das obras enciclopédicas, as bibliografias gerais – de que são exemplos, nos séculos XVI a XVIII, a *Bibliotheca Universalis,* de Conrad Gesner, a *Bibliotheca Classica,* de G. Draud, o *Allgemeines Europäisches Bücher-Lexikon,* de Theophilus Georgi, e, já no século passado, o *Manuel du Libraire et de l'Amateur de Livres,* de Jacques-Charles Brunet, ou o *Trésor des Livres Rares et Précieux,* de Johann George Theodor Graesse – começaram a ser substituídas pelas bibliografias especializadas.

Substituídos os livros pelas revistas, como veículos mais eficientes de comunicação entre os pesquisadores, logo estas deixaram de ser gerais – como o foram as *Philosophical Transactions* e o *Journal des Sçavans* – para também se especializarem e, especializando-se – isto é, multiplicando-se nas inúmeras especializações da nossa época –, atingirem as assustadoras proporções já salientadas.

Como tudo existe para acabar em livros – ainda e sempre, a aguda observação de Mallarmé! –, e o lugar definitivo deles é a biblioteca, teve ela de substituir sua natureza enciclopédica ou geral pela especialização. Somente três tipos de biblioteca vinham resistindo a essa orientação, permanecendo como redutos de coleções enciclopédicas: as nacionais, as universitárias e as populares. Deixemos estas de lado – porque seus objetivos, sendo os da educação de base, da educação complementar e da vulgarização do saber, não correspondem rigorosamente às exigências da informação científica – e consideremos as bibliotecas nacionais e universitárias.

As funções tradicionais de uma biblioteca nacional são: *(a)* reunir (pelo chamado depósito legal) e conservar para a posterioridade o patrimônio bibliográfico da nação; *(b)* difundir esse patrimônio pela publicação da bibliografia nacional corrente e, eventualmente, de bibliografias retrospectivas; *(c)* reunir e colocar à disposição de sua clientela – que é, na maior parte dos casos, sempre uma clientela de alto nível – as obras mais representativas da cultura universal; *(d)*

servir como órgão coordenador da permuta e do empréstimo nacional e internacional de publicações e, em alguns casos, de centro nacional de documentação.

Em decorrência dessas funções eminentemente generalizantes, as bibliotecas nacionais resistiram à especialização, tornando-se – repito – como que os últimos redutos de coleções enciclopédicas. Mas essa resistência começa a ceder com a criação de bibliotecas nacionais especializadas em grandes áreas do conhecimento, como, nos Estados Unidos, a Biblioteca Nacional de Medicina e a Biblioteca Nacional de Agricultura, no Reino Unido da Grã-Bretanha, a Biblioteca Nacional de Empréstimos para a Ciência e a Tecnologia, no Canadá, a Biblioteca Nacional da Ciência, na União Soviética, a Biblioteca Pública Estatal de Ciência e Tecnologia etc.

O mundo moderno parece dizer ao homem – parafraseando o que a esfinge disse a Édipo no seu caminho para Tebas: "Especializa-te ou devoro-te!" O enciclopedismo parece refugiar-se num gênero de publicação e num tipo de instituição: a enciclopédia e a universidade. Mas eis que surgem as enciclopédias de arranjo sistemático, das quais podemos adquirir apenas o volume que nos interessa – como a *Encyclopédie Française* –, e as universidades técnicas da Alemanha; e nas próprias universidades ainda fiéis à exata significação deste nome, o saber tende a fragmentar-se, por razões de ordem prática, em departamentos que se desconhecem mutuamente: distorção que os seminários interdisciplinares estão procurando corrigir.

Caminhando inexoravelmente para a especialização, só resta às bibliotecas – nacionais, universitárias e de pesquisa – e aos serviços de análise, referenciação e resumo da informação uma saída: a cooperação que evite duplicações inúteis e contribua para o estabelecimento de redes nacionais e internacionais. Na obra coletiva publicada pela UNESCO, sobre comunicação na era espacial, há um capítulo especialmente dedicado à "transmissão de informações entre bibliotecas". O que mais se enfatiza nesse capítulo é a necessidades de cooperação, do estabelecimento de sistemas, da coordenação entre bibliotecas de diferentes tipos e especializações. "Na verdade", – escreve Harry C. Campbell no citado capítulo – "poder-se-ia criar um conjunto completamente novo de bibliotecas especializadas; no entanto, será melhor utilizar, se possível, os serviços já existentes",(15).

A Biblioteca Regional de Medicina é um exemplo da utilização de serviços já existentes – os da Escola Paulista de Medicina – para estabelecimento de uma rede continental de informação biomédica, comandada pela Biblioteca Nacional de Medicina e sob os auspícios da Organização Mundial da Saúde e da Organização Pan-Americana da Saúde. Os bibliotecários que se negam a colaborar

com empreendimentos como este não estão absolutamente à altura da época em que vivemos: uma época – repito – de crescente interdependência entre indivíduos, instituições, conhecimentos e nações. Deles poderemos dizer o que Carlos Drummond de Andrade escreveu dos poetas romanticóides: são bibliotecários "de um mundo caduco". Para sermos fiéis ao espírito do nosso tempo, devemos seguir o conselho do poeta:

"O presente é tão grande, não nos afastemos.

Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas".

3. CATÁLOGOS COLETIVOS COMO INSTRUMENTOS DE COORDENAÇÃO

O que é um catálogo coletivo e em que medida ele se impõe como instrumento principal de coordenação entre bibliotecas e, portanto, como base indispensável de um sistema nacional e internacional de informação científica?

Creio que ninguém melhor do que Louise-Noëlle Malclès – a erudita e competente bibliotecária da Sorbonne – respondeu a esta pergunta. Permitam, pois, que traduza de seu livro *Les Sources du Travail Bibliographique* – livro que atrai o adjetivo monumental – o seguinte trecho:

"A coordenação de esforços é uma das manifestações mais evidentes da época em que vivemos. Ela se impõe cada vez mais em cada campo e se orienta para uma organização racional do trabalho, menos penosa para o indivíduo, mas fecunda para a coletividade.

No mundo dos livros, o auxílio mútuo indispensável a uma utilização eficiente dos recuros comanda a *estreita interdependência das bibliotecas.* Estas são cada vez menos livres de se desligarem uma das outras e de se isolarem em organismos fechados, autônomos. Todas, ao contrário, estão em vias de se constituírem num corpo único, no qual cada membro, animado de sua vida própria, é, entretanto, capaz de comunicá-la aos outros, recebendo, em troca, seus estímulos.

Esta reciprocidade de influência é facilitada por certos instrumentos recentemente descobertos ou adaptados e que são como que os motores permanentes da vida em comum. O catálogo coletivo é um desses instrumentos que muito promete e que até já cumpriu suas promessas. Ele supre a insuficiência de cada coleção isolada e substitui a biblioteca central sonhada por outra biblioteca

idealmente criada em fichas. Longe de sufocar ou de nivelar as bibliotecas especializadas, secundárias ou locais, ele respeita as leis, por assim dizer, orgânicas às quais essas bibliotecas tão variadas obedecem, para assegurar sua atmosfera e sua personalidade, sem destruir nem alterar a originalidade, que é um dos seus aspectos mais dignos de serem mantidos, na medida em que contribuem para valorizá-las e estimulá-las. Enfim, ele está subordinado a acordos previamente consentidos pelos estabelecimentos reunidos e dos quais resultam conseqüências benéficas para a coletividade, tais como:

(a) a unificação das normas catalográficas pela adoção de códigos padronizados;
(b) a divisão homogênea dos acervos, pela revelação das lacunas e das duplicatas, e a instauração de um sistema de permutas;
(c) a utilização racional das verbas, pela distribuição equilibrada das aquisições de documentos de alto custo ou de caráter muito específico;
(d) a criação de centros de informação e de orientação documentárias;
(e) a extensão e a intensificação das permutas nacionais e internacionais.

Tais aperfeiçoamentos tendem a retirar os livros de seus refúgios às vezes insuspeitados, para colocá-los na circulação e na vida; eles partem de uma fórmula relativamente simples, mas cujo dinamismo ainda em potencial conduzirá as bibliotecas do futuro às soluções radicais tão procuradas"(16).

Quem primeiro salientou – é curioso registrar – a importância dos catálogos coletivos não foi um bibliotecário, mas um escritor: Ernest Renan. Em seu livro *L'Avenir de la Science,* que reúne pensamentos de 1848, o ensaísta francês escreveu:

"No estado atual da ciência, não existe trabalho mais urgente do que um catálogo crítico dos manuscritos existentes nas diversas bibliotecas. Os que se ocupam com essas pesquisas sabem como são insuficientes, para uma idéia exata do conteúdo dos manuscritos, catálogos como os da Biblioteca Nacional, cheios de faltas e lacunas. Eis aí, na aparência, uma tarefa bastante humilde e para a qual seria suficiente destacar o último aluno da École des Chartes. Não vos enganeis! Não existe trabalho que exija um saber mais extenso, e todas as nossas sumidades científicas, examinando os manuscritos no mais limitado círculo de suas competências, teriam muita dificuldade para fazê-lo de modo irrepreensível. E, portanto, as pesquisas eruditas continuarão entravadas e incompletas até que esse trabalho seja feito de maneira definitiva"(17).

Vê-se que para Renan o trabalho de organização de um catálogo coletivo de manuscritos existentes em diversas bibliotecas era, além de importantíssimo, tão difícil que tinha de ser realizado pelos próprios cientistas.

Coube à Alemanha – não essa Alemanha dividida após a Segunda Guerra Mundial em duas nações antagônicas, mas a velha Confederação Germânica, de que a Prússia foi um dos Estados – organizar o primeiro catálogo coletivo do mundo. Segundo L. Brummel, foi justamente em decorrência das grandes diferenças existentes entre os acervos das bibliotecas germânicas – que, mesmo quando gerais, tendiam já para uma certa especialização – que a necessidade de desenvolver-se o empréstimo entre bibliotecas se fez sentir, juntamente com a criação, em 1895, do órgão indispensável a esse tipo de empréstimo: o Catálogo Coletivo das Bibliotecas do Estado da Prússia(18).

Apesar de ser a primeira iniciativa no gênero, ele já se apresentava sob as duas modalidades que caracterizam tanto seu conteúdo formal – referenciando livros e periódicos – como seu continente – tanto sob a forma de fichas como de publicação: o *Berliner Titeldruke* (1892 a 1944 e reiniciado em 1955), sucedido pelo *Gesamtkatalog der Preussischen Bibliotheken* (1931-35), posteriormente intitulado *Deutscher Gesamtkatalog* (1935-1939 e 1941).

Também é curioso assinalar que o primeiro catálogo coletivo de âmbito internacional foi publicado igualmente na Alemanha e é especializado, interessando antes aos humanistas do que aos cientistas: o famoso *Gesamtkatalog der Wiegendruke* (Leipzig, Hiersemann, 1925-1940), do qual escreveu Malclès que podemos, "sem exagero, qualificar de monumental"(19).

Podemos afirmar que o fracasso do Repertório Bibliográfico Universal, planejado e iniciado em Bruxelas por Otlet e La Fontaine, decorreu da sua utópica ambição de ser ao mesmo tempo internacional e enciclopédico.

Não é minha intenção enumerar aqui as principais iniciativas de cada país na organização de catálogos coletivos em fichas e em publicações: seria repetir o trabalho já realizado por L. Brummel e E. Egger, sob os auspícios da Federação Internacional de Associações de Bibliotecários. Refiro-me ao *Guide des Catalogues Collectifs et du Prêt International*(20), cujo título é bastante significativo porque mostra a estreita ligação entre o catálogo coletivo e um dos mais úteis subprodutos da rede que ele possibilita: o empréstimo internacional de publicações. Como salientam Mathews e Brown, "uma verdadeira rede não foi possível no passado pelo insuficiente conhecimento da localização dos materiais procurados. Com um catálogo coletivo mecanizado e um sistema de comunicações adequadamente planejado, os documentos poderiam ser automaticamente enviados a seus potenciais consulentes"(21).

Mas, cuidado com a referência de Mathews e Brown às possibilidades de emprego, no planejamento de um sistema de informação, de novas tecnologias; a

experiência, por exemplo, levada a efeito pelo Centro de Pesquisas Biblioteconômicas da Universidade da Califórnia em Berkeley, no sentido de transmissão de informações por telefac-símile, demonstrou que "o transporte por superfície continuará sendo menos dispendioso, por muitos anos, do que a transmissão por meio do telefac-símile"(22).

O principal objetivo do catálogo coletivo é – repetimos – o de localizar publicações. É isto o que ele produz de essencial, e nisto está a sua importância. Por isso, considero tudo o mais – empréstimo entre bibliotecas, aquisição coordenada ou planificada, pesquisa bibliográfica, unificação de normas catalográficas etc. – como simples subprodutos do catálogo coletivo. O produto é a localização imediata de documentos por meio do tradicional teletipo. É através dele que uma rede nacional de bibliotecas alcança o seu objetivo final: o de localizar em pelo menos uma biblioteca da nação qualquer documento produzido no mundo. Objetivo que os Estados Unidos procuram alcançar através de sistemas coordenados de aquisição de material estrangeiro, como o Plano Farmington ou o *Latin-American Cooperative Acquisitions Program* (LACAP).

Mesmo nos países adiantados, o progresso no estabelecimento de redes e de outros sistemas cooperativos tem sido relativamente lento, como assinalam, entre outros, Mathews e Brown(23). Essa lentidão decorre, naqueles países, de fatores altamente sofisticados, como a incompatibilidade entre elementos do chamado *hardware* e a proliferação verdadeiramente babélica de elementos do chamado *software:* sistemas de recuperação, linguagens artificiais etc. Em países como o Brasil, essa lentidão resulta da independência com que as bibliotecas tentam sobreviver num mundo e numa época interdependentes. A culpa recai tanto sobre as autoridades superiores como sobre os próprios bibliotecários, muitos dos quais colocam suas vaidades pessoais acima dos interesses nacionais.

Exemplo gritante dessa falta de consciência ocorre na própria capital da república, onde numa só praça – significativamente intitulada de Praça dos Três Poderes – existem cinco bibliotecas: a da Presidência da República, a do Supremo Tribunal Federal, a do Ministério das Relações Exteriores, a da Câmara dos Deputados e a do Senado Federal. Muito breve, serão seis, porque está para ser inaugurado o novo edifício do Ministério da Justiça.

O caso do Congresso Nacional é o mais escandaloso, por ser ele o poder menos significativo, tanto na atual conjuntura política brasileira como no panorama mundial, onde é visível a crise dos órgãos parlamentares. Falamos com esta franqueza enfática porque o sonho da unificação dos serviços de infra-estrutura técnico-administrativa do Congresso Nacional foi vencido pela realidade monstruosa da projetada instalação de dois centros de processamento eletrônico de

dados. Sobre o assunto, permito-me chamar a atenção dos que me lêem para o artigo "Dois Computadores no Congresso Nacional?"(24).

A publicação de catálogos coletivos pode contribuir para a desejável conscientização do problema, ao escancarar perante os olhos estarrecidos dos contribuintes as inúmeras duplicações resultantes da falta de uma polftica nacional em matéria de bibliotecas. Abre-se ao acaso o recente *Catálogo Coletivo de Publicações Periódicas de Ciência e Tecnologia*(5) e vê-se que somente na cidade do Recife existem 10 coleções do *Chemical Abstracts,* sendo 8 na Universidade Federal de Pernambuco e apenas uma completa! Se distorções como esta não forem corrigidas, será o caso de, em vez de nos felicitarmos com o fenômeno definido por Mallarmé, deplorarmos que tudo no mundo exista para acabar em livro...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FREYRE, Gilberto. *Seis conferências em busca de um leitor.* Rio de Janeiro; José Olympio, 1965, p. 39.

2. REVEL, Jean-François. *Ni Marx ni Jésus.* Paris, R. Laffont, 1970. Cito a edição portuguesa, publicada sob o tftulo de *A revolução imediata.* Lisboa, Bertrand, s. d., pp. 141-142.

3. McLUHAN, Marshall. *L'Express va plus loin avec Marshall McLuhan. L'Express* (Paris), 14/20 février 1972, pp. 69-74.

4. FONSECA, Edson Nery da. *Integração de conhecimentos na universidade: sua expressão bibliográfica. Revista do Livro* (Rio de Janeiro) 35: 141-143, 4º trimestre de 1968.

5. FONSECA, Edson Nery. Artigo citado.

6. PIGANIOL, Pierre. *Science and information in prospect.* In: Conferência Intergovernamental para o Estabelecimento de um Sistema Mundial de Informação Cientffica. Paris, 1971. *Final report.* Paris, UNESCO, 1971, p. 33.

7. UNESCO & CIUC. *Unisist; Informe del estudio sobre la posibilidad de estabelecer un sistema mundial de información científica, realizado por la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, y el Consejo Internacional de Uniones Científicas.* Montevidéu, Oficina de Ciencias de la UNESCO para América Latina, 1971, p. 1.

8. BOXEL, L. W. *Interaction of technologies. Nature* (London) 207 (5002): 1.121-1.125, Sep. 11, 1965.

9. MALLARMÉ, Stéphane. *Le Livre, Instrument Spirituel. In Oeuvres Complètes.* Texte établi et annoté par Henri Mondor et G. Jean-Auvry Paris, Gallimard, 1945, pp. 378-382. A frase citada está na página 378 e data de julho de 1895, quando apareceu em artigo na *Revue Blanche.*

10. JABÈS, Edmond. *Je Bâtis ma Démeure.* Paris, Gallimard, 1959. *Apud* Derrida, Jacques. *A Escritura e a Diferença.* São Paulo; Perspectiva, 1971, p. 69.

11. UNESCO & CIUC. *op. c.t.* (ver nº 7), p. 39.

12. DUGGAN, Maryann. *Library Network Analysis and Planning. Journal of Library Automation* (Chicago) 2(3): 157-175, Sep. 1969. A autora fala de uma nova sigla: *Lib-NAT,* que significa *Lib*rary *N*etwork *A*nalysis *T*heory.

13. UNESCO & CIUC. *op. cit.* (ver nº 7), p. 9.

14. MOLES, Abraham A. *Sociodynamique de la culture.* Paris, Mouton, 1967. 342, pp. 71-107. E, mais especificamente, do mesmo autor, *A Criação Científica.* Trad. de Gita K. Guinsburg. São Paulo, Perspectiva, 1971. XIV, 292 p. *passim.*

15. CAMPBELL, Harry C. *A Transmissão de informações entre bibliotecas. In:* Unesco. *Comunicação na Era Espacial.* Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1969, pp. 143-155. O trecho citado está na página 150.

16. MALCLÈS, L.-N. *Les sources du travail bibliographique.* Tomo I: *Bibliographies Générales.* Genève, E. Droz; Lille, Giard, 1950, p. 102-103.

17. RENAN, Ernest. *L'avenir de la science; Pensées de 1848.* Paris, Calmann-Lévy, 1849, p. 217.

18. BRUMMEL. L. *Los catálogos coletivos; problemas y organización.* Paris, Unesco, 1956, p. 15-16.

19. MALCLÈS, L.-N. *Op. cit.* (ver nº 16), p. 62.

20. BRUMMEL, L. & EGGER, E. *Guide des catalogues collectfs et du prêt international.* La Haye, M. Nijhoff, 1961. 89 p.

21. MATHEWS, Maux U. & BROW, W. Stanley. *Research libraries and the new technology. In* Knight, Douglas M. & Nourse, E. Shepley, ed. *Libraries at Large; Tradition, Innovation, and the National Interest:* New York, R. R. Bowker, 1969, pp. 265-341. O trecho citado está na página 333.

22. SCHIEBER, William D. & SHOFFNER, Ralph M. *Telefacsimile in libraries: a report of an experiment in facsimile transmission for interlibrary loan systems.* Berkeley, Institute of Library Research, University of California, 1968. 137 pp. O trecho citado está na p. 84.

23. MATHEWS, Max U. & BROWN, Stanley. Op. cit. (ver nº 21), p. 324.

24. FONSECA, Edson Nery da. "Dois computadores no Congresso Nacional?". *Diário de Pernambuco* (Recife), 2 mar. 1972, 1. cad., p. 4. *Correio Braziliense* (Brasília), 17 mar. 1972, Cad. Cult., p. 2.

25. IBBD. *Catálogo Coletivo de Publicações Periódicas de Ciência e Tecnologia.* Rio de Janeiro, 1970-71. 2 v.

ORIGEM, EVOLUÇÃO E ESTADO ATUAL DOS SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO NO BRASIL

1. DOCUMENTAÇÃO EM SENTIDO AMPLO

Com a autoridade indiscutível de quem exerceu, durante mais de uma década, o alto cargo de Ministro da Educação e Cultura, o Senador Gustavo Capanema observou certa vez que "um dos grandes defeitos da nossa cultura consiste na falta ou insuficiência de documentação".

A observação foi feita durante a 12ª reunião da comissão que elaborou o projeto da Constituição Brasileira de 1946, tendo sido suscitada por uma estranha sugestão do Sr. Guaraci Silveira: a de que os debates deixassem de ser taquigrafados, para que os constituintes pudessem falar com mais naturalidade.

Manifestaram-se contrários, além do Sr. Gustavo Capanema, os também deputados Artur Bernardes e Aliomar Baleeiro e o Senador Ivo d'Aquino. Mas o fato é que a estapafúrdica idéia se transformou em proposta do deputado Soares Filho, aprovada pela chamada Grande Comissão da Assembléia Constituinte de 1946(1).

Este é apenas um dos inúmeros exemplos de desapreço pela documentação no Brasil. Outro exemplo é o deplorável estado em que se encontra a maior parte dos nossos arquivos públicos e privados, onde apodrecem e de onde desaparecem – com uma exceção ou outra, como, por exemplo, as do Arquivo Nacional e dos estaduais de Pernambuco, da Bahia e de São Paulo – documentos importantíssimos. Sobre este particular, convém ler o livro de Franklin de Oliveira, significativamente intitulado *Morte da Memória Nacional*(2).

Publicado pela *Revista do Serviço Público* (Brasília) v. 108, n. 1, p. 37-52, janeiro/abril 1973.

Em crônica publicada no ano de 1958, Carlos Drummond de Andrade referiu-se ao "sentimento nacional da inutilidade do papel velho" e também ao "desamor à documentação, a pobreza de consciência histórica, a falta de senso arquivístico, que fazem com que os acervos cartoriais entre nós sejam não raro tão maltratados". Observou ainda o poeta-cronista que "no serviço público, chama-se 'arquivo morto' justamente aquele núcleo de papéis em que a história começa a viver, e que portanto merece especiais cuidados". O próprio Drummond de Andrade informa qual o destino desses papéis: "Joga-se fora, queima-se, vende-se aquilo, porque temos horror ao passado e o futuro não nos interessa"(3).

O exemplo máximo de desprezo pela documentação no Brasil é a queima dos arquivos da escravidão, ordenada por despacho de Rui Barbosa, quando Ministro da Fazenda, em 14 de dezembro de 1890. Alega-se em favor do grande brasileiro que, mandando queimar os livros de matrícula geral dos escravos do Império, ele evitou as vultosas despesas de indenização que os escravocratas certamente pretenderiam, com base naqueles documentos; argumenta-se também que o seu gesto exprimiu um sentimento nacional, tanto que foi muito aplaudido pelos abolicionistas. Não nos compete apreciar o mérito da iniciativa que, justificável ou não, permanece como exemplo gritante de desprezo pela documentação. A defesa de Rui Barbosa foi feita pelo historiador Américo Jacobina Lacombe(4), mas existem vários outros casos de documentos destruídos e desaparecidos, como assinala o professor José Honório Rodrigues(5).

2. DOCUMENTAÇÃO EM SENTIDO RESTRITO

Falou-se, até aqui, de documentação no sentido mais amplo, que compreende a reunião ou coleção de documentos de qualquer natureza, devidamente conservados e organizados para fins de consulta, estudo ou prova. A acepção técnica é mais restrita, indicando as operações de análise do conteúdo dos documentos escritos ou textuais – livros, artigos, relatórios, teses, etc. – com o objetivo de preparar resumos e índices temáticos.

Na análise documental empregou-se, inicialmente, o sistema de Classificação Decimal Universal (CDU), desenvolvido pelos belgas Paul Otlet (1868-1944) e Henri La Fontaine (1854-1943), a partir da Classificação Decimal do norte-americano Melvil Dewey (1851-1931), concebida para ordenação de livros e periódicos em bibliotecas.

Assim, desde suas origens, a documentação distinguiu-se claramente da biblioteconomia, embora fosse evidente sua ligação com a bibliografia, da qual se desprenderia quando a CDU começou a ser aplicada em arquivos e outros órgãos documentológicos(6).

Quem melhor esclareceu a distinção entre bibliografia e documentação foi a Sra. Louise-Noëlle Malclès, ao escrever que esta "não é mais do que a bibliografia ultrapassada no seu conteúdo e acelerada na sua marcha"(7). Ultrapassada no seu conteúdo porque passou a resumir documentos gráficos de qualquer natureza, em vez de apenas referenciar livros; acelerada na sua marcha porque procurou "marchar com os fatos", em vez de seguir atrás deles, como a bibliografia tradicional(8).

Dispenso-me de repetir aqui a história do Escritório Internacional de Bibliografia que Otlet e La Fontaine fundaram em Bruxelas, no ano de 1892, e no qual começaram a organizar, de acordo com a CDU, um catálogo mundial em fichas; e a da criação do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB) em 1895, pelos que tiveram o ensejo de ver esse catálogo, na primeira Conferência Internacional de Bibliografia. É uma história já conhecida pelo depoimento de uma testemunha ocular: o inglês S.C. Bradford(9).

3. PRECURSORES BRASILEIROS

Apesar das incompreensões e despeitos que enfrentou – tanto da parte dos norte-americanos da Smithsonian Institution como dos ingleses da Royal Society – o IIB logrou despertar grandes entusiasmos entre os primeiros documentalistas do mundo: os que faziam documentação como Mr. Jourdain fazia prosa e para os quais a CDU era uma espécie de *deus ex machina.* Como observa a Sra. Kathrine O. Murra, "a conquista de adeptos cedo transformou-se numa cruzada"(10). E entre os primeiros *apóstolos* da CDU estavam três brasileiros: os sábios Juliano Moreira e Osvaldo Cruz e o engenheiro civil Vítor Alves da Silva Freire.

Quatro anos depois de fundado em Bruxelas, o IIB contava com um membro brasileiro – Juliano Moreira – que utilizou a CDU na revista por ele dirigida: os *Annaes da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Bahia*(11). Em 1900, outro grande cientista brasileiro introduzia o sistema na biblioteca do instituto que organizara e teve depois o seu nome: o Instituto Oswaldo Cruz(12). Em dezembro do mesmo ano, o engenheiro paulista Vítor Alves da Silva Freire – diplomado pela Escola Politécnica de Paris, Diretor de Obras Municipais e lente substituto da Escola Politécnica de São Paulo – publicava em revista da mesma Escola um artigo sobre a necessidade da participação do Brasil na organização internacional da bibliografia científica(13).

O opúsculo de Vítor Alves da Silva Freire foi o primeiro trabalho em língua portuguesa a receber o número de publicação oficial do IIB, transformado em Insti-

tuto Internacional de Documentação no ano de 1931 e em Federação Internacional de Documentação (FID) em 1938. Vê-se pelo seu texto que já no começo do século havia em São Paulo uma casa comercial – a Livraria Civilização, de Mello, Barjona & Cia., estabelecida na Rua Quinze de Novembro, nº 58 – recebendo assinaturas e encomendas de publicações do IIB – fornecendo equipamentos e móveis internacionalmente padronizados.

A Biblioteca da Câmara dos Deputados também está entre as primeiras do País que adotaram o catálogo sistemático segundo a CDU e receberam as publicações do IIB, graças à clarividência do seu diretor, que era, na época, o escritor Mário de Alencar (1872-1925), filho de José de Alencar e amigo íntimo de Machado de Assis.

4. PRIMEIRO SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

Nenhum brasileiro, porém, entusiasmou-se mais com a CDU e com os trabalhos do IIB do que o jurista e homem público Manuel Cícero Peregrino da Silva (1866-1956). Diretor da Biblioteca Nacional de 1900 a 1921 – com interrupção de 1916 a 1918 para exercer os altos cargos de Diretor-Geral da Instrução Pública e Prefeito interino do Distrito Federal – os pontos mais altos de sua brilhante administração foram a reorganização geral da repartição, a construção do edifício atual, a criação do primeiro curso de biblioteconomia da América Latina e a fundação de um Serviço de Bibliografia e Documentação em correspondência com o IIB.

É lamentável que os sucessores imediatos de Manuel Cícero Peregrino da Silva na direção da Biblioteca Nacional não se tenham interessado por esse Serviço de Bibliografia e Documentação, no qual foram previstas quase todas as peças dos modernos centros de documentação. A ele caberia, entre outras atribuições, "a organização, segundo o sistema de Classificação Decimal e por meio de fichas, do repertório bibliográfico brasileiro, como contribuição para o repertório bibliográfico internacional [...], incluídos os artigos insertos em publicações periódicas e os escritos de qualquer natureza", a impressão de fichas catalográficas, a "organização do catálogo coletivo das bibliotecas brasileiras" e concursos destinados a premiar, de dois em dois anos, os melhores trabalhos bibliográficos publicados no país. Quando examinarmos, no item 7 deste artigo, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, veremos que nele se concretizou o sonho e o plano desse Otlet brasileiro que foi o pernambucano Manuel Cícero Peregrino da Silva(14).

O *Boletim Bibliographico da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* dos anos de 1918 a 1921 é o que resta do Serviço de Bibliografia e Documentação criado

por iniciativa de Manuel Cícero Peregrino da Silva: uma publicação da qual podemos dizer – repetindo o julgamento de Fidelino de Figueiredo sobre o *Catálogo da Exposição de História do Brasil* – que honra a biblioteconomia brasileira da época. Organizado por Cícero de Brito Galvão, ele tem arranjo sistemático de acordo com a CDU e de cada número existem duas edições, sendo uma impressa de um só lado, para que as referências bibliográficas pudessem ser recortadas e montadas nas fichas do Repertório Bibliográfico Universal(15).

A Primeira Guerra Mundial foi, como se sabe, uma das causas do fracasso da experiência tentada por Otlet e La Fontaine para o estabelecimento do primeiro catálogo coletivo de que se tem notícia no mundo. Mas outros centros nacionais de documentação – como o Nederlands Instituut voor Documentatie en Registratuur (NIDER) e a British Society for International Bibliography – continuaram colaborando com o IIB – que passou a ser uma entidade menos executora do que coordenadora de atividades documentológicas – enquanto no Brasil se interrompia a iniciativa pioneira de Manuel Cícero Peregrino da Silva.

5. OUTRAS INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS

Não houve um serviço de documentação, dentre os criados entre nós a partir de 1937, que procurasse reatar aquela iniciativa. A Biblioteca Nacional voltou a aquietar-se em medíocre repartição pública, deixando de ser a instituição dinamicamente cultural que foi durante as administrações de Benjamin Franklin Ramiz Galvão e Manuel Cícero Peregrino da Silva. Parecia, como observou ironicamente Gilberto Freyre, "que estava se desencarnando em fantasma: um fantasma do Rio de Janeiro dos dias do engenheiro Passos e do engenheiro Sousa Aguiar"(16).

Enquanto isso, o governo instaurado em 10 de novembro de 1937 transformava os velhos Serviços de Publicidade em Serviços de Documentação. Foi o que aconteceu com o do Departamento Administrativo do Serviço Público(17), com o do então chamado Ministério da Educação e Saúde(18), e com o do Ministério da Agricultura(19). Serviços de Documentação foram criados, em seguida, nos Ministérios que não dispunham de Serviços de Publicidade, como o das Relações Exteriores(20), o da Marinha(21), o da Justiça e Negócios Interiores(22), o da Viação e Obras Públicas(23) e o do Trabalho, Indústria e Comércio(24).

Alguns desses serviços limitavam-se a publicar livros e revistas de propaganda governamental: uma propaganda da qual podemos dizer, parafraseando François Porché, "que não ousava dizer o seu nome". É de justiça mencionar, entretanto, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores – pioneiro da documentação

legislativa no Brasil, através da revista *Jus Documentação*(25) –, o Ministério da Educação e Cultura – cujo Serviço de Documentação, ao tempo em que foi dirigido pelo professor José Simeão Leal, editou publicações avulsas, seriadas e periódicas do mais alto nível cultural e gráfico(26) – e o Ministério da Agricultura, que preferiu, em vez da falsa documentação, a informação agrícola, tão necessária a um país como o Brasil(27).

O Serviço de Documentação do DASP não fez – nem tinha este objetivo – documentação no sentido técnico da palavra, mas procurou debater o problema em cursos especializados e em editoriais e artigos da *Revista do Serviço Público*(28). Basta lembrar que o único tabalho de Paul Otlet até agora traduzido em português foi publicado nesta revista. Refiro-me ao notável ensaio que é "Documentos e Documentação"(29).

6. INICIATIVAS INDIVIDUAIS

A análise de publicações periódicas *(dépouillement)* para extração de informações divulgadas em resumos e índices é, como assinala a Sra. Louise-Noëlle Malclès, uma operação estreitamente ligada ao conceito moderno de documentação(30). Enquanto os serviços de documentação governamentais, com as exceções indicadas, se resignavam às melancólicas tarefas de endeusamento de autoridades e divulgação da subliteratura dos áulicos, alguns abnegados procuravam fazer o *dépouillement* de periódicos especializados, divulgando índices que podem ser considerados como os primeiros instrumentos documentográficos brasileiros.

O precursor foi o médico paulista Jorge de Andrade Maia (1892-1960), bibliotecário-chefe da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, de 1927 até o ano de sua morte. Além de indexar revistas paulistas de ciências biomédicas e de bibliografar as teses defendidas perante a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Jorge de Andrade Maia publicou o *Índice-Catálogo Médico Paulista* (1860-1936) e o *Índice-Catálogo Médico Brasileiro* (1937-1958), este continuado pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação com o título de *Bibliografia Brasileira de Medicina*(31).

Não é por acaso que esses primeiros *dépouillements* brasileiros são especializados em ciências biomédicas. Sendo essas ciências de importância fundamental para a saúde pública, nelas é que a documentação primeiro se apresentou, no Brasil e no mundo, como condição *sine qua non* de uma terapêutica atualizada. Vale recordar, embora de passagem, que o autor das primeiras bibliografias do mundo, elaboradas ainda na era dos manuscritos, foi o famoso

Galeno e que os fundadores da bibliografia nacional foram os médicos Benjamin Farnklin Ramiz Galvão e Augusto Vitorino Alves Sacramento Blake(32).

Há que destacar, ainda que em setor especializadíssimo das ciências biomédicas, o trabalho notável da bibliotecária paulista Luiza Keffer no Departamento de Profilaxia da Lepra, de São Paulo(33).

Também precursores no *dépouillement* de periódicos especializados são as bibliotecárias Dolores Iglésias e Maria de Lourdes Meneghezzi, com a monumental *Bibliografia e Índice da Geologia do Brasil.* Ao primeiro volume, que referencia quase trezentos anos de literatura de geociências sobre o Brasil, seguiram-se outros igualmente publicados pelo Departamento Nacional da Produção Mineral(34).

7. INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO

Até 1954 – que pode ser considerado, como veremos, um ano-chave para a documentação em nosso País – o *dépouillement* de periódicos permaneceu, como já vimos, limitado ao esforço individual de alguns bibliotecários já conscientes que o progresso da ciência – tanto quanto o das letras e das artes – exige algo mais do que a classificação e a catalogação de livros no tranqüilo ambiente das bibliotecas: aquele "repouso de centro do mundo" de que fala o poeta E. Carréra Guerra.

A criação, naquele ano, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) foi um passo decisivo para coordenação e estímulo dessas iniciativas individuais, representando ~~verdadeiro~~ desabrochar da semente lançada por Manuel Cícero ~~Peregrino da Silva,~~ como salientou a Sra. Lydia de Queiroz Sambaquy(35).

Criada para promover o desenvolvimento da educação, da ciência e da cultura, a UNESCO procurou sempre estimular a fundação de centros de bibliografia e documentação nos países-membros. Conhecendo o interesse da Fundação Getúlio Vargas pelo assunto – interesse manifestado no estabelecimento do primeiro catálogo coletivo nacional, na manutenção de um serviço de reprografia e na publicação da *Bibliografia Econômico-Social*(36) – sugeriu-lhe a referida organização das Nações Unidas que iniciasse diligências para a instalação, no Brasil, de um centro bibliográfico nacional.

Duas bibliotecárias da Fundação Getúlio Vargas – as Sras. Lydia de Queiroz Sambaquy e Jannice de Mello Monte-Mor – foram escolhidas para visitar, sob

os auspícios da UNESCO, os principais serviços dessa natureza na Europa e nos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, a UNESCO enviou ao Brasil, como consultor do projeto, o engenheiro químico Herbert Coblans, especializado em documentação científica.

Dois órgãos governamentais – o Conselho Nacional de Pesquisas e o Departamento Administrativo do Serviço Público – também se interessaram pelo projeto e participaram dos estudos preliminares que resultaram na fundação, em 1954, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. O IBBD foi incluído na estrutura do Conselho Nacional de Pesquisas, de acordo com a lei que criou este órgão da Presidência da República(37).

A presença do doutor Herbert Coblans no Brasil, durante os estudos sobre a criação do IBBD, foi importantíssima para a conscientização do problema da documentação, tanto entre bibliotecários como nos meios científicos, onde era fraternalmente acolhido. Seu artigo "Técnica de documentação na organização da literatura científica" foi talvez o primeiro trabalho sobre documentação, publicado em revista científica brasileira. Nele o doutor Coblans demonstrou, em síntese magistral, a situação da informação científica no mundo, salientando as responsabilidades que cabem a bibliotecários e pesquisadores(38).

Em dez conferências proferidas na Biblioteca Nacional, a convite do seu Diretor-Geral Eugênio Gomes, o doutor Herbert Coblans desenvolveu as informações e conceitos do artigo publicado em *Ciência e Cultura*. Este foi o primeiro curso sobre documentação promovido no Brasil com abordagem de problemas da informação científica, em vez das fastidiosas dissertações sobre bibliotecas, arquivos e museus que caracterizaram cursos anteriores com a mesma denominação. As conferências do professor Herbert Coblans foram ampliadas e publicadas no livro *Introdução ao Estudo de Documentação*, editado pelo DASP(39).

Incorporando órgãos já existentes – como o Serviço de Intercâmbio de Catalogação, da Biblioteca do DASP e o Catálogo Coletivo iniciado pela Fundação Getúlio Vargas – o IBBD formou a melhor biblioteca brasileira especializada em documentação, bibliografia e biblioteconomia, montou um bem equipado laboratório reprográfico e criou serviços de informações técnico-científicas, de bibliografia e de publicações que não tardaram em oferecer aos pesquisadores brasileiros os documentos estrangeiros de que necessitavam, bem como a todos os interessados, no Brasil e no mundo, referências bibliográficas dos trabalhos realizados pelos nossos próprios cientistas.

Paralelamente, outras iniciativas foram ampliando o campo de ação do IBBD, como cursos de aperfeiçoamento que trouxeram ao Brasil especialistas estran-

geiros da categoria de Jesse H. Shera (1957) e Jacques Samain (1958), acordos com universidades para formação de catálogos coletivos regionais, filiação à Federação Internacional de Documentação – da qual tornou-se membro nacional –, articulação com os trabalhos da Organização Internacional de Normalização (ISO), através da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), publicação de edições em língua portuguesa do sistema CDU, em colaboração com o Instituto de Alta Cultura de Portugal etc.

8. DEPOIS DO IBBD

O primeiro fruto da criação do IBBD foi o generalizado interesse pela documentação em todo o País, a julgar pela publicação de artigos em revistas culturais(40) e sobretudo na *Revista do Serviço Público*(41); pela realização, em 1956, de um Simpósio sobre Bibliografia e Documentação Científica, promovido em São Paulo pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência(42); por cursos especializados em Fortaleza, no Recife, no Rio de Janeiro e em outras capitais; e até por uma página inteira do Suplemento Dominical de um jornal do Rio de Janeiro, dedicada à documentação(43). Debates sobre documentação têm sido promovidos, desde então, nas reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Os Congressos Brasileiros de Biblioteconomia – iniciados no Recife, em 1954 – passaram a intitular-se, a partir do segundo – realizado na cidade de Salvador, em 1959 – Congressos Brasileiros de Biblioteconomia e Documentação. No currículo mínimo aprovado, em 1962, pelo Conselho Federal de Educação, aparece pela primeira vez a matéria Documentação, desdobrada por alguns cursos em várias disciplinas obrigatórias e optativas(44).

Outro nome deve ser associado ao desenvolvimento da informação científica – expressão que, segundo alguns autores, substitui a palavra documentação – em nosso País: o do médico e documentalista português Zeferino Ferreira Paulo. Com seu extraordinário dinamismo, percorreu ele todo o Brasil, proferindo palestras, dirigindo cursos e estimulando atividades documentológicas em todos os setores.

Sob tais influxos, vários serviços de documentação foram criados ou simplesmente projetados. Restringindo-se o presente artigo aos órgãos efetivamente instalados, remetemos os interessados pelos projetos às publicações que os descrevem ou referenciam, como, por exemplo, a revista *Ciência da Informação*(45) e a *Bibliografia Brasileira de Documentação*(46).

Dentre os serviços especializados, devem ser mencionados o da empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobrás)(47), os do Grupo Coordenador do Desenvol-

vimento da Pesca e da Divisão de Coordenação do Plano Diretor, ambos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)(48), o do Conselho Nacional de Estatística – hoje Instituto Nacional de Estatística da Fundação IBGE(49) – e o do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais(50). Esta, entretanto, é uma relação menos exaustiva do que exemplificativa.

9. PROBLEMAS ATUAIS

Com a criação de novos Ministérios e a execução da Reforma Administrativa, outros serviços de documentação governamentais foram criados, sendo os antigos reestruturados. Alguns desses Serviços transformaram-se em Divisões – como no Ministério da Fazenda – enquanto outros – como os do DASP, Ministério do Trabalho e Previdência Social e Ministério dos Transportes – adotaram um título mais atual: Centros de Documentação e Informática.

A criação e reestruturação desses serviços, divisões e centros deveriam obedecer a um planejamento global, de acordo com as próprias diretrizes governamentais. Se a coordenação já era uma necessidade na época dos processos manuais e mecânicos, muito mais imperiosa se faz sentir atualmente, em face dos custosos equipamentos de processamento eletrônico da informação: equipamentos exigidos pela explosão bibliográfica.

Esta é a lição que nos chega de países desenvolvidos(51) e a recomendação de especialistas convocados pela UNESCO para elaboração de um sistema internacional de informação científica. Como demonstram esses especialistas, as redes *(networks)* converteram-se rapidamente numa preocupação constante das autoridades governamentais, em níveis nacional e regional(52).

O que infelizmente se verifica no Brasil é uma desenfreada competição de serviços governamentais independentes: competição que ocorre tanto na área do Poder Executivo como nas do Legislativo e do Judiciário. Parece até que, na estrutura constitucional do País, se procura corrigir o velho Montesquieu, instituindo-se quatro Poderes em vez de três.

Não exageramos ou fazemos *blague* e nem seria lícito admitir exagero ou ironia em matéria de tal magnitude. O Senado Federal e a Câmara dos Deputados têm competência constitucional para organizarem seus serviços administrativos (Art. 30 da Constituição). Mas, como recentemente o fizeram, parecem menos duas Câmaras que dois Poderes, independentes e desarmônicos entre si. Porque na Resolução nº 58, de 1972, do Senado Federal, aparecem vários serviços de documentação – bibliográfica, arquivística, legislativa – já existentes ou previstos pela Resolução nº 20, de 1971, da Câmara dos Deputados. Os textos

estão publicados para a indispensável comparação(53). Eles mostram que o Congresso Nacional – expressão constitucional do Poder Legislativo – só funciona harmonicamente durante efêmeras sessões conjuntas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Assembléia Constituinte, 1946. *Anais da Comissão da Constituição,* organizados pela Redação de Anais e Documentos Parlamentares. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948, v. I, p. 318.

2. OLIVEIRA, Franklin de. *Morte da Memória Nacional.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967. 236 p.

3. ANDRADE, Carlos Drummond de. Papel velho. *Correio da Manhã* (Rio de Janeiro), 3 de agosto de 1958, 1º caderno, p. 6.

4. LACOMBE, Américo Jacobina. A queima dos arquivos da escravidão. *O Jornal* (Rio de Janeiro), 17 de março de 1940.

5. RODRIGUES, José Honório. *Teoria da história do Brasil.* 2ª ed., rev., aum. e ilustr. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1957, v. 1, p. 344-350. Este capítulo sobre "Documentos perdidos" foi omitido na terceira edição da obra e incluído em *A pesquisa histórica no Brasil.* 2ª ed. rev. e aum. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969, p. 202-206.

6. FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO. *Guide de la Fédération Internationale de Documentation.* La Haye, 1955, pt. I, p. 6.

7. MALCLÈS, L.-N. *Les sources du travail bibliographique. Tome I: Bibliographies générales.* Genève, E. Droz; Lille, Librairie Giard, 1950, p. 268.

8. MALCLÈS, L.-N. *loc. cit.*

9. BRADFORD, S. C. Fifty years of documentation. *In: – Documentation.* 2ª ed. London, C. Lockwood, 1953, p. 132-143. Existe edição brasileira: Cinqüenta anos de documentação. In: – *Documentação.* Trad. de M. E. de Mello e Cunha. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961, p. 180-195.

10. MURRA, Kathrine O. History of some attempts to organize bibliography internationally. In: Shere, J. H. & Egan, M. E., ed. *Bibliographic organization.* Chicago, University of Chicago Press, 1951, p. 24-53.

11. MOREIRA, Juliano, rev. cit. Apud Freire, Victor Alves da Silva. *A bibliographia universal e a classificação decimal; subsidio para a participação do Brasil na organização internacional da bibliographia scientifica.* São Paulo, C. Gerke, 1901, 38 p. (FID Publ. nº 54.)

12. BEAUREPAIRE-ARAGÃO, Henrique, *Notícia histórica sobre a fundação do Instituto Oswaldo Cruz (Instituto de Manguinhos).* Rio de Janeiro, 1950. 50 p. (Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, t. 48).

13 FREIRE, Victor Alves da Silva. op. cit. *Annuário da Escola Polytechnica de S. Paulo*, v. 2, p 125-157, 1901. Artigo publicado no opúsculo supra-referenciado (ver nº 11).

14. SILVA, Manuel Cícero Peregrino da. Da remodelação por que passou a Biblioteca Nacional e vantagens daí resultantes. *In: – Conferências, discursos, comunicações.* Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, 1938, p. 5-21. Reproduzido dos *Anais da Biblioteca Nacional,* v. 35, p. 1-9, 1912. Ver também: Decreto nº 8 835, de 11-07-1911, que aprova o Regulamento da Biblioteca Nacional. *Collecção das Leis da república dos Estados Unidos do Brazil de 1911,* v. 2, p. 168-188 (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1915). E ainda: Sambaquy, Lydia de Queiroz. Manuel Cícero Peregrino da Silva. *IBBD Boletim Informativo* (Rio de Janeiro) v. 2, nº 5, p. 235-237, set./out. 1956.

15. BIBLIOTECA NACIONAL. *Boletim Bibliographico.* Annos I-IV, 1918-21. Trimestral. Saíram em 1920 os números 1/2 e 3/4 e em 1921 apenas o número 1/2. Ver sobre o assunto: Fonseca, Edson Nery da. Bibliografia brasileira corrente: evolução e estado atual do problema. *Ciência da Informação* (Rio de Janeiro) v. 1, nº 1, p. 9-14, 1972.

16. FREYRE, Gilberto. A Biblioteca Nacional. *O Cruzeiro* (Rio de Janeiro) 12 de novembro de 1949, p. 10.

17. Decreto-lei nº 2 039, de 27-02-1940. Transforma o Serviço de Publicidade do D.A.S.P. em Serviço de Documentação. *D.O.* 29-02-1940. É curioso constatar que, por outro dispositivo legal, foi novamente criado um Serviço de Documentação no D.A.S.P. (cf. Decreto-lei nº 4 506, de 22-07-1942. *D.O.* 24-07-1942.

18. Decreto-lei nº 2 045, de 29-02-1940. Transforma, na Secretaria de Estado do Ministério da Educação e Saúde, o Serviço de Publicidade em Serviço de Documentação. *D.O.* 02-03-1940.

19. Decerto-lei nº 2 094, de 28-03-1940. Transforma o Serviço de Publicidade Agrícola em Serviço de Informação Agrícola. *D.O.* 30-03-1940.

20. Decreto-lei nº 4 422, de 30-06-1942. Cria o Serviço de Documentação do Departamento de Administraçao da Secretaria de Estado do Ministério das Relações Exteriores. *D.O.* 02-07-1942.

21. Decreto-lei nº 5 558, de 08-06-1943. Cria o serviço de Documentação da Marinha. *D.O.* 10-06-1943.

22. Decreto-lei nº 5 971, de 05-11-1943. Cria o Serviço de Documentação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *D.O.* 08-11-1943.

23 Decreto-lei nº 6 431, de 17-04-1944. Cria o Serviço de Documentação do Ministério da Viação e Obras Públicas. *D.O.* 19-04-1944.

24. Decreto-lei nº 6 995, de 27-10-1944. Cria o Serviço de Documentação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. *D.O.* 30-10-1944.

25. *Jus Documentação.* Rio de Janeiro, Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Serviço de Documentação, 1948 – Trimestral.

26. PLACER, Xavier et alii. *Catálogo das publicações do Serviço de Documentação,*

1947-1965. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1965, 157 p.

27. VIEIRA, José Anastácio. *Informação agrícola e relações públicas.* Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, 1958. 228 p. (Série documentária, nº 3).

28. ROCHA, Augusto de Rezende. Publicidade e documentação. *Revista do Serviço Público* (Rio de Janeiro) v. 78, nº 1/3, p. 3-4, jan./mar. 1958. O autor deste editorial, então diretor da *Revista do Serviço Público,* promoveu a publicação de importantes artigos sobre documentação de autoria de especialistas estrangeiros. Destacamos os seguintes: Coblans, Herbert. Novos métodos e técnicas de difusão de conhecimento, Trad. de Maria Amélia Pôrto Migueis, v. 78, nº 1/3, p. 55-84, jan./mar. 1958. Lasso de la Vega, Javier. Necessidade de aplicar um sistema orgânico à ordenação dos arquivos administrativos. Trad. de Maria Amélia Pôrto Migueis. v. 79, nº 1, p. 44-60, abr. 1958. Brillouin, Léon. Ciência e Informação. Trad. de Lygia Nazareth Fernandes. v. 79, nº 3, p. 254-260, jun. 1958. Gardin, Jean-Paul. Problemas da documentação. Trad. de Lygia Nazareth Fernandes. v. 80, nº 2, p. 146-159, ago. 1958. Lasso de la Vega, Javier. Bibliotecário e documentalista – uma divergência e um problema. Trad. de Lygia N. Fernandes. v. 86, nº 3, p. 137-155, mar. 1960.

29. OTLET, Paul. Documentos e documentação. *Revista do Serviço Público* (Rio de Janeiro) v. 1, nº 3, p. 28-31, mar. 1940. Em tradução de Francisco Martins Dias Filho, este discurso proferido no Congresso de Documentação Universal (Paris, 1937) foi publicado em separata: *Documentos e documentação.* Rio de Janeiro, Departamento Administrativo do Serviço Público, Serviço de Documentação, 1947. 31 p. (Publicação avulsa, nº 254).

30. MALCLÈS, L.-N. *op. cit.,* p. 266.

31. *Bibliografia Brasileira de Medicina.* v. 1 –, 1937/38. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1939.

32. FONSECA, Edson Nery da. Informação em ciências médicas: estado atual do problema. *Brasília Médica* (Brasília) v. 2, nº 1/2, p. 69-75, mar./jun. 1968.

33. KEFFER, Luiza. *Índice bibliográfico de lepra, 1500-1943.* São Paulo, Biblioteca do Departamento de Profilaxia da Lepra, 1944. 3 v. Trata-se de *dépouillement* de âmbito internacional e que vem sendo atualizado por volumes suplementares.

34. IGLÉSIAS, Dolores & MENEGHEZZI, Maria de Lourdes, *Bibliografia e Índice da geologia do Brasil.* 1641 –. Rio de Janeiro, Departamento Nacional da Produção Mineral, Divisão de Geologia e Mineralogia, 1943. –.

35. SAMBAQUY, Lydia de Queiroz, artigo citado (ver nº 14), p. 236.

36. *Bibliografia Econômico-Social,* 1950-53. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1950-54. Diretora: Laura Maia de Figueiredo.

37. SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. *O I.B.B.D. e os serviços que se propõe a prestar.* Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1958. 23 p.

38. COBLANS, Técnica de documentação na organização da literatura científica. *Ciência e Cultura* (São Paulo) v. 5, nº 4, p. 189-193, dez. 1953.

39. COBLANS, Herbert. *Introdução ao estudo de documentação.* Traduzido do original inglês por Maria Antonieta Requião Piedade. Rio de Janeiro, DASP, SD, 1957, 149 p. (Ensaios de administração, nº 8).

40. REIS, José. Alguns problemas de documentação. *Anhembi* (São Paulo) v. 21, nº 63, p. 462-471, fev. 1956.

41. Ver artigos referenciados em nota nº 28.

42. SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, São Paulo. *Simpósio sobre bibliografia e documentação científica*, realizado com a colaboração do Conselho Nacional de Pesquisas, pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação... e pela Associação Paulista de Bibliotecários. São Paulo, 1956. 106 p.

43. Documentação. *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro), Suplemento Dominical (dirigido por Reynaldo Jardim), 25 de agosto; 1, 15, 22 e 29 de setembro; 6, 13, 20 e 27 de outubro; 3 e 17 de novembro de 1957.

44. CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer nº 326. *In: – Currículos dos cursos superiores:* Rio de Janeiro, s.d., p. 84-86 (Separata de *Documenta,* nº 10 e 11). Na Universidade de Brasília, por exemplo, a matéria é desdobrada nas seguintes disciplinas: 18-238 (Documentação), 18-239 (Mecanização e Automação), 18-240 (Análise de Informações) e 18-241 (Reprografia).

45. *Ciência da Informação.* v. 1 –, nº –, 1972 –, Rio de Janeiro, instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1972.

46. *Bibliografia Brasileira de Documentação.* v. 1 –, 1811/1960. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1960. Até dezembro de 1972 saíram 2 volumes.

47. PAULA, Affonso Celso M. de. A documentação na Petrobrás. *Revista do Serviço Público* (Rio de Janeiro) v. 98, nº 4, p. 5-14, out./dez. 1966.

48. MARQUES, Sílvia Augusta. Termos coordenados. *Boletim Econômico da Sudene* (Recife) v. 5, nº 1, p. 141-162, jan./jun. 1969.
– *Documentação técnico-administrativa e seu controle com termos coordenados.* Belo Horizonte, VI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 1971. 23 f.

49. CUNHA, Maria Emília de Mello e & MOURA, Maria Aparecida Gomes de. A Diretoria de Documentação e Divulgação da Secretaria Geral do Conselho Nacional de Estatística como centro de documentação especializada. *A Biblioteca* (Rio de Janeiro) nº 11, p. 3-8 jan./mar. 1959.

50. CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS, Rio de Janeiro, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (Rio de Janeiro) v. 24, nº 59, p. 118-136. jul./set. 1955; v. 25, nº 61, p. 145-153, jan./mar. 1956. Ver também *Bibliografia Brasileira de Educação.* v. 1 –. 1953 –. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1954 –. Trimestral.

51. CAMPBELL, Harry C. A transmissão de informações entre bibliotecas. *In:* UNESCO. *Comunicação na era espacial.* Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação, 1969, p. 143-155 (Ver especificamente p. 150).

52. UNESCO. *Unisist; informe del estudio sobre la posibilidad de establecer un sistema mundial de información científica.* Montevideo, Oficina de Ciências de la UNESCO para América Latina, 1971, p. 42.

53. CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Resolução nº 20, de 30 de novembro de 1971.* Dispõe sobre a organização administrativa da Câmara dos Deputados e determina outras providências. Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1972, 137 p.
SENADO FEDERAL. Resolução nº 58, de 1972. Dispõe sobre o Regulamento Administrativo do Senado Federal. *Diário do Congresso Nacional,* Seção II, Ano XXVII, nº 128, 11 de novembro de 1972, p. 4445-4489 (Serviço Gráfico do Senado Federal).

1. MODERNO CONCEITO DE SEGURANÇA NACIONAL

Em versos famosos do seu poema épico, disse Camões que "a disciplina militar prestante / Não se aprende, Senhor, na fantasia, / Sonhando, imaginando ou estudando, / Senão vendo, tratando e pelejando"(1). Quando o grande poeta escreveu isto, em meados do século XVI, era admissível que a carreira militar consistisse apenas em ver, tratar e pelejar. Essa concepção durou até o início do século atual, quando um estadista como Clemenceau podia dizer que "a guerra é assunto sério demais para ser entregue a militares".

Os próprios generais da nossa época sabem muito bem que as guerras não se decidem apenas nos campos de batalha. As implicações econômico-financeiras das operações militares podem ser exemplificadas, no Brasil, por conhecida *boutade:* a de que a Revolução de 1930 foi feita pelo "general café", pois o *crack* da Bolsa de Nova York, em outubro de 1929, deixou em pânico os cafeicultores brasileiros, provocando a queda do Governo Washington Luis.

Sonhar, imaginar e estudar são hoje, conseqüentemente, tão importantes para os militares quanto o ver, tratar e pelejar. O papel do sonho e da imaginação na gênese das grandes descobertas é reconhecido pelos estudiosos da criação científica e atestado por depoimentos de grandes inventores e pesquisadores. O professor Maurício Rocha e Silva tem observações muito lúcidas sobre o assunto, em seu notável livro *A Evolução do Pensamento Científico*(2). O estudo,

Conferência lida no Estado-Maior das Forças Armadas, em 24 de outubro de 1973, a convite do Vice-Almirante Herick Marques Caminha, Vice-Chefe do EMFA, e sob a presidência do General-de-Exército Arthur Duarte Candal da Fonseca. Expandida em artigo publicado pela *Revista do Serviço Público* (Brasília) v. 109, n. 1, p. 13-28, janeiro/março 1974

por sua vez, é indispensável à pesquisa, pois como observa Bright Wilson, "seis horas na biblioteca podem poupar seis meses no laboratório"(3).

Em seu livro *Neither war nor peace,* Hugh Seton-Watson define os militares da nossa época – uma época ao mesmo tempo e complexamente de paz e de guerra – como "intelectuais em uniforme"(4). E Gilberto Freyre, em recentíssimo artigo nesta revista, comentando as idéias de Seton-Watson, escreve: "Seriam intelectuais no sentido, não de serem literatos ou beletristas, acadêmicos ou eruditos só de gabinete, mas expressões daquela inteligência analítica, daquela imaginação científica, daqueles saberes mais concretos do que abstratos, que precisam, atualmente mais do que nunca, de estarem a serviço da direção das forças militares de uma nação ou de um conjunto de nações nas áreas em que essa direção deixa de corresponder ao controle de simples – se é que podem ser considerados simples – recursos tecnológicos de segurança nacional ou supranacional pelas armas para se relacionarem com aspectos outros – econômicos, sociais, culturais e não apenas políticos e diplomáticos – daquele tipo novo de segurança. Palavra essa – segurança – que tem um sentido atualíssimo e, repita-se em grande parte, extramilitar, a dinamizá-la de tal maneira que é como se fosse uma palavra nascida de novo nos nossos dias. Não se trata de arcaica segurança, estatística e simplesmente militar, mas de outra: dinâmica e complexa"(5).

O que estou querendo demonstrar com este preâmbulo? A legitimidade do moderno conceito de segurança nacional, que envolve todos os recursos da nação e não apenas, como antigamente se pensava, o material bélico. Um dos paradoxos da nossa época é o de haver provocado especializações *à outrance,* demonstrando, ao mesmo tempo, que nenhuma delas é suficiente para resolver qualquer problema. Pois nenhum problema existe sem imediata ou remota correlação com outros, donde a necessidade dos estudos interdisciplinares.

A frase de Clemenceau deveria ser substituída por esta: qualquer assunto ou problema é complexo demais para ser resolvido por especialistas. Se assim é, o título deste artigo logo se esclarece, mostrando o que há de comum entre documentação e segurança nacional. Não nos antecipemos, porém. Antes de analisar a relação entre uma coisa e outra, procuremos precisar o conceito de documentação, ainda hoje muito discutido.

2. O MODERNO CONCEITO DE DOCUMENTAÇÃO

Para isso teremos de caracterizar o fenômeno conhecido como *explosão bibliográfica,* pois foi ele que deu origem à documentação. A explosão bibliográfica

tem sido comparada à explosão demográfica, sendo interessante recordar que foi um cientista social e não um documentalista ou um bibliógrafo quem primeiro aproximou demografia de bibliografia.

Em artigo publicado na importante revista francesa *L'Année Sociologique,* volume correspondente a 1952, Victor Zoltowski definiu bibliografia como uma "ciência concreta", cujo objetivo é "recensear o mundo dos livros na sua totalidade, tal como a demografia procede no recenseamento da população". O bibliógrafo – acrescentou Zoltowski – não precisa de ler todos os livros para conhecer o universo bibliográfico, assim como um demógrafo que estuda os movimentos da população não necessita de conhecer pessoalmente cada cidadão(6).

2.1. A explosão bibliográfica

O fenômeno que se convencionou chamar de explosão bibliográfica é típico de uma época de acelerado e verdadeiramente explosivo desenvolvimento da ciência e da tecnologia. O aumento extraordinário da produção de livros e documentos é, ao mesmo tempo, causa e efeito desse desenvolvimento. É causa dele na medida em que as idéias novas, embora aparentemente acidentais, são o produto de informações acumuladas na memória consciente ou inconsciente do pesquisador e do inventor. Referindo-se aos autores que os antecederam, dizia Isaac Newton: "Se vi mais longe foi porque subi às costas de gigantes"(7); e Anísio Teixeira definia pesquisa como "utilização do conhecimento existente para a descoberta de novos conhecimentos"(8).

O progresso da ciência e da tecnologia, por sua vez, projeta-se nos meios científicos e técnicos através de documentos. "Tudo no mundo existe para acabar em livro", disse Stéphane Mallarmé em lúcida observação(9) que um cientista dos nossos dias confirmaria ao escrever: "A ciência é um muro de livros para o qual cada cientista contribui com uma pedra"(10).

2.2. A explosão científica e tecnológica

A explosão bibliográfica é, assim, uma decorrência natural da explosão científica e tecnológica, da qual daremos, a título de ilustração, apenas três exemplos. Entre as descobertas de Hans Christian Oersted, André Marie Ampère e Michael Faraday e as primeiras aplicações práticas da eletricidade, passaram-se mais de quarenta anos; vinte a vinte e cinco anos separaram depois os trabalhos de Heinrich Rudolf Hertz sobre a propagação das ondas elétricas e sua aplicação à telegrafia sem fio; entre a descoberta da fissão do urânio e a primei-

ra reação nuclear em cadeia passaram-se apenas três anos, seguidos, outros três anos depois, pela explosão da bomba atômica sobre Hiroshima, em agosto de 1945.

A distinção entre pesquisa básica e aplicada tem sentido apenas didático, na medida em que as duas se tornaram interdependentes. Como observa Milton Burton, professor de Química na Universidade de Notre Dame, "se um astrofísico quiser aprender mais coisas sobre o espaço remoto terá de utilizar a maciça máquina ótica de um observatório; igualmente, um telescópio de radar com setenta metros de comprimento, montado sobre trilhos e uma estrutura de vigas, controlado de forma a permanecer automaticamente focado num remoto objeto do espaço, constitui uma necessidade científica". Por sua vez, "as observações astronômicas através da espectroscopia ótica exigem plataformas espaciais, a fim de que os dados recolhidos não venham a ser afetados pelos artefatos introduzidos pela nossa própria atmosfera". "Produto de alta especialização – conclui Burton – a tecnologia torna-se agora ciência"(11).

Os exemplos de explosão científica e tecnológica poderiam multiplicar-se facilmente, porque a nossa época caracteriza-se pela aceleração em todos os setores da atividade humana. É uma época de velocidades e de explosões jamais imagináveis pelos nossos antepassados. A própria cultura – produto, no passado, de uma elite que trabalhava em silêncio e sem pressa – transformou-se em indústria e compete com os demais produtos da era tecnológica. Podemos ler, nas cidades em que moramos, as grandes revistas do mundo – *Time, Newseek, The Economist, L'Express, Le Point, Der Spiegel etc* – na própria semana em que aparecem nos seus respectivos países. E já aconteceu que um romance do grande economista e homem de letras norte-americano John Kenneth Galbraith foi lançado ao mesmo tempo em inglês, em Nova York, e em português, no Rio de Janeiro, graças aos entendimentos entre o autor e seu amigo Carlos Lacerda, que traduziu e editou a obra. Este simples fato torna-se espetacular quando nos lembramos de que, para ser conhecido apenas no continente europeu, onde foi publicado em 1773, o romance *Os Sofrimentos do Jovem Werther,* de Goethe, levou cinco anos; o *Don Quixote,* de Cervantes, publicado no início do século XVIII, levaria vinte anos; e também para ser conhecida em toda a Europa, A *Divina Comédia* gastou mais de quatro séculos(12).

Segundo Derek de Solla Price – chefe do Departamento de História da Ciência na Universidade de Yale e autor de trabalhos notáveis em sua especialização – dobram, em cada cem anos, o número de verbetes de um dicionário biográfico nacional; em cada cinqüenta anos, a força de trabalho, a população e o número de universidades; em cada vinte anos, o produto nacional bruto e as descobertas importantes, o número de grandes físicos e o de elementos químicos co-

nhecidos, a exatidão dos instrumentos e o número de matrículas nos colleges norte-americanos; em cada quinze anos, o número de bacharéis em artes e em ciências, o de revistas científicas etc. O mesmo autor calcula em cerca de 50 000 o número de revistas científicas publicadas no mundo, desde as primeiras – a inglesa *Philosophical Transactions* e a francesa *Journal des Sçavans* – das quais 30 000 ainda estão em circulação(13).

Note-se que não estamos nos referindo à produção de livros, que apesar de avassaladoramente crescente, não tem para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia a mesma importância dos artigos de revistas e de outros documentos de circulação restrita ao micromeio científico, sem falar nos classificados como reservados ou secretos. Porque embora o adjetivo *bibliográfico* seja derivado, etimologicamente, de palavra latina que significa *livro,* ao qualificar o substantivo *explosão*, ele é usado numa acepção mais ampla, que inclui todos os documentos textuais, qualquer que seja sua forma de reprodução: datilográfica, mimeográfica, tipográfica, xerográfica etc. Assim, quando falamos em explosão bibliográfica estamos nos referindo aos seis milhões de documentos que são produzidos anualmente em todo o mundo, segundo o cálculo de Derek de Solla Price(14).

3. DISPERSÃO DA INFORMAÇÃO DE INTERESSE PARA A SEGURANÇA NACIONAL

Note-se também que dos seis milhões de documentos produzidos em cada ano foram excluídos os de caráter reservado ou secreto, embora não seja fácil distinguir informação científica de informação estratégica, com o advento da Guerra Total, conforme destaca Washington Platt na sua obra *Strategic intelligence production,* editada no Brasil com o título de *A produção de informações estratégicas*(15). De qualquer modo, informa Philip Morrison que somente a Central Intelligence Agency – a já famosa CIA dos Estados Unidos – possui trinta milhões de documentos mimeografados(16). Como existem nos Estados Unidos não apenas um, mas vários serviços de inteligência – fenômeno que também ocorre em outros países – podemos concluir pela existência de uma explosão bibliográfica apenas nas áreas da segurança nacional e defesa externa.

De 1626 a 1961, publicaram-se no mundo 400 enciclopédias e dicionários especializados em assuntos militares, segundo bibliografia editada pela Rice University, de Houston, Texas(17). Quatrocentos e oitenta e três revistas especializadas na mesma área – semanais, quinzenais, mensais, bimestrais, trimestrais, quadrimestrais, semestrais – circulam atualmente no mundo(18), sem contar as anuais e as de periodicidade irregular, que totalizam 71(19). A Air

University, dos Estados Unidos, conseguiu localizar, em 30 bibliotecas daquele país e do Canadá, apenas 356 dessas publicações periódicas e seriadas(20).

A perspectiva torna-se mais sombria quando pensamos no fenômeno da dispersão, que consiste na divulgação de artigos especializados em revistas gerais e de outras especializações. O documentalista inglês S. C. Bradford chegou a estabelecer, depois de cuidadosa pesquisa bibliográfica e cálculos estatísticos pertinentes, uma lei segundo a qual apenas um terço dos artigos especializados é publicado em revistas dessa especialização, dispersando os dois terços restantes em revistas de outras especializações conexas ou não – e nas de caráter geral(21). Para ilustrar essa lei com alguns exemplos recentes, recordaremos que em revista francesa de idéias – *Les Temps Modernes* – encontramos dois artigos de interesse militar(22), e que a também conceituada revista *L'Année Sociologique* divulga em seu último volume um artigo no qual são relacionadas a etnossociologia e a matemática(23).

O fenômeno da dispersão é inevitável porque decorre da integração cada vez maior entre todos os campos do saber: integração que distruiu as velhas barreiras entre ciências exatas, ciências biológicas, ciências sociais e até entre estas e as chamadas Humanidades. Que relações poderiam supor os antigos que existissem entre religião e economia? Foi, entretanto, baseado em estudos de história das religiões e de economia que Max Weber demonstrou a ligação entre o desenvolvimento do capitalismo e a ética protestante(24).

4. BIBLIOGRAFIA MILITAR NO BRASIL

Apesar do nosso País ser mais consumidor do que produtor de informação especializada, a documentação nacional de interesse militar não é nada desprezível, como podemos verificar examinando a *Bibliografia Brasileira de Ciências Sociais,* que a partir do volume 2, correspondente ao ano de 1955, referenciou livros e artigos de autores brasileiros sobre Forças Armadas, selecionados e classificados pelo então coronel Luiz Maia Filho(25). Apreciando três séculos de literatura militar brasileira, o general Francisco de Paula Cidade salientou não ser fácil "traçar limites à literatura militar, não obstante sua definição que excluiu numerosas publicações, tais como leis, decretos, ordens de serviço etc."(26). Além dos documentos legislativos e normativos a que se refere o general Paula Cidade, existem os documentos universitários ou acadêmicos, inteiramente desprezados, no Brasil, pelas bibliografias tradicionais, quando nos Estados Unidos são objeto de um só inventário sistemático: o realizado periodicamente pela University Microfilms, de Ann Arbor, com a publicação *Dissertations Abstracts International,* em cuja parte B (dedicada às ciências e à engenharia)

são referenciadas muitas teses sobre assuntos aeroespaciais, engenharias aeronáutica e naval, ciências do mar etc.(27).

Diante dessa explosão de documentos de natureza variadíssima, que devem ser reunidos, selecionados, classificados, catalogados, referenciados, resumidos, indexados, traduzidos e reproduzidos para utilização pelos interessados, não é mais possível escarnecer dos que estudam, enaltecendo apenas "o saber de experiências feito" a que se refere Camões. As escolas militares de pós-graduação – como, entre nós, as de Comando e Estado-Maior das Três Armas e a Escola Superior de Guerra – mostram que o ver, tratar e pelejar, tão enfaticamente louvados pelo poeta, em detrimento do planejar e estudar, não bastam em nossos dias de guerras totais e de explosão documental.

5. BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

Caracterizado, embora em linhas gerais, o fenômeno da explosão bibliográfica, procuraremos demonstrar a importância da documentação em face desse fenômeno. Pode-se dizer sem exagero que a explosão bibliográfica apanhou de surpresa os bibliotecários de feitio tradicional. Voltados para o ideal da cultura popular e da educação de adultos, eles não se aperceberam de que um novo tipo de usuário começava a surgir, em conseqüência do desenvolvimento da ciência e da tecnologia: o especialista interessado menos em livros do que em artigos de revistas, em comunicações a congressos, em relatórios de pesquisas, em teses universitárias, em documentos de circulação restrita. É evidente que a esse tipo de usuário também não interessavam as velhas bibliografias e os tradicionais catálogos de bibliotecas, contendo apenas os dados externos dos documentos. O pesquisador precisa de saber em que medida os novos tipos de documentos contêm informações relevantes para suas investigações, e isso a biblioteca e a bibliografia tradicionais não lhe oferecia. Uma autora francesa afirmou que "a ciência encontrou seu Walterloo nas bibliotecas"(28).

Para atendimento desse novo tipo de usuário é que surgiram os serviços de documentação e, com eles, os documentalistas, combatidos por certos bibliotecários aos quais faltou a iniciação filosófica necessária para compreender que as posições mais aparentemente antagônicas se conciliam em sínteses dialéticas e o conhecimento de história das idéias que os teria evitado repetir conflitos entre novas e velhas ciências, como ocorreu, por exemplo, com a História e a Sociologia. Os debates entre bibliotecários que defendiam e atacavam a documentação assumiu, por vezes, aspectos de histeria coletiva, contribuindo para muita confusão – ainda hoje persistente – entre biblioteconomia e documentação.

O conflito se assemelha à disputa, no campo das ciências sociais, entre a História e a Sociologia. Leia-se, a propósito, a contribuição de Fernand Braudel, intitulada *Histoire et Sociologie,* na obra coletiva organizada por Georges Gurvitch(29). E do próprio Gurvitch, sua obra mais recente, *Dialectique et sociologie*(30). O nosso Gilberto Freyre, sempre tão sugestivamente imagista em sua expressão literária, compara o advento da Sociologia a "uma nova nação ou uma nova república fundada por separatistas"(31).

Foi como surgiu a Documentação: como um movimento separatista dentro da Biblioteconomia. Em certo trecho do estudo supra indicado, referiu-se Fernand Braudel ao que os sociólogos procuram e os historiadores já vinham fazendo. Muitos bibliotecários disseram o mesmo dos documentalistas, acrescentando que a Documentação não passava de novo nome para exprimir o que eles tradicionalmente já faziam.

Não acreditamos que seja este um modo feliz e adequado de encarar o problema, mas uma simples escamoteação do mesmo. Das ciências do livro ou do texto – a Paleografia e a Diplomática, a Bibliologia e a Bibliografia, Biblioteconomia e a Arquivística, a Documentação e a Ciência da Informação – podemos dizer o que Fernand Braudel escreveu das ciências sociais, isto é, que elas se impõem umas às outras, cada qual pretendendo captar o social – em nosso caso, a informação – na sua totalidade e cada uma se intrometendo no terreno de suas vizinhas, acreditando permanecer no próprio(32). Mas, como esclarece o mesmo autor, "todas as ciências do homem, incluindo a história, estão contaminadas uma pelas outras, falam ou podem falar o mesmo idioma"(33). Para concluir este paralelo, digamos da Biblioteconomia e da Documentação o que Georges Gurvitch disse da História e da Sociologia: "Estamos persuadidos de que o recurso infatigável à diversidade dos processos operatórios de dialetização é o único capaz de conduzir a uma colaboração confiante e frutuosa entre estas duas ciências"(34).

O fato é que as duas atividades têm objetivos distintos, embora de modo algum antagônicos. Compete à Biblioteconomia reunir, organizar e difundir documentos de qualquer natureza, principalmente livros, discos e filmes. O campo da Documentação é, ao mesmo tempo, mais restrito e mais amplo. Restrito quando ao tipo de documento, que é geralmente o textual, mas não inclui o livro a não ser excepcionalmente, limitando-se aos artigos de revistas, às comunicações a congressos, aos relatórios de pesquisas etc.. Amplo quanto ao processo, que consiste em resumir o conteúdo desses documentos e em deles extrair palavras-chaves para publicação periódica de resumos *(abstracts)* e índices temáticos, em utilizar processos mecânicos e automáticos na elaboração desses resumos e índices, nisto se associando à lingüística, à lógica simbólica e à ciência do processamento automático da informação, isto é, a informática.

6. COORDENAÇÃO DOS ORGANISMOS DE DOCUMENTAÇÃO

Do processo documentológico surge um produto: o documento secundário, qualificação que tem sentido técnico e não pejorativo: é o documento que só existe em função de outro por ele resumido ou codificado. Para tornar esse produto internacionalmente acessível, serviços de tradução e de reprodução foram desenvolvidos e coordenados em níveis nacional e internacional. Tenta-se presentemente criar um sistema internacional de informação científica e técnica, sob os auspícios da UNESCO e do Conselho Internacional de Organizações Científicas(35). A participação nesse sistema exige de cada nação o estabelecimento de serviços de documentação devidamente coordenados.

Trata-se de estabelecer, no Brasil, um Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica, cujo projeto, ainda em estudos, teve origem nas Metas e Bases para a Ação do Governo, de setembro de 1970(36). Em trabalho recente, a diretoria da Biblioteca Nacional observou, com razão, que "o emprego corrente da palavra rede *(network)*, na literatura especializada, parece refletir duas idéias: a de que nenhum sistema de informação é auto-suficiente e a de que existe acentuada tendência para organização de sistemas, ligados por redes de cooperação, preferentemente à adoção de grandes sistemas"(37).

O panorama internacional, entretanto, não é dos mais animadores. Existem grandes sistemas nacionais, de caráter interdisciplinar, como, por exemplo, o francês – Centre National de la Recherche Scientifique – e o russo – VINITI, isto é, Vsessojuznyj Institut Naucnoj i Teckniceskoj Literatury (título transliterado do Instituto Federal para a Informação Científica e Técnica). E existem sistemas especializados de âmbito internacional – o caso do Chemical Abstracts Service e o do Biological Science Information Service – e nacional, como, por exemplo, o Defense Documentation Center, dos Estados Unidos, anteriormente denominado ASTIA, isto é, Armed Services Techinical Information Agency.

Para *indexação* – neologismo que, segundo alguns, deve ser substituído por *indexificação* e, segundo outros, por *indicização* – dos documentos reunidos no Defense Documentation Center existe uma lista de palavras-chaves ou *descritores* – como são modernamente chamadas – de 8.000 termos: o *Thesaurus of ASTIA descriptors(38).* Recente enciclopédia sobre sistema e serviços de documentação existentes no mundo indica 23 de aeronáutica, 19 de tecnologia espacial, 11 de foguetes e mísseis, 7 de ciência militar em geral, 5 de defesa aérea, 5 de astronáutica, 4 de ciência naval e 1 para cada uma das seguintes subespecializações: guerra anfíbia, suprimentos, engenharia naval, mobilização militar, pára-quedismo e fotografia aérea(39).

7. UM SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO NO EMFA

Acreditamos que competiria ao Estado-Maior das Forças Armadas, como órgão que tem, entre outras atribuições, a de "coordenar as informações no campo militar"(40), articular-se com tais serviços de documentação, de alguns dos quais poderia até receber, além de informações, cooperação técnica para organização do seu próprio sistema documental. Somente dispomos, no Brasil, de levantamentos bibliográficos de natureza retrospectiva, como, além da já citada obra do general Francisco de Paula Cidade, os índices de revistas militares nacionais elaborados pelo tenente-coronel Francisco Ruas Santos(41) e as *Notas para uma bibliografia naval brasileira,* de Guilherme de Andréa Frota(42).

Não podemos conceber serviços de documentação no Exército, na Marinha e na Aeronáutica, a não ser como extensões de um serviço central no EMFA e por este órgão coordenado. A montagem de tal serviço deve ser precedida naturalmente de um inquérito que defina os *perfis de interesse* dos usuários. *"A difusão seletiva"* – informa Jacques Chaumier – "é uma redistribuição parcial da informação, de acordo com o seu conteúdo, às pessoas ou grupos de pessoas afetadas segundo o interesse dispensado a certos tipos de informações. A difusão seletiva das informações é atualmente um modo de difusão em rápido desenvolvimento, porquanto proporciona uma informação personalizada aos utilizadores"(43).

Outra medida preliminar – a ser tomada concomitantemente com a anteriormente indicada – é a elaboração de um *thesaurus,* instrumento indispensável para indexação dos documentos. O grande número desses documentos exige um serviço mecanizado ou mesmo automatizado. Mas, cuidado com os cantos-de-sereia dos vendedores de equipamentos mecânicos e eletrônicos! A aquisição ou aluguel de tais equipamentos deve ser atribuição exclusiva de quem vai trabalhar com eles, com a indispensável consultoria de especialistas em análise de sistemas e processamento de dados: nunca de fabricantes ou seus representantes e distribuidores. Esse, entretanto, foi o procedimento adotado por vários órgãos públicos do nosso País.

O fenômeno, aliás, não é apenas brasileiro, como revela um artigo publicado na *Revue Internationale des Sciences Administratives,* cujo autor – especialista das Nações Unidas – refere-se à aquisição de computadores como símbolo de prestígio, do que resultam "inúmeros casos de computadores sem utilização ou com subutilização, nos serviços públicos". O mesmo especialista aconselha o estabelecimento de uma política geral de utilização de computadores, informando o tradutor e comentador do artigo ser este o caso em nosso País, da criação da Capre (Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico)(44).

Em seu importante estudo sobre *Informática na administração de pessoal,* o professor João Luis Martins Ney da Silva escreve: "O incoveniente a ser evitado por uma nova política do Governo, nesse particular, é o da atual escolha preferencial de empresas estrangeiras para prestação de serviços que empresas nacionais poderão executar com igual técnica, independentemente da marca dos equipamentos a serem utilizados, e com maior conhecimento, sem dúvida, dos nossos próprios problemas".

"Naturalmente" – continua o mesmo autor, hoje com a responsabilidade de uma das subchefias do Gabinete Civil da Presidência da República – "a eliminação desse incoveniente é de interesse nacional, e requer uma legislação mais consentânea com esse interesse, na qual seja vedado que empresas fornecedoras de equipamentos para o sistema informático participem em empresas de prestação de serviços (como se faz nos Estados Unidos) ou com elas entrem em concorrência"(45).

Pelas suas próprias finalidades e atribuições, pela sua tão diversificada organização, pela natureza dos órgãos, sob sua jurisdição e daqueles junto aos quais mantém representantes, deve o EMFA constituir, quanto antes, um serviço de documentação, se não das proporções, da mesma natureza do Defense Documentation Center dos Estados Unidos. Numa época de explosão bibliográfica, somente um serviço de documentação possibilitará ao Estado-Maior das Forças Armadas o aprimoramento de seu pessoal, de acordo com o ideal previsto por Camões para o militar perfeito:

"Tal há de ser quem quer, com o dom de Marte,
Imitar os Ilustres e igualá-los:
Voar com o pensamento a toda parte,
Adivinhar perigos e evitá-los
Com militar engenho e sutil arte,
Entender os inimigos, e enganá-los,
Crer tudo, enfim; que nunca louvarei
O Capitão que diga: Não Cuidei"(46).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas,* canto X, estrofe 153.

2. SILVA, Maurício Rocha e. *A evolução do pensamento científico.* São Paulo, Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia, 1972, p. 290 e segs.

3. WILSON, E. Bright, Jr. *An introduction to scientific research.* New York, McGraw-Hill, 1952, p. 10.

4. SETON-WATSON, Hugh. *Neither war nor peace; the struggle for power in postwar world* Rev. ed. New York, Praeger, 1962. 510 p. (Praeger paperbacks, PPS-97).

5. FREYRE, Gilberto. Em torno do avigoramento dos modernos executivos. *Revista do Serviço Público* (Brasília) v. 108, nº 2, p. 23-36 maio/agosto 1973 (trecho citado à p. 28).

6. ZOLTOWSKI, Victor. Les cycles de la création intellectuelle et artistique. *L'Année Sociologique* (Paris) 3. Sér. (1952). Paris, Presses Universitaires de France, 1955, p. 163-206.

7. NEWTON, Sir Isaac. Citado por Michael Crowe em "A ciência um século atrás", in: Crosson, Frederick J., ed. *O impacto da ciência nas mudanças sociais.* Trad. de Hélio Pólvora. Rio de Janeiro, Forum Editora, 1969, p. 111.

8. TEIXEIRA, Anísio & SILVA, Maurício Rocha e. *Diálogo sobre a lógica do conhecimento.* São Paulo, EDART, 1968, p. 30.

9. MALLARMÉ, Stéphane. Le livre, instrument spirituel. In: *Oeuvres complètes.* Paris, Gallimard, 1945, p. 378.

10. MOLES, Abraham A. Cité scientifique et cité humaine. In: Poirier, René, ed. *Entretiens en marge de la sicence nouvelle.* Paris, Mouton, 1963, p. 235.

11. BURTON, Milton. Introdução: análise retrospectiva. In: Crosson, Frederick J., ed. *O impacto da ciência nas mudanças sociais,* op. cit. ver nº 7) p. 11.

12. ESCARPIT, Robert. *La révolution du livre.* 2. éd. rev. et mise à jour, 1969. Paris, UNESCO, 1972, p. 22.

13. PRICE, Derek J. de Solla. *Little science, big science.* New York, Columbia University Press, 1965, p. 6-9 (A Columbia paperback, 62).

14. PRICE, Derek J. de Solla. loc. cit.

15. PLATT, Washington. *A produção de informações estratégicas.* Tradutores: Capitão Heitor Aquino Ferreira e Major Álvaro Galvão Pereira. Rio de Janeiro, Agir, 1967. p. 31-32.

16. MORRISON, Philip. Ciência, educação e o futuro da humanidade. In: Crosson, Frederick J., ed. *O impacto da ciência nas mudanças sociais,* op cit. (ver nº 7) p. 204.

17. CRAIG, Hardm. *A bibliography of encyclopedias and dictionaries dealing with military, naval and maritime affairs,* 1626-1959. Houston, Rice University, Fronden Library, 1960. 45 f. 2. ed.: 1577-1961, publicada em 1962. 70 p.

18. *ULRICH'S international periodicals directory.* 14. ed. 1971-72. New York, R. R. Bowker, 1971. 2 v.

19. *IRREGULAR serials & annuals; and international directory.* 2. ed. New York, R. R. Bowker, 1972. 3.382 p.

20. ESTADOS UNIDOS. Air University. Libraries. *Union list of foreign military periodicals.* Preliminary ed. Ed. by Paul H. Spence and Helen J. Hopewell. Alabama, Maxwell Air Force Basse, 1957. 72 p.

21. BRADFORD, S. C. Documentação. Trad. de M. E. de Mello e Cunha. Rio de Janeiro. Ed. Fundo de Cultura, 1961, p. 196-216.

22. BRUNN, Julien. Travail scientifique et stratégie militaire. *Les Temps Modernes* (Paris) n. 320. p. 1.593, avril 1973.
PIGNON. Dominique. "Le scientifique et le militaire". *Idem,* p. 1.545.

23. PICARD, Philippe-Charles. Ethno-sociologie de la mathemátique. *L'Année Sociologique* (Paris) v. 22, p. 13-47, 1971.

24. WEBER, Max. *The protestant ethik and the spirit of capitalism.* London, Allen & Unwin, 1930. 292 p. Sobre o assunto, recomendamos o ensaio de José Honório Rodrigues, "Capitalismo e protestantismo", In: – *Notícia de várias histórias.* Rio de Janeiro, Livraria São José, 1951, p. 9-42.

25. *BIBLIOGRAFIA Brasileira de Ciências Sociais.* v. 1 – . 1954 – . Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentaçao. 1955 – . Em 1955 foram referenciados 98 trabalhos; em 1956, 117; em 1957, 39; em 1958, 5; em 1959, 5; em 1960, 91; em 1961, 19; no volume correspondente aos anos 1962/64, 17.

26. CIDADE, Francisco de Paula. *Síntese de três séculos de literatura militar brasileira.* Rio de Janeiro, Est. Gráf. Cordeiro de Farias, 1959. 607 p.
Ver, sobre legislação militar, o monumental *Índice da Legislação do Exército.* Rio de Janeiro, Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias, 1961 – . (Manual técnico T 27-290).

27. *DISSERTATIONS Abstracts International. B: The Sciences and Engineering.* Ann Arbor, University Microfilms, 1938 – .

28. BRIET, Suzanne. *Qu'est-ce que la documentation?* Paris, Editions Documentaires, Industrielles et Techniques, 1951. 48 p. (Collection de documentologie, 1).

29. BRAUDEL, Fernand. Histoire et sociologie. In: Gurvitch, Georges, ed. *Traité de sociologie.* Paris, Presses Universitaires de France, 1958-60, t. 1, p. 83-98.

30. GURVITCH, Georges. *Dialéctia e sociologia.* Trad. de Manuel Vitorino Dias Duarte. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1971, p. 318.

31. FREYRE, Gilberto. *Sociologia; introdução ao estudo dos seus princípios.* 5. ed. Rio de Janeiro, José Olympio em convênio com o Instituto Nacional do Livro, 1973, t. 1, p. 56.

32. BRAUDEL, Fernand. loc. cit.

33. Ibidem.

34. GURVITCH, Georges, loc. cit.

35. UNESCO. *Unisist; informe del estudio sobre la posibilidad de establecer un sistema mundial de información científica.* Montevideo, Oficina de Ciências de la UNESCO para América Latina, 1971. 176 p. (SC. 70/D. 75/S).

36. COSTA, João Frank da. O Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica

(SNITC). *Revista da Biblioteconomia de Brasília* v. 1. n. 2, p. 95-107, julho/dezembro 1973.

37. MONTE-MOR, Jannice. *A Biblioteca Nacional e o Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNITC).* Trabalho apresentado ao 7º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Belém, 1973. 21 f. mimeografadas.

38. CHAUMIER, Jacques. *As técnicas documentais.* Trad. de Jorge de Sampaio. Lisboa, Publicações Europa-América, 1973, p. 70.

39. KRUZAS, Anthony T. & SCHNITZER, Anna Ercoli, ed. *Encyclopedia of information systems and services.* Orange, N. J., Academic Media, 1971. 1.109 p.

40. SARDENBERG, Idálio. "O EMFA – sua missão e organização e o seu significado no contexto político-militar brasileiro". *Revista Militar Brasileira* (Rio de Janeiro) v. 98, p. 23-46, janeiro/junho 1972.

41. SANTOS, Francisco Ruas. *Coleção bibliográfica militar.* Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1960. 783 p. Contém índice e notas bibliográficas de publicações periódicas – *Revista do Exército Brasileiro* (1882-1889), *Revista Militar* (1889-set. 1908), *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército* (1911-1923) e *Nação Armada* (1939-1947) – e estudo crítico de obras sobre assuntos militares.

42. FROTA, Guilherme de Andréa. *Notas para uma bibliografia naval brasileira.* Rio de Janeiro, Revista Marítima Brasileira, 1967. 36 p.

43. CHAUMIER, Jacques. op. cit., p. 21.

44. MUHAMMAD, Fagir. O uso de concepções e técnicas administrativas modernas na administração pública. Trad. de Araújo Cavalcanti. *Revista do Serviço Público* (Brasília) v. 108, n. 2, p. 173-208, maio/agosto 1973 (trecho citado à p. 195).

45. NEY DA SILVA, João Luis Martins. *Informática na administração de pessoal.* Brasília, DASP. Centro de Documentação e Informática, 1971, p. 51-52.

46. CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas,* canto VIII, estrofe 89.

SOBRE A (INEXISTENTE) REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS EXIGIDA PELO SNICT

INTRODUÇÃO

Não sendo esta a primeira ocasião em que o autor aborda este assunto, vê-se na contingência de referir-se muitas vezes a artigos de sua autoria, o que faz não por vaidade, mas pelo propósito de demonstrar a primeira premissa do presente trabalho: os bibliotecários brasileiros, salvo honrosas exceções, não têm demonstrado sensibilidade para o trabalho em colaboração, que integraria nossas bibliotecas num verdadeiro sistema nacional de aquisição, de processos técnicos e de permuta de informações.

1. AUSÊNCIA DE COOPERAÇÃO

1.1 Retrospecto de Iniciativas

Cabe à bibliotecária Lydia de Queiroz Sambaquy a precedência nas iniciativas do estabelecimento de sistemas tanto de catalogação cooperativa como de catálogos coletivos e de aquisição centralizada, em âmbito nacional.

1.1.1 Catalogação Cooperativa

Como Chefe da Biblioteca do Departamento Administrativo do Serviço Público, a Sra. Lydia de Queiroz Sambaquy organizou, em 1942, o Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC) sob os auspícios tanto daquele Departamento como

Publicado pela *Revista do Serviço Público* (Brasília) v. 109, n. 2, p. 79-91, abril/junho 1974.

da Fundação Getúlio Vargas e do Departamento de Imprensa Nacional.

Entre as dificuldades encontradas pelo SIC, sua própria fundadora citou "a incompreensão das bibliotecas e serviços de documentação" (21, p. 68)*. Superadas as outras dificuldades que ela mencionou – falta de catalogadores e revisores devidamente treinados e atraso na impressão das fichas – podemos verificar, trinta anos depois, que o SIC não foi bem sucedido tanto pelo seu programa por demais ambicioso como por aquela incompreensão. O programa deveria restringir-se aos livros impressos no Brasil. Por outro lado, faltou-lhe sempre a colaboração das maiores bibliotecas do País, como a Nacional do Rio de Janeiro e a Municipal de São Paulo. Não deixa de ser curioso assinalar, como um sinal dos tempos, que a colaboração foi negada em nome de diferenças normativas, como se os programas de cooperação devessem estar a serviço das normas.

1.1.2 Catálogos Coletivos

Iniciado na Fundação Getúlio Vargas, em 1947, o Catálogo Coletivo foi, em 1954, transferido para o então recém-criado Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) (22, p. 6 *et passim).* Criou-se, em 1956, uma Comissão Nacional do Catálogo Coletivo, organizada pelo IBBD e integrada por representantes de oito centros bibliográficos regionais: Universidades Federais do Rio de Janeiro (então ainda chamada Universidade do Brasil), Pernambuco (antiga Universidade do Recife), Bahia, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, Universidade de São Paulo e Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

É lamentável que a Comissão Nacional do Catálogo Coletivo tenha sido extinta, enquanto outras comissões, muito menos importantes e mais dispendiosas – como a FID/CLA e a IBBD/CDU – foram criadas e continuam a reunir-se, embora destas devamos perguntar e responder, como Ascenso Ferreira no seu poema sobre o gaúcho: "Pra quê? Pra nada".

Não é admissível que se fale na automação dos catálogos coletivos ou na publicação – que representa, realmente, um acontecimento – do *Catálogo coletivo de publicações periódicas de ciências e tecnologia* (17). O que essa publicação revela, em matéria de multiplicação de coleções e, portanto, de malversação de recursos, é verdadeiramente clamoroso. Assim, o Catálogo Coletivo deixa de prestar o principal serviço que dele esperávamos, isto é, a aquisição centralizada ou coordenada. Culpa, diga-se de passagem, menos dele do que da falta de

* Os números indicam os trabalhos referenciados no fim do texto.

sensibilidade para a importância de um sistema nacional de aquisição centralizada: falta generalizada, malgrado alguns exemplos isolados.

1.1.3 Aquisição Centralizada

Esse tipo de aquisição começou, como se sabe, nos Estados Unidos e no ano de 1942, quando, por iniciativa da Library of Congress e da Association of Research Libraries, elaborou-se o Plano Farmington (28), subdividido em vários outros programas nacionais de aquisição, como, por exemplo, o *Latin American Cooperative Acquisitions Program* (LACAP).

Também houve, no Brasil, uma tentativa de estabelecimento desse tão necessário sistema. Ele procura, como se sabe, fazer com que exista, em pelo menos uma biblioteca do País, pelo menos um exemplar de cada obra relevante publicada em qualquer parte do mundo. Tal ideal só pode ser alcançado através de programas nacionais de aquisição de livros e de assinatura de revistas publicadas no estrangeiro.

Desde sua fundação, em 1947, procurou o Catálogo Coletivo interessar as bibliotecas brasileiras no estabelecimento de um sistema de aquisição centralizada, distribuindo 1 500 questionários, "dos quais, apenas 453 foram devolvidos devidamente preenchidos" (14, p. VI e 15, p. 18). Os números são eloqüentes: menos de 50% de questionários devolvidos! Talvez por isso, excluiu-se da segunda edição do guia das *Bibliotecas especializadas brasileiras* o interessante projeto para aquisição planificada que figurou nas edições anteriores(16).

Uma análise desse guia mostra como as bibliotecas brasileiras ainda vivem isoladas, apesar de adesões puramente teóricas ao projeto do IBBD. Até 1969, por exemplo, vê-se que existiam, numa pequena cidade como Brasília, quatro bibliotecas especializadas em Direito e três (incluídas as precedentes) em Administração Pública. Duas dessas bibliotecas estão instaladas no mesmo conjunto de edifícios (o Palácio do Congresso Nacional) e quatro situam-se numa praça que se chama "dos Três Poderes" (16, p. 65-70). Mais adiante veremos como a situaçao atual é ainda pior.

1.2 Retrospecto de Clamores no Deserto

Não faltou às iniciativas da bibliotecária Lydia de Queiroz Sambaquy o respaldo, por assim dizer, catequético ou doutrinário de vozes autorizadas como a do bibliógrafo Rubens Borba de Moraes, que já em 1943 escrevia: "Uma biblioteca a mais não resolve o problema de um centro cultural. Do que necessitamos é de

mais eficiente do que o catálogo coletivo (5).

Transferido para Brasília, em 1960, iniciamos no ano seguinte, uma série de artigos contra a dispendiosa e inútil duplicação de bibliotecas no Congresso Nacional. No primeiro artigo, publicado pelo *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, escrevemos: "Neste ponto, o Congresso segue o mal exemplo do Poder Executivo, que mantém na antiga Capital Federal e numa só área urbana – a Esplanada do Castelo – bibliotecas onde [illegible] ferência ou de [illegible]

Propusemos ainda, no mesmo artigo, duas soluções para a escandalosa duplicação que ainda hoje persiste: *(a)* criação de uma Biblioteca do Congresso e extinção automática das Bibliotecas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, cujas coleções e serviços seriam incorporados àquela; *(b)* criação de um Serviço de Bibliotecas do Congresso com o objetivo de centralizar a aquisição, a classificação, a catalogação e outros processos e atividades suscetíveis de centralização; com a segunda solução, as coleções continuariam separadas, mas coordenadas com uma eventual divisão de assuntos ou de gêneros de publicações(6).

Ainda em 1961 e no mesmo jornal do Rio de Janeiro – cujo suplemento *Letras e Artes* fora colocado à nossa disposição pelo saudoso Álvaro Lins – publicamos outro artigo no qual reclamávamos um sistema de bibliotecas populares para Brasília: "E se falo em sistema – escrevemos então – é justamente para deixar claro que, assim como 'uma andorinha só não faz verão', uma biblioteca não resolverá o problema de Brasília. Precisamos de um serviço central que coordene as atividades de várias bibliotecas sucursais, fixas e volantes. Porque é preciso não esquecer as abandonadas cidades-satélites e para estas a melhor solução talvez seja a das bibliotecas ambulantes"(7).

Quando, em 1962, o Conselho de Ministros do parlamentarismo com que se iniciou o governo do sr. João Goulart constituiu comissão para estudar o planejamento de uma Biblioteca Nacional em Brasília, procuramos demonstrar como era absurda a idéia e ridículos os argumentos com que foi defendida. "O professor Roger Bastide – escrevemos nesse artigo – tem, agora, mais um exemplo para a sua caracterização do Brasil como 'país de contrastes'. Porque só mesmo num país assim caracterizado seria admissível a criação da segunda Biblioteca Nacional, antes de resolvidos os problemas da primeira; ou a organização de suntuosa biblioteca onde não existe ainda uma infra-estrutura de pequenas e prestimosas bibliotecas. Destas é que Brasília precisa: bibliotecas circulantes, nas chamadas Unidades de Vizinhança, nas cidades-satélites, nos hospitais, na estação rodoviária. E não de uma Biblioteca Nacional para enfeitar o centro cívico"(8).

No mesmo ano de 1962, tendo o Conselho de Ministros enviado ao Congresso Nacional os projetos de criação, não apenas da Biblioteca Nacional de Brasília, mas também o de um Serviço Nacional de Biliotecas, voltamos a tratar do assunto, provando que os serviços atribuídos aos órgãos projetados já eram realizados pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação e pelo Instituto Nacional do Livro(9).

Trata-se, – diga-se de passagem – de uma versão tipicamente brasileira da famosa Lei de Parkinson. Estabelecida pelo professor inglês C. Northcote Parkinson e divulgada pela primeira vez em 1955(20), esta lei explica, sob a forma do mais britânico *sense of humour,* como o número de funcionários cresce *ad infinitum* por uma suposta divisão do trabalho que, na realidade, não passa de duplicação. O que Parkinson observou em termos individuais no serviço público inglês, é observável em nosso País ao nível institucional, isto é, pela criação de repartições destinadas a desempenhar serviços que outras já executam, ou que deixaram de executar sem que deixassem de existir.

Os projetos de criação da Biblioteca Nacional de Brasília e do Serviço Nacional de Bibliotecas foram arquivados pelo Congresso Nacional porque não tiveram

tramitação regimental. Posteriormente, o Serviço Nacional de Bibliotecas foi insconstitucionalmente criado por um decreto e, anos depois – já no período pós-revolucionário – extingiu-se da mesma forma, isto é, por outro decreto, este, aliás, louvável.

O vedetismo, entretanto – que é o maior inimigo do trabalho em cooperação – continuou inspirando outras tentativas lamentáveis, como a da criação em Brasília de uma biblioteca batizada com este nome espaventoso e redundante: Biblioteca Nacional para Assuntos Educacionais e Científicos. Esta chegou a ser criada por um decreto-lei(3), mas, felizmente, nunca foi instalada.

Nomeado Ministro da Educação e Cultura, em fins de 1969, o Senador Jarbas Gonçalves Passarinho publicou no *Jornal do Brasil* um pitoresco anúncio, no qual solicitava a qualquer pessoa conhecedora de erros em sua nova área de ação que os indicasse em carta pessoal a ele dirigida. No dia seguinte ao da publicação desse anúncio, entregamos no Gabinete do Ministro uma carta na qual sugeríamos, em lugar da construção da decretada Biblioteca Nacional, a implantação do sistema de bibliotecas especialmente projetado para Brasília pelo bibliotecário Hipólito Escolar Sobrinho, especialista enviado pela UNESCO por solicitação do Governo brasileiro(4).

Sensibilizado por essa sugestão, criou o Ministro Jarbas Passarinho uma comissão destinada a estudar o referido projeto, pelo qual o Governo do Distrito Federal não demonstrou nenhum interesse. Desfeita a primeira comissão, que pouco se reuniu e nada apresentou de positivo, criou-se outra, por iniciativa do Instituto Nacional do Livro e sob a presidência de sua diretora.

Enquanto não se resolve este problema tão simples – criação de um sistema de bibliotecas na capital da República – os Três Poderes vão inaugurando novas bibliotecas independentes ou transferindo as antigas do Rio de Janeiro para Brasília, sem nenhum plano diretor. Em janeiro de 1971, decidimos continuar a campanha, perguntando: "Como se permite o despautério de quatro bibliotecas numa só praça, quando uma delas, eletronicamente equipada, atenderia às necessidades dos Três Poderes?"(11).

Os apelos à cooperação não foram ouvidos e os problemas criticados só fizeram multiplicar-se, pois o advento da mecanização e, mais recentemente, da automação, fez com que a falta de coordenação se tornasse ainda mais onerosa, considerando-se o custo dos equipamentos e o salário de seus operadores. O que presentemente se observa é uma desenfreada competição de serviços governamentais independentes: competição que ocorre tanto na área do Poder Executivo como nas do Legislativo e do Judiciário.

Do Congresso Nacional vem o exemplo mais clamoroso, porque suas duas câmaras estão instaladas no mesmo palácio. Entretanto, os serviços administrativos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal foram recentemente reorganizados com soberano desprezo pela centralização. Já manifestamo-nos contra essa escandalosa malversação de recursos públicos(12), comprovada pelas Resoluções nº 20, de 1971, da Câmara dos Deputados(2) e nº 58, de 1972, do Senado Federal(24).

Com tantos exemplos de iniciativas frustradas e de clamores no deserto, consideramos demonstrada a premissa de que os bibliotecários brasileiros são, de modo geral, insensíveis ao trabalho em cooperação.

2. NECESSIDADE E IMPORTÂNCIA DA COOPERAÇÃO

A segunda premissa do presente trabalho é a de que, sem cooperação – uma cooperação menos legalmente coercitiva do que espontânea – não teremos jamais uma rede nacional de informação científica e técnica.

Considerando os limites naturais de um artigo, somos uma vez mais obrigados a indicar outro trabalho de nossa autoria, no qual já procuramos demonstrar como é verdadeira esta premissa. Trata-se do artigo sobre "O Catálogo Coletivo como Instrumento de Coordenação entre Bibliotecas", publicado por esta revista(13).

2.1 Cooperação Voluntária

Sabemos que, sem coordenação, não é possível organizar-se um sistema de bibliotecas e sem essa infra-estrutura jamais existirá em nosso País uma rede nacional de informação científica e técnica. Já em 1965, o bibliotecário Harry C. Campbell o dizia, na conferência de especialistas convocados pela UNESCO para o estabelecimento de um programa a longo prazo, objetivando a utilização de satélites artificiais na comunicação. Com palavras que se aplicam perfeitamente ao caso brasileiro, assim se exprimiu o Sr. Harry C. Campbell:

"Naqueles países onde os serviços de documentação oficiais e particulares ainda estão separados, será preciso integrar as suas atividades de modo a permitir o uso dos canais de comunicação mundial por uns e outros. A maioria dos planos atuais para o estabelecimento de sistemas de documentação regional ou nacional cobre apenas uma parte dos serviços de bibliotecas de cada país. As bibliotecas universitárias muitas vezes estão separadas das bibliotecas industriais – e uma e outras estão isoladas das bibliotecas escolares e pú-

blicas. Esta separação, de natureza administrativa, ocasiona duplicação e desperdício que é preciso evitar, num sistema de utilização de satélites. Na verdade, poder-se-ia criar um conjunto completamente novo de bibliotecas especializadas; no entanto será melhor utilizar, se possível, os serviços já existentes" (25, p. 150).

A importância da cooperação voltou a ser ainda mais enfatizada no documento UNISIST(26) e na primeira conferência promovida pela UNESCO para o estabelecimento de um sistema mundial de informação científica. No discurso de abertura dessa conferência, ressaltou o diretor-geral da UNESCO a importância das medidas a serem tomadas pelos governos para "o estabelecimento de redes de bibliotecas e de serviços de documentação e de informação"(27, p. 24).

Considerando a falta de cooperação entre as bibliotecas brasileiras, como resolver o problema da participação do Basil no projetado sistema mundial de informação científica? Num dos documentos básicos da primeira conferência da UNESCO sobre o projeto UNISIST, o dr. Harrison Brown, da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos, definiu como objetivo principal do programa UNISIST a implantação de "uma rede flexível baseada na *cooperação voluntária* de serviços de informação existentes e dos que vierem a ser criados" (1, p. 39, grifo nosso).

Nas palavras grifadas é que talvez se encontre o segredo. Se a inexistência de uma rede bibliotecária no Brasil decorre da falta de espírito cooperativo da parte da maioria dos bibliotecários, não será com decretos nem através de órgãos governamentais que esse espírito se desenvolverá. Em anos passados, chegamos a pensar nessa solução, propondo, em artigo de jornal, a criação de um ministério extraordinário para a coordenação dos órgãos de documentação (10). Confessando nosso erro, sugerimos agora que essa tão necessária rede bibliotecária seja promovida através da *cooperação voluntária* dos diretores e chefes de bibliotecas. E que da indispensável coordenação dos planos de aquisição centralizada, catalogação cooperativa e permuta de informações se encarreguem as associações profissionais.

2.2 Participação das Bibliotecas Públicas

A ênfase dada recentemente aos problemas de comunicação da informação científica e técnica – principalmente ao emprego de equipamentos eletrônicos – tem feito com que muitos bibliotecários se esqueçam de que as bibliotecas públicas ou populares são tão importantes quanto as especializadas e os serviços de documentação. Proporcionar aos adultos oportunidades para uma educação

continuada é tarefa tão útil quanto a de prover informação atualizada aos pesquisadores.

Criar serviços de informação científica e técnica e relegar ao abandono as bibliotecas populares é cometer erro semelhante ao do desenvolvimento que estimulou uma industrialização *à outrance,* com desprezo pela agricultura.

Certo, não são apenas os serviços de documentação e as bibliotecas especializadas que contribuem para a formação desse sistema. Ainda recentemente, os participantes de um seminário interamericano reunido em Washington, D.C. aconselharam os governos a "dar prioridade à promoção dos órgãos que constituem a infra-estrutura da informação, *desde as bibliotecas escolares e rurais aos mais complexos serviços de informação"* (23, p. 2-3, grifo nosso).

Mas não é admissível, por outro lado, que as bibliotecas não especializadas sejam estudadas apenas em função da contribuição que podem dar a sistemas de informação científica e técnica. O principal compromisso dessas bibliotecas é com a educação permanente do povo, sobretudo em países como o Brasil.

3. CONCLUSÕES

Das premissas demonstradas no presente trabalho podemos tirar, silogisticamente, as seguintes conclusões:

3.1 Se as instituições governamentais fracassaram nas tentativas de estabelecimento de sistemas que, devidamente integrados, contribuiriam para a indispensável infra-estrutura da rede nacional de informação científica e técnica, devem as associações profissionais assumir a liderança de iniciativas neste sentido.

3.2 Uma rede nacional de informação científica e técnica não exclui um sistema também nacional de bibliotecas populares e escolares, sendo ambos igualmente prioritários

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BROWN, C. Harrison. Scientific information today – a scientist's view. In: Conferência Intergovernamental para o Estabelecimento de um Sistema Mundial de Informação Científica. Paris, 1971. *Final report.* Paris, UNESCO, 1971, p. 36-40.

2. CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Resolução nº 20, de 30 de novembro de 1971. Dispõe so-*

bre a organização administrativa da Câmara dos Deputados e determina outras providências. Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1972. 137 p.

3. Decreto-Lei nº 1.048, de 21-10-1969. Cria a Biblioteca Nacional para Assuntos Educacionais e Científicos. *Coleção das Leis de 1969,* v. 7, p. 786.

4. ESCOLAR SOBRINO, Hipólito. *Desarrollo de las bibliotecas públicas de el Brasil; creación de la biblioteca pública de Brasília.* Octubre-diciembre de 1968. Paris, UNESCO, 1969.
62p. (Nº de série 1132 BMS-RD/COM/DBA).

5. FONSECA, Edson Nery da. Bibliotecas especializadas e catálogos coletivos: Interdependência ou morte. *Tribuna da Imprensa* (Rio de Janeiro), 26/27 out. 1957, supl. *Tribuna dos Livros,* p. 3.

6. ——— Uma Biblioteca do Congresso em Brasília. *Diário de Notícias* (Rio de Janeiro), 23 jul. 1961, supl. *Letras e Artes,* p. 1.

7. ——— Brasília precisa de bibliotecas. *Diário de Notícias* (Rio de Janeiro), 10 dez. 1961, supl. *Letras e Artes,* p. 1.

8. ——— Com o novo Ministro da Educação. *Correio da Manhã* (Rio de Janeiro), 2 jul. 1962, 1. cad., p. 2.

9. ——— Com o Congresso Nacional. *Correio da Manhã* (Rio de Janeiro), 8 ago. 1962, 1. cad., p. 2.

10. Coordenação dos organismos de documentação. *Correio Braziliense* (Brasília), 6 abr. 1968, Cad. Cultural, p. 2.

11. ——— Quatro bibliotecas na Praça dos Três Poderes. *Correio Braziliense* (Brasília), 15 jan. 1971, cad. Cultural, p. 4. Ao apelo que lançamos neste artigo juntou-se, com grande honra para nós, a voz da jornalista Yvonne Jean, em sua tribuna diária no mesmo jornal. Vide Jean, Yvonne. Esquina de Brasília. *Correio Braziliense* (Brasília), 20 jan. 1971, cad. 2, p. 2.

12. ——— Dois computadores no Congresso Nacional? *Diário de Pernambuco* (Recife), 2 mar. 1972, 1. cad., p. 4. *Correio Braziliense* (Brasília) 17 mar. 1972, Cad. Cultural, p. 2.

13. ——— O Catálogo Coletivo como instrumento de coordenação entre bibliotecas. *Revista do Serviço Público* (Brasília) 107(1): 81-95, jan./abr. 1972.

14. INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO. *Bibliotecas especializadas brasileiras; guia para intercâmbio bibliográfico.* Edição preliminar. Rio de Janeiro, 1961. 174 f. mimeografadas.

15. ——— ——— . *Contendo plano para aquisição planificada.* Rio de Janeiro, 1962. 375p.

16. ——— ——— . 2. ed. Rio de Janeiro, 1969. 605 p.

17. *Catálogo coletivo de publicações periódicas de ciência e tecnologia.* Rio de Janeiro, 1970-71. 2 v.

18. MORAES, Rubens Borba de. *O problema das bibliotecas brasileiras.* Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1943. 64 p. (Série Itamarati, v. 5).

19. PARKINSON, C. Northcote. Parkinson's law. *The Economist* (London) 177 (5856) : 635-637, Nov. 19, 1955. Expandida em livro do qual existe edição brasileira. *A lei de Parkinson, na sociedade, na política, nos negócios.* Trad. de Silveira Sampaio. São Paulo, Pioneira, 1964. 103 p.

20. SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. Catalogación cooperativa y catalogación centralizada. In: Conferência sobre o Desenvolvimento dos Serviços de Bibliotecas Públicas na América Latina. São Paulo, 1951. *Desarrollo de las bibliotecas publicas en América Latina.* Paris, UNESCO, 1953 (Manuales de la UNESCO para las bibliotecas, 5) p. 63-70.

21. Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. *O I.B.B.D. e os serviços que se propõe a prestar.* Rio de Janeiro, 1958. 22 p.

22. SEMINÁRIO INTERAMERICANO SOBRE A INTEGRAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E NAS ANTILHAS. Washington, D.C., 1972. *Declaração, conclusões e recomendações.* Brasília, Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação. – 973 . 6 p.

23. SENADO FEDERAL. Resolução nº 58, de 1972. *Dispõe sobre o Regimento Administrativo do Senado Federal. Diário do Congresso Nacional* (Brasília) Seção II, ano XXVII, n. 128, p. 4.446-4.489, 11 nov. 1972.

24. UNESCO. *Comunicação na era espacial.* Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação, 1969. 348 p.

25. ——— *UNISIST : informe del estudio sobre la posibilidad de establecer un sistema mundial de información científica, realizado por la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, y el Consejo Internacional de Uniones Científicas.* Montevideo, Oficina de Ciências de la UNESCO para América Latina, 1971. 176 p. (SC. 70/D.75/S).

26. ——— *UNISIST : Paris 4-8 October 1971; Intergovernammental Conference for the Establishment of a World Science Information System. Final report.* Paris, 1971. 60 p. (SC/MD/25).

27. VOSPER, Robert. International book procurement; or, Farmington extend. *College and Research libraries* (Menasha, Wis.) 21 : 117-124, Mar. 1960.

DOS "TEMPLOS DO SABER" À "CULTURA NA PRAÇA"

IMPORTÂNCIA DA BIBLIOTECA NOS PROGRAMAS DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE BASE

1. INTRODUÇÃO: BIBLIOTECA POPULAR E BIBLIOTECA ESPECIALIZADA. BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

No ensaio que escreveram para a segunda edição do livro *Documentation*, de S. C. Bradford, Jesse Shera e Margaret Egan, fazendo, embora, uma admirável e profunda análise do "estado atual da biblioteconomia e da documentação", cometeram, a nosso ver, um lamentável equívoco, ao censurarem os bibliotecários que "se afundaram na onda de entusiasmo pela cultura popular" (29: 25). Nota-se, no referido ensaio, um injustificável desprezo pela educação de adultos e pela democratização da cultura. Eles lamentam que as bibliotecas se tenham transformado em agências educacionais, quando deviam ter resolvido os problemas da informação científica.

Discordamos fundamentalmente dessa colocação do problema. Parece-nos que entre biblioteconomia e documentação deve haver o mesmo tipo de relações que a Constituição brasileira estabelece para os poderes do Estado: "Independência e harmonia". A biblioteconomia e a documentação devem ser, como os poderes políticos, independentes e harmônicos entre si. Não há porque pedir às bibliotecas que resolvam os problemas da informação científica. A solução de tais problemas compete aos centros de documentação e às bibliotecas especializadas. A missão das bibliotecas públicas é aquela que Shera e Egan injustificavelmente desdenham: a cultura popular, a educação de adultos, a democratização da cultura.

Comunicação apresentada à Semana de Promoção Social promovida, no Recife, pelo Governo do Estado de Pernambuco, em outubro de 1961. Publicada pela *Revista do Serviço Público* (Rio de Janeiro) v. 94, n. 3, p. 99-108, julho/setembro 1962. No texto seguinte procuro mostrar como o problema evoluiu da alfabetização de adultos para a educação permanente.

Certo, não podemos hoje falar em democratização da cultura com a mesma fé ingênua dos iluministas do século XVIII ou dos humanitaristas do XIX. Mas se retirarmos das bibliotecas públicas esta sua função tradicional, obrigando-as a cuidar de problemas que devem ser resolvidos pelas bibliotecas especializadas e pelos centros de documentação, acreditamos que elas ficariam seriamente mutiladas. Como observa o bibliotecário dinamarquês P. Kirkegaard, "good library service is one kind of 'adult-education activity', and during the past 20 years more and more libraries have realized their responsibilities as institutions, primarily for adult education" (11: 130-131). Para reconhecer isto não é preciso acreditar nos velhos e desmoralizados chavões do tipo "abrir escolas é fechar prisões" ou "bibliotecas são hospitais de almas". Basta examinar o que é educação de adultos e educação de base, para ver que as bibliotecas públicas são *conditio sine qua non* do sucesso de tal tipo de educação.

2. INSUFICIÊNCIA DA ALFABETIZAÇÃO SEM EDUCAÇÃO DE BASE. INTEGRAÇÃO DOS PROGRAMAS DE ALFABETIZAÇÃO NOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO DE BASE. PRIMAZIA QUE DEVEM TER AS BIBLIOTECAS POPULARES EM TAIS PROGRAMAS

Entre as muitas definições de educação de base ou educação fundamental, preferimos a das Nações Unidas e da UNESCO, assim expressa no *Yearbook of Education, 1954:* "A educação fundamental é um tipo de educação geral mínima, que se propõe a ajudar a crianças e adultos que não recebem os benefícios de uma educação formal, para que possam entender os problemas do seu ambiente imediato, seus direitos e deveres como cidadãos e indivíduos, e para que participem com maior efetividade no progresso econômico e social da sua comunidade"(5). Vê-se claramente que a educação de base tem dois objetivos primordiais: o desenvolvimento da personalidade e o bem-estar social. Sabemos que sem esse bem-estar não há interesse em aprender. Por isso afirmamos que a alfabetização, pura e simples, não satisfaz. Os programas de alfabetização e de educação de base devem ser coordenados, a fim de que não haja entre eles o "hiato nocivo" que nossos educadores apontam entre o fim do curso primário e o início das atividades profissionais. Alfabetizar, como assinala Abreu-Gomez, não deve ser apenas ensinar a ler e escrever, mas ensinar a viver.

Não temos dúvida em afirmar que, na educação de base, a biblioteca pública é mais importante do que a escola. Talvez não se compreenda isto em nosso país, porque, malgrado o progresso que já alcançamos na técnica moderna de organização de bibliotecas, ainda estamos muito longe do ideal. Temos, é verdade, o que podemos chamar de boa e, em alguns casos, até ótima infra-estrutura biblioteconômica. Mas nossas bibliotecas são máquinas das quais não

soubemos ainda extrair todas as potencialidades. Esta situação, aliás, é comum a quase todo o Continente, como podemos verificar consultando o resultado de um inquérito levado a efeito pela União Pan-Americana: só nos relatórios dos Estados Unidos e da Venezuela vamos encontrar referências à integração das bibliotecas nos programas de educação de adultos e de educação de base (31). O relatório norte-americano dá uma ênfase especial à participação das bibliotecas em tais atividades. Quem já visitou os Estados Unidos sabe que essa ênfase exprime uma esplêndida realidade. A presença das bibliotecas na vida norte-americana é um fato impressionante. É uma presença viva, atuante, dinamicamente integrada no sistema educacional, na política e na economia tanto das grandes como das pequenas cidades e das comunidades rurais. De modo que ao proclamarmos ser a biblioteca mais importante do que a própria escola, nos programas de educação de base, não lançamos uma frase oca, não emitimos uma idéia irresponsável, não enunciamos uma hipótese ainda por verificar. Trata-se de uma experiência centenária, que começou na Inglaterra, em 1850, com as chamadas *Free Public Libraries*. A conhecida frase de Carlyle – "A biblioteca pública é a universidade do povo; a verdadeira universidade é uma coleção de bons livros" – foi inspirada por esse movimento. Exprime uma vivência. Não é, como pensam alguns, uma frase retórica e sem conteúdo. Nos Estados Unidos, onde tudo parece ter sido multiplicado por mil – graças à generosidade que é, como assinala Jacques Maritain, uma das "características básicas do povo norte-americano" (18: 54) – as bibliotecas públicas atingiram como que a plenitude. Inspirados por modernas técnicas comerciais, bibliotecários idealistas e dinâmicos transformaram as bibliotecas em "supermercados de informação, idéias e sonhos". É desta maneira expressiva que Byron Hopkins caracteriza a biblioteca por ele organizada em East Orange, Nova Jersey: biblioteca com grande área para estacionamento de automóveis, paredes de vidro, estantes intensamente iluminadas e música melodiosa. Na Biblioteca Pública de Louisville, Kentucky, que tivemos oportunidade de visitar em fevereiro de 1961, os leitores podem levar para casa, por empréstimo, tantos livros quantos quiserem e também filmes, discos e quadros com reproduções de pinturas célebres, antigas e modernas. Para isto a biblioteca dispõe, à entrada, de carrinhos iguais aos dos supermercados, e também empresta bolsas e até guarda-chuvas. A Biblioteca Pública de Louisville dispõe de duas estações de rádio e uma de televisão. Ela está, assim, armada com todos os modernos processos de educação das massas. Penetra em todos os lares tanto pelos livros, filmes, discos e gravuras que empresta como pelos programas educativos que transmite. Entre a biblioteca e a comunidade existe uma verdadeira integração. Lasso de La Vega não exagera, portanto, quando afirma que "os Estados Unidos são, em grande parte, obra e criação dessa instituição maravilhosa, que em nenhuma povoação falta e cujos serviços se estendem a todo núcleo de população, seja granja ou rancho, prisão ou fábrica, hospital ou quartel"(13: 7).

3. SITUAÇÃO BRASILEIRA: AUSÊNCIA TOTAL DAS BIBLIOTECAS NOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO DE BASE

O bibliotecário brasileiro que visita os Estados Unidos só pode regressar pessimista. Que fizemos nós, em nosso país, em matéria de bibliotecas? Fizemos fichas e nada mais! Em alguns estados construíram-se grandes e belos edifícios. Há escolas de biblioteconomia. Há um Instituto Nacional do Livro e um Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. É possível que em muitas bibliotecas seus responsáveis possam dizer que os serviços estão em dia. Todos os livros tombados, classificados, catalogados e alguns até emprestados. Mas qual a biblioteca da qual se possa dizer que atua como agência educacional? Qual a biblioteca da qual se possa dizer que serve à comunidade inteira? Qual a biblioteca que é levada realmente a sério pelas autoridades?

Há, no Brasil, uma Campanha Nacional de Educação Rural. Consta do Regulamento dessa Campanha, que é de 1952, o seguinte: "Entende-se por educação de base, ou educação fundamental, o mínimo de educação geral que tem por objeto ajudar as crianças, adolescentes e adultos a compreenderem os problemas peculiares ao meio em que vivem, a formarem uma idéia exata de seus deveres e direitos individuais e cívicos e a participarem eficazmente do progresso econômico e social da comunidade a que pertence. Essa educação é educação de base porque se destina a proporcionar aos indivíduos e às comunidades o número de conhecimentos teóricos e técnicos indispensáveis a um nível de vida compatível com a dignidade humana e com os ideais democráticos, e porque, sem ela, as atividades dos serviços especializados (médicos, sanitários, agrícolas) não seriam plenamente eficazes"(1: 26).

Esta definição, que é também a da O.N.U. e de suas agências especializadas, pode ser a definição da biblioteca pública, tal como é encarada em diversos países. A própria UNESCO reconhece isto. Em 1950, esta Organização patrocinou, na Suécia, todo um seminário sobre a "função das bibliotecas na educação de adultos e na educação fundamental". As conferências internacionais sobre educação de adultos (Dinamarca, 1949; Canadá, 1960) vêm encarecendo a necessidade de integração das bibliotecas nos programas de educação de adultos. Há mesmo um *manifesto* no qual a UNESCO proclama sua fé na "biblioteca pública como força viva para a educação popular e o crescimento da compreensão internacional e o fomento da paz"(24). Mas a Campanha Nacional de Educação Rural, que tão bem soube enunciar os seus objetivos, até hoje não se preocupou com a organização de bibliotecas, como tinha obrigação de fazê-lo, pelo menos por meio de acordos com o Instituto Nacional do Livro e com o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. Não podemos compreender campanhas de alfabetização e de educação de base sem uma rede de bibliotecas que lhes assegure permanência. É precária a alfabetização e a

educação de base que se apóiam exclusivamente em aulas, sem incutir nos alfabetizados e nos educandos o gosto e o hábito da leitura. Sem oferecer-lhes boas bibliotecas, nas quais esse gosto e esse hábito continuem a ser estimulados, durante e depois dos cursos e campanhas. A conseqüência lógica dessa situação é o impressionante fenômeno da *regressão ao analfabetismo,* que se nota em toda a América Latina e já começa a preocupar os técnicos da UNESCO. Alfabetização e educação de base sem bibliotecas é, portanto, trabalho perdido, semente boa, mas lançada em terreno sáfaro.

4. BIBLIOTECAS ECOLÓGICAS

Evidentemente, não é de bibliotecas como as que existem no Brasil que os programas de alfabetização e de educação de base podem esperar o indispensável apoio. Nossas bibliotecas públicas se ressentem de muitos e diversos defeitos: edifícios e móveis inadequados, orçamentos exíguos, processos técnicos e administrativos antiquados, pessoal incompetente etc. Parece-nos, entretanto, que o maior defeito é aquilo que um marxista chamaria de alienação, isto é, seu alheamento da realidade temporal e espacial. Além daquele conjunto de livros que constituem o patrimônio cultural da humanidade e da nação, devem as bibliotecas públicas orientar sua política de aquisições em dois sentidos: o dos problemas atuais do Brasil e do mundo e o das necessidades locais. A ênfase em publicações que interessem diretamente ao comércio, à indústria e à agricultura do lugar daria às bibliotecas a integração ao meio de que necessitam para se constituírem em base da educação fundamental. Teríamos,assim, verdadeiras bibliotecas ecológicas, de inegável importância para os programas daquele tipo de educação.

Com este propósito, muitas noções devem ser revistas. Uma delas é a de que as bibliotecas são "templos do saber" e, como tais, devem ter aparência vetusta e exigir dos freqüentadores paletó e gravata. Lasso de La Vega disse uma vez, justificando a necessidade da biblioteca apresentar-se de modo atraente, que ela tem de lutar com todas as seduções de uma cidade: o cinema, o teatro, a boate, o bar, o estádio etc. Eis por que as modernas bibliotecas norte-americanas se apresentam com o aspecto atraente dos supermercados, cheias de vidros, luzes e música. Não é possível que, diante de tantas atrações oferecidas aos jovens, continuem as bibliotecas com aparência severa e rígido código do que é proibido fazer. Na Biblioteca Pública de Louisville, os cartazes que pedem "silêncio" foram substituídos por outros que dizem: "Pense". Também os sistemas de classificação devem ser adaptados, no sentido de atrair os consulentes. Na Biblioteca Pública de East Orange, os assuntos dos livros são indicados, nas estantes, por frases sugestivas, como, por exemplo, em vez de "Religião", a frase: "Eu creio nisto"; em vez de "Geografia", a frase: "O mundo

que nos rodeia"; em vez de "Psicologia", a frase: "Nossa vida mental"; em vez de "Biografias", a frase: "Vidas ilustres" etc.

5. INTEGRAÇÃO DAS BIBLIOTECAS NO SISTEMA EDUCACIONAL DO PAÍS

O desprezo ou, pelo menos, o esquecimento das bibliotecas não ocorre apenas no setor da educação de base. Podemos dizer que todo o sistema educacional brasileiro se ressente dessa falta. Nota-se algum progresso no ensino superior, mas, mesmo aí, a biblioteca não é, como deveria ser, objeto dos maiores cuidados. Não há universidade brasileira cujo serviço de bibliotecas esteja em primeiro plano. Em primeiro plano estão sempre os hospitais de clínicas, em edifícios suntuosos, enquanto as bibliotecas esperam dias melhores em prédios adaptados. Não é isso o que ocorre nas universidades norte-americanas. Entramos nos *campi* de Harvard, de Colúmbia, de Princeton, de Louisville, de Illinois, de Chicago, de New York, e vemos que os edifícios mais imponentes são os das respectivas bibliotecas. Desta simples observação concluímos que nas universidades norte-americanas as bibliotecas têm, de fato, a primazia das atenções docentes e discentes. Não há hospital de clínicas ou outro departamento universitário que lhes dispute essa primazia.

Os próprios estudantes brasileiros, em geral, não se dão conta da importância das bibliotecas – eis que promovem debates sobre a necessária "reforma universitária", mas nem de leve se referem às deficiências das bibliotecas, com verbas insuficientes, serviços técnicos e administrativos anacrônicos, instalações inadequadas.

Reclamamos, para corrigir esta situação, o trabalho em comum de bibliotecários e educadores e a colaboração íntima entre o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, o Instituto Nacional do Livro, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação e as Campanhas do Ministério da Educação e Cultura.

6. BIBLIOTECAS NA ERA DA AUTOMAÇÃO

Houve quem pensasse no desaparecimento ou, pelo menos, no desprestígio do livro em face dos processos audiovisuais de comunicação. O próprio Otlet, que foi o pai da documentação, admitia ser esta apenas "um dos departamentos de uma classe mais geral: a dos meios de informação e de comunicação" (23: 217). "O livro – escreveu ainda Otlet – é simplesmente um meio: não é um fim. Outros meios existem e vão, pouco a pouco, satisfazendo mais do que o livro e o substituindo". E acrescentava, exemplificando: "as exposições universais

substituem vantajosamente os tratados de geografia; a história torna-se conhecida do grande público por meio das óperas; os museus atraem a atenção para as ciências". Poderia ter dito mais: as estações de rádio e de televisão, quando bem orientadas, como na Inglaterra, são verdadeiras universidades do povo e podem contribuir para a instrução e a educação em todos os graus. Nada disto, entretanto, diminui a importância do livro ou das bibliotecas, principalmente em nossos dias, quando o excesso de horas de lazer provocado pela automação requer de todos os tipos de instituições – culturais, religiosas ou simplesmente lúdicas – um esforço comum no sentido do que Gilberto Freyre chamou de "organização do lazer", mais importante, como disse o nosso grande sociólogo, do que a própria "organização do trabalho", em sociedades automatizadas como as que já existem "no Ocidente europeu e na América saxônica" (6: 21). Neste ponto, podemos dizer de Otlet o que já se disse do apóstolo São Paulo, isto é, que as muitas letras o fizeram delirar. Os livros não foram nem serão substituídos pelos processos audiovisuais. Na era da automação haverá lugar para todos os meios de informação e de comunicação, mesmo os mais antigos, como o livro. Pois, afinal de contas, como afirmou Mallarmé, "tudo existe para acabar em livro".

CONCLUSÕES

1ª) As necessidades inadiáveis da ciência e da indústria estão fazendo com que as bibliotecas públicas se dediquem às tarefas de informação científica, que devem ser cometidas às bibliotecas especializadas e aos centros de documentação. Essa mudança de rumo nos parece perigosa porque representa uma fuga das bibliotecas públicas à sua finalidade essencial e tradicional, que é a educação de adultos e a democratização da cultura.

2ª) Nenhuma outra instituição supera a biblioteca pública nessa tarefa. A educação de adultos está no cerne da própria definição de biblioteca pública.

3ª) Para realizar a sua missão como educador de adultos, o bibliotecário precisa receber formação mais adequada nos cursos ou escolas de biblioteconomia, que devem incluir matérias como antropologia, sociologia, psicologia etc.

4ª) A formação de bibliotecários e documentalistas pode ter uma base comum, humanista, mas não há porque fornecer aos dois tipos de especialistas os mesmos conhecimentos complementares. Ministrem-se aos documentalistas os conhecimentos científicos do campo em que eles vão atuar e aos bibliotecários as matérias básicas dos educadores, como antropologia, sociologia, psicologia etc.

5ª) Não existe coordenação entre os órgãos públicos especificamente biblioteconômicos – Biblioteca Nacional, Instituto Nacional do Livro, Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação – e os pedagógicos - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, CAPES etc. Dessa necessária coordenação depende a integração das bibliotecas públicas nos programas de educação de base.

6ª) O exemplo de biblioteca pública que se conhece no Brasil não é satisfatório. Os programas de educação de base exigem bibliotecas ecológicas, perfeitamente integradas na vida econômica e social de cada município.

DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA

1. BRASIL. Campanha Nacional de Educação Rural. *Regulamento*. Revista da Campanha Nacional de Educação Rural, Rio de Janeiro 6 (8): jan./jun. 1959.

2. BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto nº 50.370, de 21-3-1961: *Dispõe sobre um programa de educação de base, e adota medidas necessárias à sua execução através de Escolas Radiofônicas nas áreas subdesenvolvidas do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste do País, a ser empreendida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.* *Diário Oficial*, Brasília, 22 mar. 1961, retificado em 23 mar. 1961. *Coleção das Leis de* 1961 (Rio de Janeiro) Dep. de Imprensa Nacional, 1961, v. II, p. 486-487.

3. BRIET, Suzanne. *Qu'est-ce que la documentation* ?. Paris, Éditions Documentaires, Industrielles et Techniques, 1951. 48 p. (Collection de documentologie, 1).

4. DUMAZEDIER, Joffre & Hassenforder, Jean. Le loisir et le livre; éléments pour une sociologie de la lecture. *Bulletin des Bibliothèques de France*, Paris 4(6): 269-302, juin 1959.

5. ELVIN, Lionel. Que es la educación fundamental ?. *La Educación*, Washington 1(3): 56, jul./set. 1956.

6. FREYRE, Gilberto. Arte, ciência social e sociedade. *Revista da Escola de Belas-Artes de Pernambuco*, Recife 2(1): 17-30, 1957.

7. GREENAWAY, Emerson. *The librarian and adult education.* Library Quarterly, Chicago 31(1): 25-32, Jan. 1961.

8. GRILLO, Sylvia de Queiroz. A educação de adultos e a biblioteca. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro 3(3): 68-77, set. 1939.

9. HOULE, Cyril. *Funcion de las bibliotecas en la educación de adultos y en la educación fundamental. Informe sobre el seminario de Malmo por Cyril O. Houle, director del seminario, con los informes preparados por Yvonne Oddon, Lachlan F. MacRae y otros.* Paris, UNESCO, 1951, viii-195 p. (Manuales de la UNESCO para las bibliotecas publicas, 4).

10. JOHNSON, Alvin Saunders. Origens da educação de adultos através da biblioteca. *Revis-*

ta do Serviço Público, Rio de Janeiro 1 (3): 81-84, mar. 1942.
Transcrição do livro *The public library, a people's university* (New York, *American Association for Adult Education*, 1948. ix-85 p. *Studies in the social significance of adult education in the United States*, 9).

11. KIRKEGAARD, P. Education of readers taste. In: Congresso Internacional de Bibliotecas e Centros de Documentação. Bruxelas, 1955. *Preliminary reports.* La Haye, M. Nijhoff, 1955, vol. I, p. 130-132.

12. LANGLOIS, Charles-Victor. Les bibliothèques populaires. In: *Questione d'histoire et d'enseignement* ... nouvelle série ... Paris, Hachette, 1906, p. 293-320.
Article-programme du Bulletin des Bibliothèques Populaires, dont le premier numéro a paru en janvier 1906.

13. LASSO DE LA VEGA Y JIMENEZ PLACER, Javier. *Manual de biblioteconomia; organización tecnica y cientifica de las bibliotecas.* Madrid, Mayfe, 1952. xvi-718 p.

14. Bibliotecário e documentalista, uma divergência e um problema. Trad. de Lygia N. Fernandes. *Revista do Serviço Público,* Rio de Janeiro 86 (3): 137-155, mar. 1960.

15. LENGRAND, Paul. La educación de adultos. *La Educación,* Washington 1 (4): 4-8, oct./dic. 1956.

16. LOURENÇO FILHO, M. B. *Educação de adultos*, M.E.C. Rio de Janeiro 2 (12): 35, jul./agosto 1959.
Carta aprovada na sessão de encerramento do 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos.

17. MARINHO, Inezil Pena. Uma experiência sobre educação de base para trabalhadores. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos,* Rio de Janeiro 24 (60): 250-254, out./dez. 1955.

18. MARITAIN, Jacques. *Reflexões sobre os Estados Unidos.* (Tradução de Manuel Bandeira) Rio de Janeiro, Fundo de Cultura (1959) 223 p.

19. MORAES, Rubens Borba de. *O problema das bibliotecas brasileiras.* Rio de Janeiro, (Casa do Estudante do Brasil) 1943, 64 p. (Série Itamati).

20. MOREIRA, João Roberto. Educação rural e educação de base. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos,* Rio de Janeiro 27 (67): 87-129, jul./set. 1957.

21. *Uma experiência de educação; o projeto piloto de erradicação do analfabetismo do Ministério da Educação e Cultura.* (Rio de Janeiro) M.E.C. 1960, 102 p.

22. MORISOT, Michel. Les loisirs, problème social. In: Laroque, Pierre, ed. *Succès et faiblesses de l'effort social français,* par Suzanne Grévise (et d'autres) Paris, A. Colin, 1961, p. 167-178.

23. NANNETTI, Guillermo. Concepto y alcance de la educación fundamental. *La Educación.* Washington 1 (3): 2-12, jul./set. 1956.

24. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *La biblioteca*

pública, fuerza viva para la educación popular. (Paris, 1949) 1 f. desd.

25. OTLET, Paul. *Traité de documentation; le livre sur le livre; théorie et pratique* . Bruxelles, Editiones Mundaneum, 1934. 443-viii p.

26. RANGANATHAN, S.R., ed. *Public library provisión and documentation problems.* Delhi, Indian Library Association; London, G. Blunt, 1951, p. 47-54.

27. REISSIG, Luis. Principios y desarrollo de la educación fundamental. *La Educación,* Washington *1* (3): 13-19, jul./set. 1956.

28. *Seminário Regional sobre o Desenvolvimento de Bibliotecas na Ásia Meridional.* Delhi (Índia), 1960. Informe resumido. *Boletím de la UNESCO para las Bibliotecas,* Paris 15 (2): 75-83, mar./abr. 1961.

29. SHERA, Jesse H. & Egan, Margaret E. Exame do estado atual da biblioteconomia e da documentação. In: Bradford, S.C. *Documentação.* Trad. de M.E. de Mello e Cunha. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961, p. 15-60.

30. THOMSEN, Cari et alii. *La biblioteca publica y la educación de adultos.* (Paris) UNESCO, 1950. x-119 p. (Manuales de la UNESCO para las bibliotecas públicas, 3).

31. UNIÃO PANAMERICANA. La educación fundamental en América. *La Educación,* Washington (3) 26-50, jul./set. 1956.

32. Desarrollo de la educación de adultos en América. *La Educacion,* Washington 4: 19-45, oct./dic. 1956.

33. VILELA, Ruth. A Biblioteca e a educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos,* Rio de Janeiro (49): 126-129, jan./mar. 1953.

DA ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS À EDUCAÇÃO PERMANENTE: PARTICIPAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA NO DESENVOLVIMENTO CULTURAL

Em outubro de 1961, atendendo a um convite de Marco Aurélio de Alcântara, tomei parte numa Semana de Promoção Social, realizada no Recife, sob os auspícios do Governo do Estado de Pernambuco, então chefiado por Cid Sampaio. Minha comunicação – "Importância da biblioteca nos programas de alfabetização e educação de base" – foi posteriormente publicada pela *Revista do Serviço Público* (1), aparecendo agora na presente coletânea.

Convidado pela comissão organizadora do XI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, para debater uma conferência de Pierre Furter sobre "bibliotecas e educação permanente", reli aquela comunicação de 1961, verificando que ela pode ser útil a quem deseje saber como o problema evoluiu, sendo oportuno falar, vinte anos depois, sobre seu estado atual.

O fato mais importante foi, sem dúvida, o questionamento da pedagogia tradicional e, conseqüentemente, o da instituição escolar. Parafraseando conhecida observação de Karl Marx, podemos dizer que os pedagogos trataram até agora de interpretar a educação, sendo necessário transformá-la. É o que Pierre Furter denomina, em livro publicado no ano de 1973, "a passagem da pedagogia à andragogia" (2, p. 70). A educação é hoje encarada, como assinala magistralmente Furter, "um processo em que cada um aprende a se formar e a se informar a fim de transformar-se e transformar o mundo" (2, p. 73).

Do questionamento da instituição escolar surgiram várias constatações. Uma

Comentário ao trabalho de Pierre Furter, conferencista oficial do tema central do XI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (João Pessoa, janeiro de 1982)

delas é a de que a alfabetização não tem um fim em si mesma nem é um valor absoluto. Gilberto Freyre foi quem primeiro, no Brasil e talvez no mundo, desmoralizou o mito da alfabetização *tout court,* com a maravilhosa *trouvaille* de que "um analfabeto da Espanha vale mais, como personalidade humana, do que um congresso inteiro de rotarianos reunido em Chicago".

Também deixou de ter sentido a tradicional dicotomia entre formação da criança e do adulto. Como observa Pierre Furter em outra de suas notáveis obras, não é mais possível "dividir a vida humana em duas partes distintas: o tempo da aprendizagem (da infância até a adolescência) e o tempo da maturidade, onde se goza do aprendizado" (3, p. 64).

Mas, como assinala Bertrand Schwartz, a pedagogia e a andragogia "não podem ser concebidas senão no contexto da educação permanente" (4, p. 42). Como Furter, Schwartz é autor de trabalhos indispensáveis a quem deseje aprofundar-se na matéria. O extenso e profundo relatório por ele apresentado à Fundação Européia da Cultura, já publicado no Brasil, está cheio de referências ao papel da biblioteca em qualquer política nacional de cultura (5, p. 69, 204-205, 208, 229-279 e 288-400).

No conceito de educação permanente está implícita a idéia de continuidade do processo educativo, que se inicia na infância e prossegue por toda a vida. Mas, quando em todo o mundo a alfabetização de adultos já havia sido substituída pela educação permanente, surge entre nós o Movimento Brasileiro de Alfabetização. E surge com a arrogância típica dos impostores, exibindo gráficos, diagramas, organogramas, fluxogramas e toda a parafernália com que os tecnocratas costumam iludir políticos e governantes incautos. O Mobral foi um daqueles "paliativos rápidos e violentos" a que se refere Pierre Furter, aludindo às chamadas campanhas de alfabetização (2, p. 26). E seu fracasso se explica, entre outros motivos, por não dispor o Brasil de uma rede nacional de bibliotecas públicas, tal como esse tipo de biblioteca é entendido em outros países, principalmente – e desde longa data – pelos ingleses e norte-americanos (6).

Aqui é onde a, sob outros aspectos, notável conferência de Pierre Furter merece um reparo da parte dos especialistas em biblioteconomia. Ele parece não conhecer a distinção essencial entre biblioteca nacional e biblioteca pública, ao enumerar entre as funções específicas desta as de ser *"conservatório* e *depósito* dos escritos indispensáveis ao desenvolvimento cultural de uma região ou de um país" (grifos dele). Sua crítica ao Centro de Arte e Cultura Georges Pompidou, que chama injustamente de "caricatura em pleno centro de Paris", decorre dessa indistinção, lamentável numa comunicação tão rica de sugestões para os bibliotecários.

Parece hoje definitivamente assentado entre especialistas no planejamento de sistemas nacionais de informação que uma rede bibliotecária deve ser integrada por diferentes tipos de unidades, a saber: bibliotecas nacionais, bibliotecas universitárias, bibliotecas especializadas e bibliotecas públicas (7, p. 51-52 *et passim*). É claro que esses diferentes tipos ou categorias de bibliotecas devem funcionar como os "elementos em interação" de que fala Bertalanfy em seu conhecido conceito de sistema. Todas devem contribuir para a política nacional de educação permanente. Mas compete à biblioteca pública o papel mais importante e o envolvimento mais vertical nessa política. As bibliotecas nacionais, as universitárias e as especializadas têm outros objetivos primordiais.

O Centro Pompidou é, como observa Pierre Furter, uma casa da cultura gigantescamente construída em torno de uma biblioteca; entretanto, longe de ser uma caricatura, como pensa Furter, trata-se de instituição modelar. Basta recordar que ali se estabeleceu, pela primeira vez em todo o mundo, a supremacia da *informação* sobre o *documento:* em vez da tradicional separação dos documentos segundo a natureza de cada um – bibliográficos, iconográficos, cartográficos, fonográficos, audiovisuais – estão todos reunidos de acordo com os assuntos de interesse dos usuários. Por isso ela se chama Biblioteca Pública de Informação(8).

Se o que Pierre Furter considera "caricatura" for o estilo arquitetônico do Centro Pompidou, é porque, para ele, os edifícios de bibliotecas devem ser augustos e solenes. Podemos concordar em que os das bibliotecas nacionais continuem com o aspecto de "templos do saber". A arquitetura da biblioteca pública, entretanto, deve ser aberta e transparente, exatamente como acontece com o Centro Pompidou, do qual afirma o grande especialista em animação cultural qué é Jacques Rigaud: "Beaubourg, ce doit être la culture sur la place, non plus dans le temple" (9, p. 88).

Estes reparos, entretanto, não me impedem de reconhecer o que há de positivamente criativo na comunicação de Pierre Furter, cujos trabalhos anteriores muito contribuíram para esclarecer minha própria posição com referência à supremacia da educação permanente em relação à pura e simples alfabetização, no estabelecimento de uma política nacional de cultura. Ele desenvolve cinco teses, estando eu em desacordo apenas com a primeira. Não que desconheça a necessidade – mais importante ainda em países em processo de um desenvolvimento quase sempre descaracterizador de culturas nacionais, regionais e locais – de contribuírem as bibliotecas nacionais para a preservação das heranças culturais das respectivas nações. O depósito legal, tanto quanto a publicação das bibliografias nacionais retrospectivas e correntes, são alguns dos meios de que as bibliotecas nacionais se utilizam com este objetivo. As bibliotecas públicas têm outros objetivos, mais adequados aos programas de educação permanente.

cas públicas têm outros objetivos, mais adequados aos programas de edu cação permanente.

Pierre Furter diz muito bem, na segunda tese de sua comunicação, que somen te quando fazem parte integrante de "uma estratégia que visa a estabelecer re des de educação permanente", podem as bibliotecas contribuir para o desen volvimento cultural". Tese tão indiscutível quanto a terceira: "A biblioteca também um lugar de participação". O que me faz pensar – perdoe-se a not pessoal – em minha própria definição de biblioteca, que é menos uma coleçã de documentos do que assembléia de usuários da informação(10).

Na quarta tese – "ler é também escrever" – Pierre Furter desenvolve idéia apresentadas em algumas das melhores páginas de seu já citado livro – *Edu cação permanente e desenvolvimento cultural.* Reagindo contra o primado d leitura nos programas de alfabetização, ele defende "uma pedagogia de *ex pressão"* e conclui: "Uma alfabetização orientada para a expressão e não par o consumo é também uma alfabetização que faz do outro *sujeito* de sua próprii atividade e, conseqüentemente, agente da sua transformação social. Não s trata somente de ampliar o círculo de informação, mas de permitir que as mas sas marginais e marginalizadas participem da criação social" (2, p. 57).

Chegamos, finalmente, à quinta tese, na qual o autor desenvolve um dos ponto da Declaração Universal dos Direitos do Homem: aquele que se refere à liber dade de expressão, de livre circulação da informação e de discussão. Record para concluir, que tais liberdades foram incorporadas pela American Librar Association à Carta dos Direitos da Biblioteca, sendo evidente que, sem ela não existe educação permanente(11).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FONSECA, Edson Nery da. Importância da biblioteca nos programas de alfabetizaçã educação de base. *Revista do Serviço Público* (Rio de Janeiro) v. 94, n. 3, p. 99-1 jul./set. 1962.

2. FURTER, Pierre, *Educação permanente e desenvolvimento cultural.* Trad. de Teresa Araujo Penna. Petrópolis, Vozes, 1974. 221 p. (Col. Educação e tempo presente, 11).

3. FURTER, Pierre. *Educação e reflexão.* Petrópolis, Vozes, 1966. 73 p. (Col. Educaçã tempo presente, 1).

4. SCHWARTZ, Bertrand. Reflexões sobre o desenvolvimento da educação permanen *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (Rio de Janeiro) v. 51, n. 113, p. 41-1 jan./mar. 1969.

5. SCHWARTZ, Bertrand. *Educação amanhã; um projeto de educação permanente, promovido pela Fundação Européia da Cultura.* Trad. de Paulo Rosas. Petrópolis, Vozes, 1976. 407 p. (Col. Educação e tempo presente, 12)

6. TOTTERDELL, Barry, ed. *Public library purpose, a reader.* London, Bingley; Hamden, Conn., Linnet Books, 1978. 159 p. RAYWARD, W. B., ed. *The public library: circumstances and prospects.* Chicago, University of Chicago Press, 1978. 162 p.

7. PENNA, Carlos Victor et alii. *National library and information services: a handbook for planners.* London, Butterworths, 1977. 230 p.

8. AFFEULPIN, Gustave. *La soi-disant utopie du Centre Beaubourg.* Paris, Editions Entente, 1976. 199 p.
MOLLARD, Claude. *L'enjeu du Centre Georges Pompidou.* Préf. de Robert Bordaz. Paris, Union Générale d'Éditions, 1976. 308 p. (Col. 10/18, 1104).
BORDAZ, Robert. *Le Centre National d'Art et de Culture Georges Pompidou.* Paris, Société d'Édition et de Diffusion des Produits de Presse et Audio-visuels, 1977.98 p. (Separata do n. 46 de CREE), jan./fév. 1977.

9. RIGAUD, Jacques. *La culture pour vivre.* Paris, Gallimard, 1975. 307 p.

10. FONSECA, Edson Nery da. Tudo o que no mundo existe começa e acaba em livro. *Ciência da Informação* (Brasília) v. 10, n. 1, p. 5-11, 1981.

11. OBOLER, Eli M. Censorship and intellectual freedom. In: *ALA Encyclopedia of library and information services.* Chicago, American Library Association, 1980, p. 124-127.

DE NÍNIVE A BEAUBOURG

Este painel se insere na terceira parte da programação do curso intitulada: *Manifestações culturais: instituições que se ocupam de sua preservação, guarda, difusão e administração.*

Depois de conferências e debates sobre conceituação e dinâmica das instituições culturais, em geral, e na América Latina, em particular, tratou-se especificamente do museu, do arquivo e, hoje, chegou a vez da biblioteca.

O ideal seria que os convidados para falar sobre o tema biblioteca tivessem comparecido às conferências e debates anteriores ou, pelo menos, às relacionadas com o museu e o arquivo. Os compromissos docentes a que estão ligados não permitiram que isto ocorresse, de modo que, como nos versos de T. S. Eliot em *The Hollow Men,* "Between the idea / And the reality / Between the motion / And the fact / Falls the Shadow".

Tentemos espantar a sombra, procurando superar a omissão com breves considerações gerais sobre o denominador comum que existe entre o museu, o arquivo e a biblioteca.

Esse denominador comum foi estabelecido por Paul Otlet (1868-1944) em seu *Traité de Documentation,* publicado em 1934, ao estudar as três instituições como órgãos de documentação. Este novo campo do saber, sistematizado por Otlet – que era um *scholar* preocupado com a unidade fundamental dos conhecimentos – procura estudar as técnicas de reunião, organização e difusão de documentos(1).

Texto lido em painel sobre museus, arquivos e bibliotecas, de um curso promovido pelo antigo Centro Nacional de Referência Cultural, em 23 de novembro de 1978.

Um conceito muito amplo de documento foi enunciado por Otlet no Congresso de Documentação Universal, realizado em Paris, no ano de 1937. "Documento – exemplificou ele então, de modo magistral – é o livro, a revista, o jornal; é a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música; é também, atualmente, o filme, o disco e toda a parte documental que precede ou sucede a emissão radiofônica" (e audiovisual, como hoje teremos de acrescentar). Ele falou também dos *objetos documentais*, que são "as amostras, espécimes, modelos, fac-símiles e, de maneira geral, tudo o que tenha caráter representativo a três dimensões e, eventualmente, em movimento"(2).

Como, entretanto, os documentos não têm um fim em si mesmos, pois são apenas suportes materiais da informação, esta é que passou a ser a palavra-chave da ligação entre ciências e entidades tradicionalmente independentes. Já na década 60, algumas organizações e publicações substituíram, em seus títulos, a palavra *documentação* pela expressão *ciência da informação.* O American Documentation Institute, por exemplo, fundado em 1937, adotou, em 1968, o nome de American Society for Information Science e sua revista *Documentation Abstracts,* iniciada em 1966, passou a denominar-se em 1968, *Information Science Abstracts.*

Em setembro de 1974, sob os auspícios da UNESCO e com a cooperação da Federação Internacional de Documentação, da Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e do Conselho Internacional de Arquivos, realizou-se em Paris uma Conferência Intergovernamental sobre Planejamento das Infra-Estruturas Nacionais de Documentação, Bibliotecas e Arquivos. Dessa conferência emergiu o moderno conceito de sistemas nacionais de informação, conhecidos pela abreviatura NATIS(3).

Note-se que da Conferência Intergovernamental de Paris não participou o Conselho Internacional de Museus e que nos documentos dela emanados, embora salientando que o conceito de NATIS compreende todos os serviços que produzem informação para todos os setores da comunidade e para todas as categorias de usuários, não se fala em informação museológica. De modo que o conceito de documentação de Paul Otlet me parece mais abrangente do que o da UNESCO.

Entretanto, Paul Otlet não conheceu vários serviços que se inserem naturalmente no conceito de NATIS, como o banco de dados e a disseminação seletiva da informação (em inglês, SDI). O primeiro pode ser definido como aquele que armazena dados e os organiza de modo a torná-los disponíveis sob múltiplos aspectos, graças ao processamento eletrônico; dados, por sua vez, são expressões (numéricas ou não) de fatos, conceitos e instruções: o banco de dados distingue-se dos serviços de documentação na medida em que permite

cálculos mais ou menos complexos operados sobre os dados. A disseminação seletiva da informação consiste no fornecimento regular de informação científica ou técnica a usuários individuais ou coletivos, sobre temas predeterminados e de acordo com o perfil de interesse de cada usuário.

Há, evidentemente, um fio de Ariadne que liga as cogitações de Paul Otlet e Henri La Fontaine – quando organizaram, em 1895, o Repertório Bibliográfico Universal – e as dos especialistas que propuseram à UNESCO o programa UNISIST, destinado ao estabelecimento de um sistema mundial de informação científica(4). Desse programa – tanto quanto do Controle Bibliográfico Universal e dos detalhes do próprio NATIS – ocupar-se-á, ainda esta manhã, a professora Cordélia Robalinho Cavalcanti.

A idéia da integração dos serviços de documentação, biblioteca e arquivo em sistemas nacionais de informação pode parecer conflitante com a tradicional distinção entre diferentes categorias de biblioteca. Não sendo rigidamente distintas, essas categorias tendem a diminuir gradualmente, na medida em que um sistema nacional se desenvolve e se aperfeiçoa. Entretanto, como salientam Penna, Foskett e Sewell, "para efeito de análise comparativa e de planejamento, é necessário categorizar as bibliotecas" (5, p. 51).

Foi com este pensamento que sugerimos a divisão do tema biblioteca, ficando comigo a biblioteca nacional e a biblioteca pública, com a Professora Nice Figueiredo a biblioteca universitária e a biblioteca especializada, e com a Professora Cordélia Robalinho Cavalcanti os sistemas nacionais de informação. É possível admitir uma terceira categoria – a biblioteca escolar – e até uma quarta, a biblioteca infantil. Mas tanto os usuários de uma categoria como os da outra podem ser perfeitamente atendidos por uma biblioteca pública digna deste nome.

Sabe-se da existência de bibliotecas nas mais antigas civilizações, como a da Suméria. No Museu Britânico, no Louvre e até no museu da Universidade de Filadélfia, existem placas de barro com inscrições que, decifradas, comprovaram a existência de coleções classificadas e catalogadas. Coleções, evidentemente, não de livros como os conhecemos hoje, mas na sua forma e matéria mais remotas, que foram as chamadas tábulas de argila ou de pedra (6, p. 263-268). Alguns especialistas em história das bibliotecas consideram como primeira biblioteca nacional a que o rei Assurbanipal estabeleceu em Nínive, no século VII A.C. (7, p. 20).

Não seria oportuno discutir aqui este problema de interesse puramente histórico. Mas a citação de Assurbanipal não é despropositada, porque muitas bibliotecas nacionais foram, antes, bibliotecas reais, como a de Paris, a de Viena, a

de Estocolmo, a de Haia e até a do Rio de Janeiro. Na Europa, as bibliotecas nacionais datam, quase todas, dos séculos XVI e XVII, apontando-se entre suas origens, além da já citada transformação de antigas bibliotecas reais, a secularização de bibliotecas monásticas e a compra ou doação de coleções particulares, de que são exemplo a do Museu Britânico e a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos. No Novo Mundo, as bibliotecas nacionais somente surgem no século XIX: a dos Estados Unidos (The Library of Congress) em 1800, a do Brasil em 1808, a da Argentina em 1810, a do Peru em 1821, a do Chile em 1823, a do México em 1857 etc.

De acordo com a moderna concepção, designa-se como nacional a biblioteca para a qual são obrigatoriamente enviadas todas as publicações impressas no território da nação. Neste moderno sentido, podemos dizer que a biblioteca do rei Carlos V foi, desde 1617 – quando seu diretor J. A. de Thou conseguiu aquela obrigatoriedade – uma biblioteca nacional, embora, na época, se chamasse oficialmente Bibliothèque du Roy (8, p. 860). O nome, aliás, ainda hoje pouco importa, porque, como se sabe, são bibliotecas nacionais, por exemplo, o Departamento de Impressos do Museu Britânico, a Biblioteca do Congresso de Washington, a Biblioteca Pública Municipal do Porto. Podemos até citar um caso curioso, que é o da existência, em um país, de biblioteca nacional de outro país: o Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, que recebe todas as publicações impressas em Portugal.

Com o advento de outros *media*, além dos bibliográficos, a biblioteca nacional passou a receber discos, fitas e outras formas de registro do som, filmes e outros documentos audiovisuais, de modo que seu acervo representa o patrimônio cultural da nação. A esse acervo – que é nacional pela origem, mas pode ter, evidentemente, interesse universal pelo conteúdo – costuma-se acrescentar toda a documentação de interesse nacional produzida em outros países e as obras mais significativas da cultura de todos os tempos e lugares.

Por causa do seu principal objetivo – que é o de preservar para a posteridade o acervo documental da nação – a biblioteca nacional deve ser utilizada somente por pesquisadores qualificados e, no interesse do serviço público, por funcionários do governo. Outras funções geralmente atribuídas à biblioteca nacional são: publicar a bibliografia nacional corrente e retrospectiva ou servir como fonte de pesquisa para sua publicação por outro serviço governamental ou comercial; organizar o intercâmbio nacional e internacional de publicações e informações; coordenar a rede nacional de bibliotecas, atuando como unidade central do sistema nacional de informação.

A biblioteca pública surge nos séculos XIX e XX como conseqüência do desen-

volvimento da tipografia, do advento das modernas democracias e da expansão da educação popular (9, p. 36). Eis um tipo de biblioteca do qual se sabe, exatamente, onde e quando nasceu e quem foi seu pai. O movimento pela criação de bibliotecas públicas foi desencadeado pelo norte-americano Thomas Greenwood (1851-1908) com a obra *Free Public Libraries,* publicada em 1886 (2. ed. no ano seguinte, 3. ed. em 1890 e 4. ed. em 1891, as duas últimas com o título abreviado para *Public Libraries*). O movimento, que atingiu seu clímax entre 1890 e 1910, teve, além do pai, um padrinho rico: o milionário Andrew Carnegie (1835-1919).

Para melhor compreendermos a expressão *biblioteca pública,* é indispensável saber que essa categoria de biblioteca foi imediatamente precedida pelas chamadas "bibliotecas de subscrição". Como o nome diz, essas bibliotecas foram criadas por grupos de entusiastas para este fim associados. A primeira foi a Library Company of Philadelphia, organizada em 1731 pelo grande estadista, escritor e inventor Benjamin Franklin. Seguiram-se bibliotecas semelhantes em Newport, Rhode Island, Charleston, tendo o movimento se alongado até a Inglaterra. Ele teve uma repercussão isolada em nosso país, com a abertura na Bahia, em 4 de agosto de 1811, de uma Biblioteca Pública mantida por subscrição pública(9).

No ano de 1848, a cidade de Boston foi autorizada por lei a estabelecer e manter uma biblioteca pública, inaugurada em 1852. Mas a biblioteca pública se caracteriza tanto por ser mantida pelo povo como por estar aberta a qualquer cidadão que deseje utilizar-se de seus serviços, como observou um autor (10, p. 70), certamente inspirado pelos dizeres gravados nas portas de certas bibliotecas; na de Boston, por exemplo: "Construída pelo povo e dedicada ao progresso do saber"; ou na de New York: "Para a livre utilização de todo o povo".

Os modernos especialistas em sistemas nacionais de informação atribuem à biblioteca pública as seguintes funções: (1) servir como centro de formação, informação e recreação para a comunidade; (2) oferecer serviços especiais para crianças, para o comércio e a indústria, para cegos e vítimas de outras deficiências físicas, para hospitais, prisões e, eventualmente, para estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo graus; (3) estimular a leitura e a pesquisa; (4) fornecer a indispensável infra-estrutura para o combate ao analfabetismo (5, p. 52).

A clientela da biblioteca pública é, como se vê, a mais diversificada possível. Penna, Foskett e Sewell assim se referem a essa clientela: "A comunidade, representada por todos os níveis de educação, todas as correntes de opinião, todas as espécies de lazer, todos os grupos locais cujos interesses específicos não são atendidos por outras instituições, certos segmentos sociais peculiares,

como, por exemplo, imigrantes e deficientes e a mais forte e estreita ligação com os meios de comunicação de massa e a indústria cultural" (5, p. 33).

Para um latino-americano, estas idéias parecem utopias de futurólogos *à la* Herman Kahn. Talvez também os franceses pensassem assim, até que o grande presidente Georges Pompidou concebeu o centro multidisciplinar e de multimeios construído na colina de Beaubourg. Em livro notável – *La Culture pour Vivre* – Jacques Rigaud, que foi chefe de gabinete de Jacques Duhamel, Ministro da Cultura de Pompidou, assim se exprimiu, antecipando o que seria o Centro de Arte e Cultura Georges Pompidou:

"É para o público mais vasto, mais diferenciado e mais jovem que Beaubourg foi concebido; não se trata mais, desta vez, de abrir progressivamente a novos usuários um lugar augusto, até aqui reservado a privilegiados da cultura, porém de proporcionar-lhes um acesso de igual nível à cultura contemporânea, pelas vias do conhecimento e da sensibilidade. A própria arquitetura do centro indica esta ambição, na medida em que se faz aberta, transparente e na qual sua animação plástica não resulta de uma sintaxe decorativa, mas da vida que a circulação dos visitantes infundirá. Beaubourg deverá ser a cultura na praça, e não mais no templo. Ele simboliza todo o potencial da animação, quando se torna menos uma técnica de relações com o público do que princípio mesmo de uma ação cultural" (11, p. 88).

Estas palavras foram escritas em 1975 e Beaubourg foi inaugurado em fevereiro de 1977. Quase dois anos depois, confirma-se a previsão e concretiza-se o plano de seus organizadores. É o que demonstra recente reportagem de capa da revista *L'Express* sobre o incremento da leitura em Paris; incremento que alguns sociólogos já atribuem ao efeito multiplicador de Beaubourg, isto é, de sua Biblioteca Pública de Informação, com 16 000 m^2, 2 800 lugares, 350 000 volumes, 350 000 diapositivos, 11 000 discos, 52 000 microfichas, 1 000 filmes, 2 400 periódicos e um terminal de computador conectado com a Documentação Francesa (12, p. 76).

Fala-se, nesta excelente reportagem de *L'Express*, na existência de não-leitores, "solidamente instalados na cultura *à la carte* servida a domicílio pela televisão" (12, p. 84). Toca-se, aí, num elemento de importância vital para a biblioteca pública: o não-leitor. Não sei porque os especialistas em planejamento de bibliotecas e sistemas de informação se esqueceram do não-leitor e da atribuição que deve ter a biblioteca pública de transformá-lo em leitor. Porque o não-leitor não é apenas o analfabeto de que se ocupam as campanhas de alfabetização, tão cenográficas, dispendiosas e, afinal, inúteis. Assim como, de acordo com a sabedoria popular, o pior cego é aquele que não quer ver, podemos dizer que muito mais grave do que não saber ler é sabê-lo e permanecer

indiferente a tudo aquilo que o livro proporciona, como "campo de todas as audácias, pesquisas, aventuras, idéias", para citar novamente a reportagem de *L'Express,* tão bem escrita por Janick Jossin. Muito mais triste do que ser analfabeto é ser vítima daquele "conformismo televisado" de que fala a referida reportagem.

Permito-me concluir estas palavras com um apelo aos responsáveis pelos programas culturais aqui reunidos sob os auspícios da OEA e do CNRC: o de encararem as bibliotecas públicas, não como órgãos decorativos e ancilares, mas como elementos de importância vital para a educação e a cultura de qualquer comunidade. Para tanto, precisam elas de uma autonomia administrativa que as liberte de restrições burocráticas e orçamentárias. Somente assim elas deixarão de ser bolorentas repartições públicas, para se apresentarem como atraentes e prestimosas bibliotecas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. OTLET, Paul. *Traité de documentation; le livre sur le livre.* Bruxelles, Editiones Mundaneum, 1934. 443 p.

2. OTLET, Paul. *Documentos e documentação.* Trad. de Francisco Martins Dias Filho. Rio de Janeiro, Departamento Administrativo do Serviço Público, 1947. 31 p. (separata da *Revista do Serviço Público* 1(3): 28-31, mar. 1946: 2(1): 43-49, abr. 1946.

3. UNESCO. *NATIS; systemes nationaux d'information; objectives d'une action nationale et internationale.* Paris, 1975. 37 p. (COM. 74/NATIS/3).
UNESCO. *NATIS; national information systems; national information policy.* Paris, 1976. 26 p. (COM. 76/NATIS/6).

4. UNESCO & ICSU. *Unisist; informe del estudio sobre la posibilidad de establecer un sistema mundial de información científica.* Paris, 1971. 176 p. (SC.70/D.75/S).

5. PENNA, C. V.; FOSKETT, D.J. & SEWELL, P.H. *National library and information services: a handbook for planners.* London, Butter-worths, 1977. 231 p.

6. KRAMER, Samuel N. *A história começa na Suméria:* Trad. de Fernando Piteira Santos. Lisboa, Publicações Europa-América, 1963. 288 p. (Col. Estudos e documentos, 24).

7. OLLÉ, James G. *Library history: an examination guidebook.* London, C. Bingley, 1967. 131 p.

8. FRANCIS, Sir Frank C. Library . In: *The new encyclopaedia britannica.* 15. ed. Chicago, Encyclopaedia Britannica, 1974, Macropaedia, v. 10, p. 856-867.

9. FONSECA, Edson Nery da. A dupla significação de um centenário. *Cultura* v. 29, p. 76-80, abr./jun. 1978.

FONSECA, Edson Nery da. *A biblioteconomia brasileira no contexto mundial.* Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, em convênio com o Instituto Nacional do Livro, 1979 (no prelo).

10. THOMPSON, James. *A history of the principles of librarianship.* London, C. Bingley: Hamden, Conn., Linnet Books, 1977. 236 p.

11. RIGAUD, Jacques. *La culture pour vivre.* Paris, Gallimard, 1975. 307 p. (L'air du temps).

12. JOSSIN, Janick et alii. La France se met a lire. *L'Express* nº 1426, p. 76-84, 4/11 nov. 1978.

UM NOVO CONCEITO DE BIBLIOTECA E UMA NOVA MISSÃO PARA O BIBLIOTECÁRIO

À memória de Mauro Mota

Os fatos sociais, como ensinam seus intérpretes mais lúcidos, não obedecem a uma rígida cronologia histórica. Do século XX, por exemplo, sabe-se que começou, sob uma perspectiva fenomenológica, não em 1º de janeiro de 1900, mas com o armistício de 1918: ali terminava o século XIX e começava o atual. A aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico, que é um fenômeno de nossa época, fez com que o século XXI já tenha praticamente começado, com os vôos espaciais e os crescentes progressos da automação.

Tudo, na verdade, está mudando neste crepúsculo do século XX. Clama-se por uma nova economia, por uma nova administração, por uma nova pedagogia, por um novo teatro e um novo romance, por uma nova música e uma nova dança. A própria Igreja Católica, sempre tão conservadora, renovou por completo suas estruturas, seu governo, sua liturgia, sua ação pastoral, por iniciativa de um Papa visivelmente inspirado pelo Espírito Santo.

Se tudo se renova, se tudo está mudando para não entrarmos no século XXI com roupas e sapatos velhos, por que não mudar também os princípios e as técnicas da biblioteconomia? O advento da documentação e, depois, o da ciência da informação, serviu para sacolejar a bibliografia e a biblioteconomia tradicionais, amarradas preguiçosamente a velhas práticas e a sistemas obsoletos.

Palestra lida no Arquivo Público Estadual de Pernambuco, a convite de seu dinâmicc diretor, poeta e ensaísta Mauro Mota, em 1981.

A Biblioteconomia precisa de algo semelhante a um Concílio Vaticano II. Precisa de um vento renovador que anime os bibliotecários a jogar na lata de lixo a Classificação Decimal, o livro de tombo, os bolsos e cartões de empréstimo, as bibliografias em ordem onomástica e outras velharias inúteis.

Quando eu era estudante de Biblioteconomia, ocorreu-me um dia parodiar uns versos revolucionariamente iconoclastas de Manuel Bandeira, exclamando para os colegas: abaixo Melvil Dewey! E nunca mais consultarei o código de catalogação da Biblioteca Vaticana! Mas eu mesmo cometeria, logo depois de formado, a suprema tolice de utilizar o sistema decimal e o código da Vaticana na primeira biblioteca de cuja reorganização fora incumbido. Pecado de mocidade...

Por que proponho agora um novo conceito de biblioteca? Porque o antigo já está superado. Por que uma nova missão? Porque as mudanças sociais exigem do bibliotecário um novo *que hacer en su vida*, como já em 1935 escrevia Ortega y Gasset, falando, aliás, em um congresso internacional de bibliotecários.

Creio que a ninguém ocorreria a idéia de que um hospital é um conjunto de leitos e de mesas de operação. Ou que uma universidade é um conjunto de laboratórios e salas de aula. Por que, então, continuar-se dizendo que a biblioteca é uma coleção de livros, devidamente classificados e catalogados?

A biblioteca não existe para os livros, como o hospital não existe para os leitos e mesas de operação, ou a universidade para os laboratórios e salas de aula. Mas num antigo regimento da Biblioteca Nacional, lia-se que ela existia para conservar o seu acervo. Poderá haver maior incongruência do que o de uma biblioteca proclamar que existe para conservar suas coleções?

O leitor chegou para a biblioteca moderna como o primeiro filho chega para o jovem casal: para ele voltam-se todas as preocupações, todos os cuidados, todos os carinhos. Trata-se de uma mudança radical.

Ultimamente, com o advento de novos veículos de comunicação do conhecimento, a palavra *leitor* teve de ser substituída pela palavra *usuário*, definida por mestre Aurélio como "cada um daqueles que usa ou desfruta alguma coisa coletiva, ligada a um serviço público ou particular".

Por isso ocorreu-me propor aqui um novo conceito, de acordo com o qual a biblioteca apareceria, menos como coleção de livros – como era estaticamente encarada no passado – do que como assembléia de usuários da informação. Pois a palavra *assembléia*, como explica ainda mestre Aurélio, não indica ape-

nas congresso, sociedade ou corporação, mas primordialmente, "reunião de numerosas pessoas para determinado fim".

Trata-se, como é evidente, de um conceito dinâmico. E com graves implicações na missão do bibliotecário e, portanto, em sua formação profissional.

De acordo com o antigo conceito de biblioteca, o blibiotecário devia ser, antes de tudo, um erudito. A atividade era predominantemente bibliográfica, no sentido em que a bibliografia, como descrição de livros – definição operacional – supunha o conhecimento de todos eles: de sua origem e evolução, tanto quanto de seus conteúdos e de suas formas. Pois só conhecendo profundamente os livros, estava o bibliotecário apto a classificá-los e catalogá-los, terminando aí sua antiga missão.

Os diretores da famosa Biblioteca de Alexandria foram sábios como Zenódoto de Éfeso, Aristófanes de Bizâncio, Aristarco de Samotrácia, Calímaco de Cirene ou Apolônio de Rodes. De Zenódoto, por exemplo, sabe-se que foi quem primeiro estabeleceu o texto das obras de Homero, conhecidas antes através da tradição oral.

E desde então o bibliotecário foi sempre escolhido entre os intelectuais de maior erudição. Bibliotecário foi, por exemplo, o famoso árabe Al Khwarizmi (780-c. 847), fundador da álgebra e a quem devemos a primeira noção do processo de cálculo conhecido como *algoritmo,* palavra que derivou de seu nome, juntamente com *algarismo.* Bibliotecário foi – ainda outro exemplo – o famoso filósofo e matemático Gottfried Leibniz (1646-1716), cuja obra representa o ponto mais alto do racionalismo do século XVII, tendo sido ele, entretanto, um racionalista por assim dizer mitigado, pois já admitia elementos do irracional e do inconsciente; esse mesmo Leibniz – bibliotecário da corte do duque de Hannover – que descobriu, ao mesmo tempo que Newton, os princípios do cálculo diferencial e a quem as matemáticas devem o cálculo infinitesimal.

O mesmo ocorreu em Portugal e no Brasil. Vou recordar e procurar realçar uma informação que o Padre Serafim Leite divulgou em sua monumental *História da Companhia de Jesus no Brasil* e ali permaneceu até hoje mais ou menos esquecida: quem primeiro exerceu entre nós a função de bibliotecário foi o Padre Antônio Vieira, o famoso orador sacro e um dos homens mais sábios de sua época.

Em outro país, uma informação como essa seria aproveitada pelos bibliotecários como uma glória para sua profissão: a de ter entre seus precursores um escritor e orador de tão elevada categoria. Mas como os bibliotecários brasileiros infelizmente lêem muito pouco – alguns talvez nem saibam quem foi Antônio

Vieira e, ainda menos, Serafim Leite –, a informação (divulgada, aliás, *en passant*) ficou – repito – até hoje ignorada.

Serafim Leite citou um depoimento autobiográfico do próprio Vieira, contido numa edição portuguesa de suas *Obras Inéditas* (Lisboa, J. M. C. Seabra & T. Q. Antunes, 1856), que só consegui encontrar na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Depois de afirmar que viveu sempre mais na biblioteca do que na cela conventual, ele declara aos inquisidores do Santo Ofício sua condição de bibliotecário em todos os colégios da Companhia de Jesus (*op. cit.*, tomo I, p. 44).

Em artigo publicado pela revista *Arquivos*, do Recife, procurei salientar o pioneirismo de outro grande intelectual – este brasileiro – que deve figurar entre os precursores da biblioteconomia nacional: o bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho. Personagem invariavelmente citado pelos historiadores da educação no Brasil, por ter fundado em Olinda um seminário que foi importantíssimo centro de estudos científicos e humanísticos, Azeredo Coutinho dedicou às qualificações do bibliotecário um capítulo inteiro dos *Estatutos* que elaborou em 1798. Eleito pelo corpo docente do seminário, estabelece nos *Estatutos* que o bibliotecário devia ser um professor que melhor conhecesse bibliografia e história literária (*cf.* A biblioteca e o bibliotecário segundo Azeredo Coutinho. *Arquivos*, Recife, nova série, n. 1, p. 107-113, dezembro de 1976).

A explosão bibliográfica – fenômeno da nossa época, tão cheia de outras explosões assustadoras, como a demográfica e as nucleares – exigindo a formação em massa de bibliotecários, contribuiu para transformá-los em técnicos sem erudição. Costuma-se dizer que o bibliotecário antigo era justamente o contrário, isto é, um erudito sem conhecimento da técnica. Nada mais falso. Analisando-se o programa do primeiro curso de Biblioteconomia do Brasil – instituído na Biblioteca Nacional, em 1911, por Manoel Cícero Peregrino da Silva, e inspirado pela École des Chartes de Paris, vê-se que a matéria era encarada, não no sentido restrito de descrição de livros, e sim como conjunto de conhecimentos relativos aos textos impressos: incluindo, portanto, sua produção, classificação, catalogação e utilização.

Mesmo antes desse curso formal de Biblioteconomia, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro já formara um quadro de bibliotecários nos quais a erudição não excluía a técnica, mas uma completava a outra, como provam os trabalhos publicados nos *Anais* daquela instituição, a partir de 1876. De um desses trabalhos – o *Catálogo da Exposição de História do Brasil* – disse Fidelino de Figueiredo que "honra a cultura biblioteconômica do tempo, da plêiade a que pertenceram Ramiz Galvão, Saldanha da Gama e Vale Cabral".

Na formação do bibliotecário contemporâneo, a predominância da técnica sobre

a erudição e até a substituição de uma por outra foi desastrosa. Porque não existe nada mais triste do que um técnico ignorante, que acaba fatalmente confundindo os fins com os meios, supervalorizando os processos e cometendo o que costumo chamar de *erro biblioteconomizante:* o de pensar que a biblioteca existe para o bibliotecário.

Com a substituição, no conceito de biblioteca aqui proposto, do elemento livro ou documento pelo elemento leitor ou usuário – um conceito menos bibliocêntrico do que antropocêntrico – a formação do bibliotecário terá de incluir disciplinas que lhe possibilitem um conhecimento seguro de cada tipo de usuário. Essa formação não pode continuar a ser, como é, uniforme. É indispensável formar especialistas tanto em determinadas áreas do conhecimento como em diferentes categorias de usuários: os de bibliotecas nacionais, universitárias e especializadas, os de bibliotecas públicas, os de bibliotecas escolares e os de bibliotecas infantis.

Não se espantem se os futuros currículos de Biblioteconomia incluírem disciplinas como psicologia da infância, psicologia da adolescência, psicologia do desenvolvimento, psicologia do excepcional, psicologia da personalidade, psicologia da aprendizagem, psicologia diferencial, psicologia da criatividade, relações humanas, dinâmica de grupos. Trata-se de uma exigência da nova missão do bibliotecário, que é o de lidar menos com livros do que com leitores, menos com documentos do que com usuários da informação.

Em países subdesenvolvidos ou em processo de desenvolvimento, um elemento ainda mais importante do que o usuário é o não usuário da informação. Sobretudo o que não usa a biblioteca pública por ser analfabeto ou socialmente marginalizado. Transformá-los em usuários da biblioteca pública é a mais bela das missões para o bibliotecário de um país como o Brasil.

Desde seus primeiros manuais técnicos, a UNESCO vem insistindo na importância da biblioteca como infra-estrutura dos programas nacionais de alfabetização de adultos e de educação de base. Somente no Brasil é que tais programas se estabelecem com tão soberano desprezo pelas bibliotecas que até o felizmente já extinto Mobral passou a chamá-las de "mobraltecas": palavra que revela pretensão e mal gosto.

Não vejo porque devam as bibliotecas públicas deixar – como deixaram – que o Mobral lhes roubasse – com a complacência, aliás, do Governo Federal – esta sua função específica e inalienável que é a de fornecer leitura e informação aos neo-alfabetizados.

Tanto com eles como com os socialmente marginalizados é que deve, princi-

palmente, preocupar-se o bibliotecário brasileiro. Esta, a nova missão que lhe atribuo, em analogia com o conhecido episódio do Evangelho segundo São Lucas, capítulo 5, versículos 31 e 32. Quando censurado por sentar-se à mesa com publicanos e pecadores, Jesus disse aos fariseus e aos escribas: "Não são os que têm saúde que precisam de médico, mas os que estão doentes. Não foram os justos, mas os pecadores que Eu vim chamar ao arrependimento."

PROBLEMAS DE ENSINO

ESPECIALIZAÇÃO E CULTURA GERAL NO CURRÍCULO DA BIBLIOTECONOMIA

A formação de bibliotecários no Brasil pode ser historicamente esquematizada em três fases: (1) a iniciada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em 1911, com ênfase na erudição, cujo modelo foi a École des Chartes de Paris e cujo objetivo era dotar a maior instituição bibliográfica do Brasil de pessoal habilitado a organizar suas coleções de manuscritos, gravuras, obras raras e numismática; (2) a deflagrada em São Paulo (1935) pelos primeiros bibliotecários brasileiros formados nos Estados Unidos, caracterizada pelo predomínio das disciplinas técnicas, para atender às necessidades das bibliotecas novas que foram aparecendo naquele estado e em todo o país; (3) a que resultou do currículo mínimo fixado em 1962 pelo Conselho Federal de Educação, currículo no qual procurou-se um equilíbrio entre as disciplinas de formação cultural e as técnicas.

A Lei nº 4084, de 30 de junho de 1962, deu aos bibliotecários formados de acordo com as exigências do CFE a denominação de bacharéis em Biblioteconomia, atribuindo-lhes "a organização, direção e execução dos serviços técnicos de repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas e empresas particulares, concernentes às matérias e atividades seguintes: (a) o ensino de Biblioteconomia; (b) a fiscalização de estabelecimentos de ensino de Biblioteconomia reconhecidos, equiparados ou em vias de equiparação; (c) a administração e direção de bibliotecas; (d) a organização e direção dos serviços de documentação; (e) a execução dos serviços de classificação e catalogação de manuscritos e de livros raros e preciosos, de mapotecas, de publicações oficiais e seriadas, de bibliografia e referência".

Estamos, entretanto, numa época em que o número de bibliotecas enciclopédicas ou gerais diminui na mesma proporção em que aumenta o das bibliotecas especializadas. Isto não passa de uma conseqüência do predomínio da cultura

especializada sobre a cultura geral, pois se "tudo no mundo existe para acabar em livro" – como escreveu Mallarmé – as bibliotecas não fazem mais do que atender às novas exigências culturais. Até as bibliotecas nacionais – que eram os últimos redutos de coleções enciclopédicas – caminham para a especialização, como já ocorre nos Estados Unidos, onde foram criadas uma Biblioteca Nacional de Medicina e uma Biblioteca Nacional de Agricultura, deixando a tradicional Biblioteca do Congresso de atender aos especialistas dos referidos campos. As próprias bibliotecas universitárias – que têm de atender a especialistas altamente diferenciados – adotam hoje uma departamentalização de acordo com as grandes áreas do conhecimento.

Está o bacharel em Biblioteconomia, com a formação eclética proporcionada pelo atual currículo mínimo, em condições de organizar coleções especializadas e de atender às necessidades dos pesquisadores que as utilizam? É claro que não. Nos países desenvolvidos, procurou-se substituir o bibliotecário tradicional, de formação real ou supostamente enciclopédica, pelo especialista em informação científica, também chamado documentalista. Esta é uma exigência de países que produzem informação científica e tecnológica em proporções tais que essa produção já foi comparada à explosão bibliográfica. Sendo impossível deter a explosão bibliográfica, cabe aos documentalistas ou especialistas em informação científica o trabalho – que os bibliotecários ditos generalistas não puderam ou não souberam assumir – de seleção, resumo e difusão, da informação científica e tecnológica armazenada nas bibliotecas.

Não sendo o Brasil um país produtor de informação científica e tecnológica, mas apenas consumidor dessa informação, parece desnecessária a criação, entre nós, de um novo profissional. O que se impõe é a modificação do currículo mínimo vigente – que em oito anos de prática já se tornou obsoleto – com vistas à formação de um profissional de tipo intermediário entre o bacharel em Biblioteconomia e o documentalista: a do bibliotecário especializado. Esta foi a solução encontrada pela Universidade de Brasília, cuja estrutura tanto contribuiu para a reforma universitária ora em execução no Brasil.

De acordo com essa estrutura, a formação de bibliotecários é diversificada no primeiro ciclo geral dos cursos de graduação e unificada no ciclo profissional. No primeiro ciclo – que tanto pode ser o da área de Ciências como o da área de Humanidades, o aluno toma conhecimento com um determinado campo do saber: aquele em que se tornará bibliotecário especializado. No ciclo profissional constituído por disciplinas oferecidas, em sua maior parte, pelo Departamento de Biblioteconomia, ele é treinado nos processos que lhe permitirão selecionar, organizar e difundir a informação científica da área previamente estudada. O ciclo geral fornece o conteúdo ou a substância e o ciclo profissional a forma ou o processo da informação.

Para que a formação de bibliotecários especializados se integre na universalidade do saber, evitando-se o profissional justamente criticado por C.P. Snow, em *The Two Cultures,* dos alunos do primeiro ciclo geral que desejam matricular-se em disciplinas do Departamento de Biblioteconomia são exigidos créditos em disciplinas como Teoria da Literatura, Estética e História de Arte, Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, Introdução à Sociologia e Introdução ao Estudo da História.

Além dessas disciplinas de complementação cultural, o currículo de Biblioteconomia inclui disciplinas que podem ser classificadas nos seguintes grupos: (A) *Teóricas* (Introdução à Biblioteconomia, Introdução à Documentação, História do Livro); (B) *Técnicas* (Catalogação, Classificação, Técnica Bibliográfica, Reprografia, Mecanização e Automação); (C) *Administrativas* (Introdução à Administração, Organização e Administração de Bibliotecas, Seleção); (D) *Bibliográficas* (Referência, Bibliografia Brasileira, Bibliografia Especializada). De acordo com sua preferência pessoal e/ou com a especialização da biblioteca em que pretende trabalhar, o aluno deve escolher uma das seguintes disciplinas em que se desdobra a Bibliografia Especializada: (I) Línguas e Literaturas Estrangeiras, (II) Artes e Arquitetura, (III) Ciências Filosóficas, Religiosas e Sociais, (IV) Ciencias Biomédicas, (V) Ciências Exatas e Tecnologia e (VI) Química e Geociências.

O currículo inclui, ainda, um conjunto de disciplinas eletivas oferecidas por outros departamentos da Universidade e consideradas importantes como integração curricular do futuro bibliotecário: Probabilidade e Estatística, Introdução ao Processamento de Dados, Técnicas Lógicas e Digitais, Análise de Sistemas, Teoria do Planejamento, Editoração etc.

É lícito supor que a formação aqui delineada possa fazer do bibliotecário brasileiro menos um catalogador e classificador de livros – pois até agora, com raras exceções, ele não tem passado disto, por culpa exclusiva dos cursos de Biblioteconomia tradicionais – do que um administrador capaz de transformar as nossas pobres bibliotecas em instrumentos eficientes da educação e do desenvolvimento nacionais.

POR UM NOVO SABER BIBLIOTECONÔMICO

Quando, por volta de 1935, iniciou-se em São Paulo um movimento de renovação das bibliotecas brasileiras – estagnadas após uma fase brilhante, na qual se destacaram eruditos como Ramiz Galvão e Manuel Cícero Peregrino da Silva – procuraram seus líderes formar o que um deles – o maior de todos: Rubens Borba de Moraes – chamou "operários de biblioteca".

Havia coleções a classificar e catalogar, bibliotecas novas a organizar: todo um trabalho que exigia menos erudição do que técnica. Havia, portanto, mais necessidade de "bibliotecários pedestres" do que de "bibliotecários celestes", para citar a *trouvaille* de Antônio Houaiss.

A bibliografia tinha, forçosamente, de refletir esse período, pois, como observou Mallarmé, "tout au monde existe pour aboutir à um livre". Uma fase técnica produz, necessariamente, livros técnicos.

Examinando-se a bibliografia brasileira de biblioteconomia desse período, nota-se, com efeito, uma predominância de livros e artigos sobre os chamados processos técnicos: edições de códigos e sistemas, discussões sobre problemas de catalogação e classificação, traduções e adaptações de normas estrangeiras.

Ainda hoje me lembro do que foram os nossos primeiros congressos de biblioteconomia: quando o assunto não era catalogação nem classificação, os debates derivavam para coisas piores, como códigos de ética e bobagens semelhantes.

Correio Braziliense de 12 de abril de 1969, *Caderno Cultural*, p. 3.

O próprio Rubens Borba de Moraes reagiu, em 1943, contra essa situação, ao afirmar, em *O Problema das Bibliotecas Brasileiras,* conferência e, depois, opúsculo de impressionante atualidade: "O bibliotecário moderno (...) é um intelectual e um técnico. A cultura, ele a adquire em primeiro lugar, antes de entrar para a escola técnica, na Universidade e fora dela, lendo e estudando os conhecimentos humanos em perpétua transformação. É por isso que julgo um erro colocar à frente das bibliotecas não só eruditos sem preparo técnico, mas também técnicos sem erudição. O meio de remediar esse mal é atrair para as escolas de biblioteconomia o intelectual, o universitário, o estudante que terminou seu curso superior. É dessa matéria-prima que são feitos os verdadeiros bibliotecários".

As bibliotecas brasileiras estão novamente em crise, porque nossas escolas de biblioteconomia continuam formando, com raríssimas exceções, bibliotecários que, sendo apenas técnicos, são lamentavelmente incompletos. Pois o bibliotecário completo deve estar em condições de dizer, parafraseando o poeta:

"Sou um técnico, mas tenho técnica só dentro da técnica.

Fora disso sou culto, com todo o direito de sê-lo".

A hipertrofia dos processos técnicos e conseqüente atrofia dos serviços informativos da biblioteca são motivadas pela falta de cultura dos bibliotecários, incapazes, em sua esmagadora maioria, de dialogar com leitores de alto nível e orientar os menos qualificados.

Se continuarmos assim, poder-se-á dizer um dia, parodiando a famosa *boutade* de Clémenceau, que biblioteca é assunto sério demais para ser entregue a bibliotecários.

Livros como *Information Service in Libraries* do bibliotecário inglês D. J. Foskett – que acaba de ser traduzido pelo professor Antônio Agenor Briquet de Lemos e será brevemente publicado pela editora Polígono, de São Paulo – podem contribuir para modificar esta situação. Por isso a Faculdade de Biblioteconomia e Informação Científica da Universidade de Brasília o indicou à referida editora, empenhada na divulgação, em língua portuguêsa, dos melhores manuais estrangeiros de biblioteconomia e documentação.

Na Universidade de Brasília e de acordo com o seu Plano Orientador, estamos procurando formar, não os bacharéis em Biblioteconomia previstos pela mal elaborada e prematura Lei 4084, de 30.06.1962, mas bibliotecários especializados, pois é destes que o Brasil e o mundo precisam, numa época em que as bi-

bliotecas especializadas estão progressivamente substituindo as bibliotecas gerais.

As próprias bibliotecas nacionais – que eram os últimos redutos de coleções enciclopédicas – tendem para a especialização, como prova recente criação, nos Estados Unidos, de uma Biblioteca Nacional de Medicina e de uma Biblioteca Nacional de Agricultura, além da tradicional Biblioteca do Congresso.

Foi justamente nas bibliotecas especializadas que os serviços de informação se desenvolveram, como demonstra D. J. Foskett: "It is the peculiar achievement of the scientific and industrial research libraries to have developed them systematically and on a large scale".

A ênfase com que o Sr. Foskett critica certos bibliotecários do seu país animanos a continuar lutando contra a decadência da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – que é uma vergonha para o Brasil – e a utilização de instrumentos obsoletos como o Sistema Decimal de Melvil Dewey e o Catálogo-Dicionário, embora essa luta já tenha feito cair sobre nós a ira de diretores relapsos e bibliotecários medíocres.

Diz o Sr. Foskett, em páginas que nos fazem pensar no ditado "cá e lá, más fadas há": "Most public librarians, commited to the antiquated and now grossly inefficient Decimal Classification, are content to cramp and confine all new knowledge in this strait jacket, regardless of the inconvenience and frustration of their readers".

Mas acrescenta: "Fortunately, the Schools of Librarianship now possess some firstclass teachers, so that the new generation of young librarians is being taught to appreciate that classification is a means to assist reference service, and not some sacred cow to be kept alive by periodical ex cathedra revision from the office in the Library of Congress".

A ironia do bibliotecário inglês atinge também os técnicos brasileiros que usam a Classificação Decimal como a gente pobre do Nordeste usava, durante a guerra, os alimentos enlatados que as forças navais americanas jogavam fora, por estarem já deteriorados. Pois, a Classificação Decimal de Melvil Dewey é, hoje, apenas um produto comercial – e produto deteriorado – que os próprios bibliotecários norte-americanos mais esclarecidos já deixaram de usar.

Esperemos que nossas escolas de biblioteconomia – seguindo o exemplo das inglesas – deixem de ser conservadoras e transmissoras de velhas e ultrapassadas técnicas para se transformarem em elaboradoras de um novo saber biblioteconômico.

A PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA

Já uma vez comparei a Biblioteconomia e a Documentação ao médico e ao enfermeiro contaminados pelo mal que se dispuseram a curar. Com efeito, elas existem para tornar imediatamente acessíveis os registros do conhecimento. Este, porém, desenvolveu-se tão extraordinariamente que provocou a chamada *information explosion*, considerada por Derek de Solla Price como uma das "doenças da ciência".

A *information explosion* fez com que a Biblioteconomia crescesse e se subdividisse em tantos ramos e sub-ramos que já pode ser representada como os antigos representaram todo o saber, isto é, por uma árvore: uma das árvores do saber, cuja representação moderna seria a floresta. Foi Ortega y Gasset quem comparou o saber, em sua atual conjuntura informativa, à *selva selvaggia* de que fala Dante:

"Ah quanto a dir qual era è cosa dura esta selva selvaggia e aspra e forte

Che nel pensier rinova la paura!" (Inf. I: 2).

Como disse o professor Newton Sucupira, em seu já clássico parecer sobre a pós-graduação, independente de suas origens históricas – a Faculdade alemã e a Graduate School norte-americana –, "o sistema de cursos pós-graduados hoje se impõe e se difunde em todos os países, como conseqüência natural do extraordinário progresso do saber em todos os setores, tornando impossível proporcionar treinamento completo e adequado para muitas carreiras nos limites dos cursos de graduação".

Correio Braziliense de 1 de novembro de 1969, Caderno Cultural, p. 3.

A Biblioteconomia é hoje um campo tão amplo e com tantos setores horizontais – isto é, integrados em outros campos do saber – e verticais – isto é, desenvolvidos na própria área – que já não é mais possível falar-se de um especialista em organização e administração de bibliotecas, mas em vários, nos setores que chamei de horizontais, os bibliotecários e os bibliógrafos especializados em Ciência e Tecnologia, em Humanidades, em Ciências Sociais e em campos ainda mais restritos (como, por exemplo, o das Ciências Biomédicas, o das Artes ou o das Ciências Jurídicas); e nos setores que chamei de verticais, o especialista em edifícios e equipamentos de bibliotecas (como são hoje um Ellsworth, um Metcalf ou um Frazer Poole), o especialista em processos técnicos, o especialista em informação científica, o especialista em reprografia etc.

Para alguns esse mundo nem sequer existe. São como aquele personagem de Eça de Queirós que não sabia da existência de literatura na Inglaterra. Mas uma prova de que existe hoje um conhecimento biblioteconômico é a expressão bibliográfica desse conhecimento.

Podemos afirmar que um determinado campo do conhecimento atinge a sua maioridade quando na respectiva bibliografia começam a surgir as obras de referência e as chamadas publicações secundárias (bibliografias de bibliografias, índices e *abstracts*). Uma razoável biblioteca especializada em Biblioteconomia não pode ter, hoje em dia, menos de 15 000 obras especializadas (não digo volumes nem muito menos exemplares, mas obras) e 150 diferentes publicações periódicas e seriadas igualmente especializadas. Quanto às obras de referência e às publicações secundárias, basta citar a recentíssima *Encyclopedia of Library and Information Science* e a veterana publicação inglesa *Library Science Abstracts*.

Não é possível comprimir nos limites de um curso de graduação todos os temas e problemas que enriqueceram a Biblioteconomia através dos tempos e continuam surgindo com o advento da automação e os progressos da reprodução documental e da telecomunicação. Os programas das próprias disciplinas clássicas – a Classificação e a Catalogação, por exemplo – já excedem, quando atualizados, das cargas horárias e dos períodos letivos dos cursos de graduação. Além disso, muitos desses temas e problemas não têm cabimento em cursos de graduação, porque é preciso distinguir a formação para serviços – objetivo dos cursos de graduação – da formação para a pesquisa – objetivo da pós-graduação. Distinção de que fala Rodolfo Mondolfo ao referir-se ao "objetivo profissional e ao objetivo científico da Universidade" (cf. *Problemas de Cultura e de Educação* São Paulo, Editora Mestre, Jou. 1967. p. 107).

Quando, há poucos anos, no manifesto "Ser ou Não Ser Bibliotecário", conde-

nei aqueles que rejeitam a Documentação e todas as coisas novas que surgiram e ainda vão surgir para aperfeiçoar a recuperação da informação armazenada nas bibliotecas, recebi do sr. Carlos Victor Penna uma carta na qual esse ilustre bibliotecário argentino considera perigoso exigir de bibliotecários de países subdesenvolvidos que se interessem por tais novidades, que, segundo ele, de nada serviriam ao chamado Terceiro Mundo.

Não devemos esquecer, entretanto, que todo país em desenvolvimento é, como o Brasil, da caracterização sociológica do sr. Roger Bastide, um "país de contrastes". E, como "país de contrastes", apresenta necessidades diferentes e até contrastes de acordo com o maior ou menor desenvolvimento de cada uma das suas regiões. Nas vésperas do século XXI, o desenvolvimento de qualquer país não pode processar-se com os instrumentos e o ritmo do século XIX.

O Brasil necessita de bacharéis em Biblioteconomia e até de bibliotecários de nível médio. Mas necessita, igualmente, de mestres e doutores em Biblioteconomia. Como "país de contrastes", essas diferentes e contrastantes necessidades são nele concomitantemente sentidas no mesmo grau de intensidade. Tanto as escolas do interior precisam de bibliotecários de nível médio como as comunidades mais adiantadas precisam de bacharéis em Biblioteconomia, e as bibliotecas especializadas e universitárias, de bibliotecários pós-graduados.

Do que acabamos de dizer, entretanto, não se conclua que defendemos a fundação indiscriminada de cursos de Biblioteconomia em nível de pós-graduação. Como disse o Professor Newton Sucupira, o simples fato de uma escola ter seus cursos de graduação reconhecidos não significa estar ela realmente habilitada a manter cursos pós-graduados. É preciso evitar que a pós-graduação se deteriore como, de modo geral, tudo o que é levado a sério em outros países se deteriora no Brasil. "A ser criada indiscriminadamente" – adianta o Professor Newton Sucupira – "a pós-graduação, na maioria dos casos, se limitará a repetir a graduação, já de si precária, com o abastardamento inevitável dos graus de mestre e doutor".

Como evitar que a pós-graduação em Biblioteconomia se exponha aos perigos indicados pelo Professor Newton Sucupira? Orientando-a decididamente para a pesquisa e o planejamento. Quando falamos em pesquisa, estamos pensando nos inquéritos destinados à implantação de bibliotecas em pequenas comunidades; nas sondagens do comportamento e das preferências dos leitores; nos estudos sobre o custo e a racionalização dos diferentes serviços; na experimentação de novos materiais de construção e de fabricação de equipamentos, bem como de novos processos de conservação de documentos em áreas tropicais. Quanto ao planejamento, trata-se de capacitar o bibliotecário a não apenas organizar e dirigir bibliotecas, mas a planejá-las de acordo com os instrumentos mais rigorosos de análise econômica e social.

PROBLEMAS DE SELEÇÃO

LER OU NÃO LER TODOS OS LIVROS

No primeiro verso de *Brise Marine*, Mallarmé declarou que leu todos os livros: "La chair est triste, hélas! et j'ai lu tous les livres". Trata-se, evidentemente, de uma hipérbole, pois, em fins do século XIX e com apenas vinte e cinco anos, não era fácil ler todos os livros: mesmo para quem vivia – como o autor de *Un Coup de Dés* viveu – na chamada "torre de marfim"(4).

O próprio Mallarmé observou, já no fim de sua não muito longa existência, que "tudo no mundo existe para transformar-se em livro"(2). Com a explosão bibliográfica resultante desse fenômeno, é impossível ler todos os livros. Impossível e desnecessário porque, como assinalou Ortega y Gasset, muitos livros são "inúteis ou estúpidos"(3). Conseqüentemente, selecionar o que se deve ler é uma necessidade imperiosa. Eis a razão de ser de um gênero bastante antigo e que está sempre na moda: o das bibliotecas ideais, constituídas por listas dos melhores livros publicados no mundo. As primeiras obras deste gênero remontam aos séculos XVI e XVII, tendo sido elaboradas para orientação de quem desejasse formar uma cultura geral, sem os prejuízos da especialização *à outrance,* denunciados, em nossos dias, por C. P. Snow(4).

Na obra monumental que é *A World Bibliography of Bibliographies,* Theodore Besterman assinala, entre os precursores, Robert Constantin, com um *Nomenclatur Insignium Scriptorium* (Paris, 1555), Antonio Possevino, com uma *Bibliotheca Selecta* (Roma, 1593), Paul Colomiès, com a *Bibliothèque Choisie* (La Rochelle, 1682) e John Harley, com o *Catalogus Universalis Librorum* (Londres, 1699)(5).

Publicado pela *Revista de Biblioteconomia de Brasília* v. 2. n. 1, p. 35-42, janeiro/junho 1974.

Naqueles tempos, chamava-se de *honnête homme* a quem se distinguia tanto por maneiras urbanas, caráter firme e elegância de espírito como por uma sólida e extensa informação: informação colhida nas "grandes obras". As listas dos séculos XVI e XVII têm hoje apenas interesse histórico, pois não foram convenientemente atualizadas. Uma, entretanto, continuou a ser editada com revisões e acréscimos: a dos jesuítas G. Sagehomme e E. Dupuis, que na primeira edição (1676) referenciava 3000 autores e na oitava (1950) indica 15000(6).

A leitura e discussão das "grandes obras" passou a ser, em algumas universidades norte-americanas, parte importante do que chamam *liberal education:* a que deve ser adquirida no primeiro ciclo geral do curso superior.

Em seu livro *Teacher in America,* informa Jacques Barzun – um dos mais notáveis humanistas dos Estados Unidos – que a idéia surgiu em 1919, com um curso denominado *General Honor Readings,* promovido no Columbia College pelo professor John Erskine(7).

Entretanto, vê-se pelo catálogo do St. John's College (Annapolis, Maryland) que já em 1835 esse tradicional estabelecimento de ensino – fundado no século XVII com o nome de King William's School – oferecia cursos de quatro anos com ênfase no estudo de autores gregos e latinos(8). A. *St. John's College List of Great Books* tornar-se-ia famosa(9) e a ela alude Jacques Maritain em seu livro *Pour une Philosophie de L'Éducation*(10). Em Baltimore, perto de Annapolis, uma importante biblioteca pública – a Enoch Pratt Free Library – consciente de suas responsabilidades como agência educativa, colocou à disposição do público, em edições idôneas, as obras que figuram na lista do St. John's College, comentando-as em sugestivo catálogo(11).

O aumento crescente da produção bibliográfica reflete-se no de obras indicadas em listas do século XIX. A de J. F. Rolland, por exemplo, preparada para orientação de bibliotecas religiosas, é apresentada em três volumes(12). A de Louis Aimé Martin tem mais de quinhentas páginas(13). A de William Swan Sonnenschein – editor austríaco estabelecido na Inglaterra – já referencia cerca de 150 000 obras(14). Mas o inglês Sir John Lubbock – autor de famosa lista insiste em limitar-se aos *hundred best books*(15).

Augusto Comte foi outro que se preocupou com um programa sistemático de leituras, selecionando cerca de 100 obras que classificou em quatro grupos: Poesia, Ciência, História e Síntese. Miguel Lemos organizou um índice onomástico da lista comteana, no qual menciona as principais edições em línguas neolatinas, inclusive a portuguesa(16).

Com o advento das bibliotecas públicas, surgiram as listas orientadas para a formação de coleções básicas. A American Library Association é pioneira neste particular, pois sua primeira *basic list* foi publicada em 1893(17). A explosão bibliográfica – fenômeno que é, ao mesmo tempo, causa e efeito das especializações – impôs catálogos padronizados para diversos tipos de bibliotecas, também elaborados por iniciativas da ALA: *Standard Catalog for Public Libraries*(18), *Standard Catalog for High School Libraries*(19), *Children's Catalog*(20) etc.

É interessante consignar o interesse dos bibliotecários pela elaboração dessas listas, com as quais se tornaram dignos deste honroso julgamento de Ortega y Gasset: "Imagino o futuro bibliotecário como um filtro que se interpõe entre a torrente de livros e o homem"(21). Como diretor da Biblioteca Nacional de seu país, o grande escritor Jorge Luis Borges confirmaria a definição de Ortega, ao escrever em um de seus poemas(22): "Ordenar bibliotecas es ejercer / de un modo silencioso y modesto el arte de la crítica."

Um "caso" realmente impressionante é o do russo Nicolau Rubakin (1862/1946), criador da Bibliopsicologia e considerado como "o último dos enciclopedistas". Depois de ler e estudar aproximadamente 200 000 livros, Rubakin selecionou mais de 24 000, dos quais afirmou seu amigo Lênin: "Nenhuma biblioteca pode passar sem eles". As selecionadas por Rubakin estão indicadas e comentadas em sua bibliografia *Sredi Knig* (Entre livros), infelizmente acessível apenas em língua russa; mas delas podemos ter notícia na edição inglesa das memórias desse russo genial: *Lenin, Krupskaia and Libraries* (London, Bingley, 1968)(23).

No século atual, escritores como o inglês John Cowper Powys e o português Albino Forjaz de Sampaio interessaram-se pelo assunto. O primeiro limitou-se aos "cem melhores livros"(24), mas o autor de *Palavras Cínicas* escreveu um longo ensaio: *Como Devo Formar a Minha Biblioteca.* Não deixou, entretanto, de indicar uma lista de cem, e até de cinqüenta, obras essenciais(25).

O gênero teve no maranhense Domingos de Castro Perdigão um pioneiro nacional. Diretor da Biblioteca Pública de seu estado, Perdigão procurou orientar os seus leitores, publicando interessante *vade mecum bibliográphico*. O livro, hoje injustamente esquecido, divide-se em três partes, correspondentes às leituras preparatórias (dos oito aos dez anos), educativas e instrutivas (dos doze aos quinze anos) e ilustrativas (dos quinze aos dezoito anos)(26).

Como é preciso não esquecer os autores da nossa época, algumas listas estão limitadas ao "mundo moderno" ou ao "século XX", como, por exemplo, as de Louis Untermeyer(27), Cyril Connolly(28) e Robert B. Downs(29). Há os que

preferem indicar os livros proibidos por motivos morais, religiosos ou políticos, como fez Anne L. Haight em sugestivo ensaio(30). Outros indicam justamente o contrário, isto é, escritores premiados(31).

As listas de grandes obras continuam atraindo o interesse de escritores, educadores e bibliotecários. Para estes elas são realmente muito importantes porque as bibliotecas não são mais constituídas a esmo, mediante campanhas de doações de "qualquer livro", mas segundo critérios rigorosos. A seleção de material bibliográfico e audiovisual chegou a constituir-se em disciplina do currículo de Biblioteconomia, com numerosa bibliografia na qual é lícito destacar o clássico *Living with Books,* de Helen E. Haines(32), e a obra coletiva publicada há poucos anos *Background Readings in Building Library Collections*(33).

Não é conveniente, portanto, a aquisição de coleções *fechadas,* como *Harvard Classics*(34) e *Great Books of Western World*(35) ou – para citar a chamada "prata da casa" – *Clássicos Jackson*(36) e a veterana *Biblioteca Internacional de Obras Célebres*(37). As duas primeiras possuem excelentes índices, mas a seleção não prima pelo que os ingleses chamam de *catholic taste.* Dos *Great Books of Western World,* por exemplo, disse o ensaísta espanhol Julián Marías que é menos ocidental do que irremediavelmente provinciana(38).

De grande interesse, tanto para bibliotecas particulares como para as públicas, são as coleções *abertas,* como, por exemplo, a *Modern Library,* da editora Randon House, a *World's Classics,* da Oxford University Press ou a *Biblioteca dos Séculos,* da Editora Globo.

Para quem deseje orientar-se na *selva selvaggia* da produção bibliográfica contemporânea recomenda-se a consulta sistemática de revistas especializadas como a européia *Erasmus*(39) ou as norte-americanas *Books Abroad*(40) e *Choice*(41). Infelizmente, durou pouco tempo uma iniciativa nacional semelhante, que devemos à editora Vozes(42).

Depois de crescerem desmedidamente, acompanhando a galopante produção de livros, as bibliotecas ideais voltaram à escala humana, transformando-se o gênero em brincadeira de intelectuais: a indicação dos dez livros que seriam levados para uma utópica ilha deserta: hoje tão impossível quanto a Pasárgada de Manuel Bandeira.

Reduzindo ainda mais o número de leituras indispensáveis ao *honnête homme,* poderíamos nos fixar nos quatro autores citados pelo Sr. Gustavo Capanema, em depoimento recolhido pelo jornalista Carlos Castelo Branco: "Um homem culto é alguém que tem sempre Goethe ao alcance da mão. Um homem culto

não dorme sem ler Shakespeare, Dante, Rilke, um grande poeta"(43). Para ser culto, portanto, não é preciso ler todos os livros, como o poeta: "La chair est triste, hélas! et j'ai lu tous les livres".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. MALLARMÉ, Stéphane. Brise marine. *In:* ———. *Oeuvres complètes.* Texte établi et annoté par Henri Modor et G. Jean-Auvry. Paris, Gallimard, 1945, p. 38. O poema foi escrito em maio de 1865 e publicado pela primeira vez em *Parnasse Contemporain* de 1866.

2. ———. Le livre, instrument spirituel. *In:* ———. *Oeuvres complètes, op. cit.,* p. 378. Artigo publicado na *Revue Blanche* de 1895.

3. ORTEGA Y GASSET, José. *Misión del bibliotecario y otros ensayos afines.* Madrid, Revista de Occidente, 1962, p. 89. Discurso lido em maio de 1935.

4. SNOW, C. P. *The two cultures: and a second look. An expanded version of the two cultures and the scientific revolution.* New York, The New American Library, London, The New English Library, 1963. 92 p. (A Mentor book, MP557).

5. BESTERMAN, Theodore. *A world bibliography of bibliographies.* 4. ed. Lausanne, Societas Bibliographica, 1965-66, v. 1, colunas 808-809.

6. SAGEHOMME, G., S. I. & DUPUIS, E., S. I. *Répertoire alphabétique de 15 500 auteurs avec 55 000 de leurs ouvrages, romans et pieces de théâtre qualifiés quant à leur valeur morale.* 8. éd. rev. et complète par E. Oupuis. Tournai, Paris, Casterman, 1950. 732 p. 1. ed.: 1676.

7. BARZUN, Jacques. *Professor e universidade nos Estados Unidos. [Teacher in America]* Trad. de L. J. Melo. Rio de Janeiro, Agir, 1967, p. 152.

8. ST. JOHN'S COLLEGE, Annapolis. A brief history of St. John's College. *In.: Catalogue of St. John's College. 1970-1972.* Annapolis, 1972, p. 63.

9. ———. The St. John's College list of great books. *In.: Catalogue of St. John's College, 1970-1972, op. cit.,* p. 33-34.

10. MARITAIN, Jacques. *Rumos da educação. [Pour une philosophie de l'éducation]* Nova trad. da Abadia de Nossa Senhora das Ghagas. 5. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro, Agir, 1968, p. 119.

11. ENOCH PRATT FREE LIBRARY, Baltimore. *The St. John's College list of great books.* Baltimore, 1943. 36 p.

12. ROLLAND, J. F. *Conseils pour former une bibliothèque; ou, Catalogue raisonné de tous les bons ouvrages qui peuvent entrer dans une bibliothèque chrétienne.* Lyon, Edição do Autor, 1833-43. 3 v.

13. MARTIN, Louis Aimé. *Plan d'une bibliothèque universelle; études des livres qui peuvent*

servir à l'histoire littéraire et philosophique du genre humain suivi du catalogue des chefs-d'oeuvre de toutes les langues jet des ouvrages originaux de tous les peuples. Paris, A. Desrez; Bruxelles, Société Belge de Librairie, 1837. 545 p.

14. SONNENSCHEIN, William Swan. *The best books; a readers guide to the choice of the best available books (about 150.000) in every department of knowledge. (both English and American.)* London, Routledge, 1910-35, 3759 p. 1. ed.: 1887.

15. LUBBOCK, Sir John. Liste de cent livres. *In:* ———. *Le bonheur de vivre [The pleasures of live]* Trad. sur la XXe. éd. anglaise. Paris, F. Alcan, 1891, p. 84-88. 1. ed. inglesa: 1887.

16. COMTE, Auguste. *Calendário e bibliotéca pozitivistas, seguidos respectivamente de um índice onomástico e de um índice bibliográfico, organizados por Miguel Lemos.* Rio de Janeiro, Igreja Pozitivista do Brazil, 1902. 71 p. (Apostolado pozitivista do Brazil, n. 208).

17. AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, Chicago. *A.L.A. catalog 1893. Apud* MUDGE, Isadore G. *Guide to reference books.* 6. ed. Chicago, A.L.A., 1963, p. 414.

18. ———. *Standard catalog for public libraries, 1934 ed.; an annotated list of 1 700 titles whith a full analytical index, compiled by Minnie Earl Searl* et alii. New York, Wilson, 1934. 1973 p.

19. ———. *Standard catalog for high school libraries.* Ed. by Zaidee Brown. 2. ed. rev. and enl. New York, Wilson, 1932. 860 p. *Apud* MUDGE, Isadore G., *op. cit.,* p. 415.

20. SEARS, Minnie Earl. *Children's catalog.* 4. ed. rev. New York, Wilson, 1930, 877 p. *Apud* MUDGE, Isadore G., *op. cit.,* p. 415.

21. ORTEGA Y GASSET, José. *op. cit.,* p. 91.

22. BORGES, Jorge Luis. *Elogio de la sombra.* Buenos Aires, Emecé, 1969, p. 91.

23. SIMSOVA, S., ed. *Nicholas Rubakin and bibliopsychology.* Transl. by M. Mac Kee and G. Peacock. London, Archon Books & C. Bingey, 1968. 76 p. (World classic of librarianship).

24. POWYS, John Cowper. *One hundred best books, with commentary and an essay on books and reading.* New York, G. A. Shaw, 1916. 73 p.

25. SAMPAIO, Albino de Forjaz. *Como devo formar a minha biblioteca.* Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1940. 389 p.

26. PERDIGÃO, Domingos de Castro. *O que se deve ler; vade-mecum bibliographico.* S. Luiz do Maranhão, Imprensa Official, 1922. 348 p.

27. UNTERMEYER, Louis. *Makers of the modern world; the lives of ninety-two writers, artists, scientists, statesmen, inventors, philosophers, composers, and others creators who formed the pattern of our century.* New York, Simon and Schuster, 1955. 809 p.

28. CONNOLY, Cyril. *The modern movement; one hundred key books from England, France and American, 1880-1950.* London, A. Deutsch and H. Hamilton, 1965. 148 p. (A Grafton book).

29. DOWNS, Robert B. *Obras básicas: fundamentos do pensamento moderno [Molders of the modern mind]* Trad. de Hildo Pareto Soares Maciel e Maria Celina Deiró Hahn. Rio de Janeiro, Editora Renes, 1969. 291 p.

30. HAIGHT, Anne L. *Banned books: informal notes on some books banned for various reasons at various times and in various places.* 2. ed. rev. and enl. New York, R. R. Bowker, 1955. 172 p.

31. CLAPP, Jane. *International dictionary of literary awards.* New York, Scarecrow Press, 1963. 545 p.

32. HAINES, Hellen E. *Living with books; the art of book selection.* 2. ed. New York, Columbia University Press, 1950. 610 p.

33. GAVER, Mery Virginia, ed. *Background readings in building library* collections. Metuchen, N. J. Scarecrow Press, 1969. 2 v.

34. ELIOT, Charles W., ed. *The Harvard classics.* New York, P. F. Colierm, 1957. 51 v.

35. HUTCHINS, Robert M., ed. *Great books of western world.* Chicago, W. Benton, Encyclopaedia Britannica, 1952. 54 v.

36. CLÁSSICOS Jackson. Rio de Janeiro, W. M. Jackon, s. d. 40 v.

37. BIBLIOTHECA internacional de obras celebres. Rio de Janeiro, Sociedade internacional, s.d. 24 v.

38. MARIAS, Julián. *Um mundo novo: os Estados Unidos* [Los Estados Unidos en escorzo] Trad. de Diva Ribeiro de Toledo Piza. Rio de Janeiro, Editora Presença, 1964, p. 101-103.

39. ERASMUS SPECULUM SCIENTIARUM; international bulletin of contemporary scholarship Bâle. Prometheus Druck, 1947 –. Mensal.

40. BOOKS, BROAD Oklahoma, University of Oklahoma Press, 1927 –. Trimestral.

41. CHOICE; books for college libraries. Chicago, American Library Association, 1964 –. Mensal.

42. QUE HEI DE LER? Petrópolis, Voes, 1969? –. Bibliografia em fichas, seletiva e comentada. Publicação infelizmente suspensa.

43. CASTELLO BRANCO, Carlos. O Supremo e os leitores de Goethe. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 7 nov. 1971, 1º cad., p. 4.

OUTRAS LISTAS DE OBRAS BÁSICAS

1. ADLER, Mortimer. *How to read a book; or, The art of getting liberal education.* New York, Simon & Schuster, 1940. 398 p. Inclui: *A list of the great books*, p. 373-389. Edição brasileira: *A arte de ler; como adquirir uma educação liberal.* Trad. de Inês Fortes de Oliveira. 2. ed. Rio de Janeiro, Agir, 1954. 304 p.

2. AMMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, Chicago. *Classics of the western world.* Chicago, 1927. 128 p. (O programa do St. John's College foi desenvolvido a partir desta lista).

3. CAPART, Jean. *Que lire? Anthologie d'appréciations des meilleurs livres des littératures anciennes et modernes.* Bruxelles, Vromant, 1945. 2 v.

4. DICKINSON, Asa Don. *The world's best boks, Homer to Hemingway: 3000 books or 3000 years, 1050 B. C. to 1950 A. D., selected on the basis of a consensus of expert opinion.* New York, H. W. Wilson, 1953. 484 p.

5. DOWNS, Robert B. *Books that changed the world.* Chicago, American Library Association, 1956. 192 p.

6. ERSKINE, John. *The delight of great books.* Indianapolis, Bobbs-Merril Company, 1928. 314 p.

7. GUÉRARD, Albert. *Preface to world literature.* New York, H. Holt, 1940. 536 p. Inclui: *The best which has been thought and said in the world*, p. 466-477.

8. HOFFMAN, Hester R. *The reader's adviser.* 10. ed. rev. and enl. New York, R. R. Bowker, 1964. 1292 p. (Na primeira edição intitula-se *The Bookman's manual.* 1921).

9. LANNOYE, Charles. *La bibliothèque idéale.* Paris, Éditions Universitaires, 1950. 236 p. 2. éd. mise à jour: Paris, 1951.

10. LEDOS, E., ed. *Catalogue de livres choisis contenant les meilleurs productions de la littérature contemporaine.* 3. éd. Paris, Société Bibliographique et Edit. Spes, 1928. 483 p. (Primeira edição: 1880).

11. LIBRARY ASSOCIATION, London. *Books to read; a classified and annotated catalogue, being a guide for young readers.* London, 1930-31. 2 v.

12. MUNFORD, W. A. *Three thousand books for a public library; some significant and representative works for basic stock.* London, Grafton, 1939. 188 p.

13. PAES, José Paulo, ed. *Livros que abalaram o mundo.* São Paulo, Cultrix, 1963. 272 p.

14. PEYSER, Ethel R. *The book of culture; the basis of a liberal education.* New York, Garden City Publishing Company, 1941. 727 p. (Primeira edição: 1934).

15. QUENEAU, Raymond. *Pour une bibliotèque idéale.* 4. éd. Paris, Gallimard, 1956. 318 p.

16. RAHIR, Edouard. *La bibliothèque de l'amateur; guide sommaire à travers les livres anciens les plus estimés et les principaux ouvrages modernes.* 2. ed. rev. corr. et augm. Paris, Lefrançois, 1924. 717 p. (Primeira edição: 1907).